

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

IERSON SILVA BATISTA

O DISCURSO CRISTÃO BATISTA: CONSIDERAÇÕES NOS PRINCÍPIOS  
BATISTAS À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO

Vitória

2013

IERSON SILVA BATISTA

O DISCURSO CRISTÃO BATISTA: CONSIDERAÇÕES NOS PRINCÍPIOS  
BATISTAS À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO

Trabalho final de Mestrado Profissional  
para obtenção do grau de Mestre em  
Ciências das Religiões pela Faculdade  
Unida de Vitória, Programa de Pós-  
Graduação em Ciências das Religiões.  
Linha de pesquisa: Análise do Discurso  
Religioso.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Luiz Ribeiro

Vitória  
2013

Batista, Ierson Silva.

O discurso cristão batista : considerações nos Princípios Batistas à luz da Análise do Discurso / Ierson Silva Batista. – 2013.  
120 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões)– Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2013.

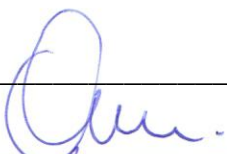
1. Princípios Batistas. 2. Igreja Batista. 3. Discurso Religioso. I. Título.

CDU XXX.X

IERSON SILVA BATISTA


**O DISCURSO CRISTÃO BATISTA: CONSIDERAÇÕES NOS  
PRINCÍPIOS BATISTAS À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO**

Dissertação de Mestrado para  
obtenção do grau de Mestre em  
Ciências das Religiões na  
Faculdade Unida de Vitória no  
programa de Pós- Graduação em  
Ciências das Religiões. Área de  
Concentração: Religião e  
Sociedade.




---

Osvaldo Luiz Ribeiro – Doutor em Teologia – UNIDA (Presidente)



---

Sergio Luiz Marlow – Doutor em História – UNIDA



---

José Adriano Filho – Doutor em Ciências da Religião – UNIDA

*“É preciso ensinar a diferença entre teoria e doutrina”*

*Edgar Morin*

## RESUMO

O presente trabalho propõe-se a avaliar e discutir a existência de dualismo discursivo no interior do documento “Princípios Batistas” (PB). Entende-se que tal dualismo tem amparo na própria historicidade batista, ou seja, a sua escrita cinquentenária reflete o modo característico de ser e de fazer-se dos batistas ao longo de sua histórica linha quadricentenária. Assim, baseado no “Sistema de Ideias”, elaborado e amplamente abordado por Edgar Morin, sustentado pelas argumentações conceituais e sutilmente provocativas da ciência Análise do Discurso (AD), a abordagem terá início pelo percurso histórico da gênese batista como grupo religioso. Versar-se-á a respeito da constituição dos “Princípios Batistas” e sua alocação, a partir da AD, dentro dos gêneros do discurso, como discurso religioso. Distinguindo-se “princípio” e “doutrina”, como regimes discursivos, bem como o processo de degradação existente entre eles, buscar-se-á identificar dentro do documento, PB, a existência desses regimes e como esse fato pode, não raramente, conduzir à contradição, quando não, à uma certa confusão interpretativa, o próprio documento.

Palavras-chave: princípios batistas; igreja batista; princípio/teoria/doutrina; discurso religioso.

## ABSTRACT

The present work proposes to evaluate and discuss the existence of discursive dualism within the document "Baptist Principles" (PB). We understand that such dualism has support on own historicity baptist, in other words, his fiftieth writing reflects the characteristic mode of being and doing the baptists throughout its forth hundredth historical line. Thus, based on the "System of Ideas", elaborated and widely discussed by Edgar Morin, underpinned by conceptual arguments and subtly provocative science Discourse Analysis (DA), our approach will have beginning the history rout of baptist genesis as a religious group. Will write about the constitution of the "Baptist Principles" and their allocation, from the AD, within the genres of discourse, as religious speech. Distinguishing "principle" and "doctrine" as discursive regimes, as well as the process of degradation that exists between them, we will seek to identify within the document, PB, the existence of these schemes and how this fact can, rarely, lead to contradiction, when not, to some confusion, the interpretative document itself.

Keywords: Baptist principles; Baptist Church; principle/theory/doctrine; religious speech.

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1.	Quadro das ramificações do Puritanismo.....	12
Figura 2.	Desenho representativo do Sistema de Ideias de Edgar Morin.....	54
Figura 3.	Quadro comparativo do Sistema de Ideias Doutrina x Teoria.....	56
Tabela 1.	Quadro gêneros da retórica em Aristóteles.....	44



## LISTA DE ABREVIATURAS

AD	Análise do Discurso
CBB	Convenção Batista Brasileira
DDCBB	Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira
JUERP	Junta de Educação Religiosa e Publicações
NAD	Núcleo de Análise do Discurso
PB	Princípios Batistas
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
1. ASPECTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS RELACIONADOS À ORIGEM DOS BATISTAS .....	5
1.1 Do surgimento dos batistas: da Inglaterra ao Brasil .....	5
1.1.1 Antecedentes ingleses da gênese batista .....	7
1.1.2 Os puritanos e a gênese batista .....	12
1.1.3 Da Inglaterra para a América do Norte .....	16
1.1.4 A chegada ao Brasil .....	23
1.2 O vínculo histórico-ideológico dos batistas com o liberalismo inglês .....	27
1.2.1 Que liberalismo é esse? .....	27
1.2.2 “Que haja separação entre igreja e estado” .....	31
2. QUESTÕES TEÓRICAS SOBRE A DISTINÇÃO ENTRE PRINCÍPIO E DOCTRINA .....	34
2.1 O documento: “Princípios Batistas” .....	35
2.1.1 A dificuldade historiográfica: uma descrição pessoal da coleta de informações a respeito do documento “Princípios Batistas” .....	35
2.1.2 A constituição do documento “Princípios Batistas” .....	37
2.2 Abordagem dos gêneros do discurso .....	41
2.2.1 Três gêneros da retórica aristotélica .....	43
2.2.2 Raciônios discursivos em Aristóteles, segundo Adilson Citelli .....	45
2.2.3 O discurso religioso .....	47
2.3 Ideologia: sobre método, teoria e doutrina .....	50
2.3.1 Método e teoria em Edgar Morin .....	51
2.3.2 De teoria a doutrina: um processo de degradação .....	54
2.4 Doutrina e princípio nos “Princípios Batistas” .....	57
2.4.1 O aspecto religioso da doutrina .....	58
2.4.2 A teoria (princípio) e a doutrina nos “Princípios Batistas”: um documento, dois discursos? .....	59
3. AVALIAÇÃO DOCUMENTAL DOS “PRINCÍPIOS BATISTAS”: ENTRE A DOCTRINA E O PRINCÍPIO .....	62
3.1 Dualismo nos “Princípios Batistas”: “A Autoridade” .....	63
3.2 Dualismo nos “Princípios Batistas”: “O Indivíduo” .....	68
3.3 Dualismo nos “Princípios Batistas”: “A Vida Cristã” .....	70
3.4 Dualismo nos “Princípios Batistas”: “A Igreja” .....	72
3.5 Dualismo nos “Princípios Batistas”: “A Nossa Tarefa Contínua” .....	76
CONCLUSÃO .....	79
BIBLIOGRAFIA .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
REFERÊNCIAS .....	88
ANEXOS .....	89

## INTRODUÇÃO

Ao menos em dois instantes suscitou-me devida inquietação a respeito do grupo religioso dos batistas e seu documento institucional denominado “Princípios Batistas” (PB). O primeiro momento se deu no discurso de um dos professores do curso de mestrado em Ciências das Religiões, ao referir-se aos batistas: “sim, batistas não possuem dentro da história a referência pessoal de um fundador que os direcione ou os inspire assim como acontece com metodistas, wesleyanos ou presbiterianos e isso, de certa maneira, os deixa confusos”.

Pode-se afirmar que a referida inquietação se deveu não pelo ouvir da ausência de um fundador ou mártir histórico do grupo, fato já decantado no meio batista; não, não. Mas, na condição de analista do discurso, acabara de ser, talvez, imbuído “por um sentimento de provocação (tão próprio dos analistas do discurso!)”<sup>1</sup> ao perceber que este grupo, após quatro séculos de trajetória, apresentava-se de modo a ser caracterizado como um “confuso” grupo religioso.

O segundo momento compôs-se num diálogo com a Dra. Ida Lúcia Machado, diretora do NAD – Núcleo de Análise do Discurso, da UFMG, onde a mesma ponderou não compreender a razão de se usar a Análise do Discurso em prol de uma análise contextual religiosa. Neste caso, ela demonstrava uma clara relação com o grupo de analistas do discurso que consideram o discurso religioso, segundo Maingueneau, como “funcionais marginais”.<sup>2</sup>

Para o primeiro momento observado, pode-se entender a expressão “confuso” a partir das palavras de Carlos Novaes, quando refere-se a essa característica batista como sendo a sua “cultura fragmentária”, pois,

Não são poucos os episódios narrados a cerca de igrejas que se dividiram e subdividiram a partir de polêmicas doutrinárias, desentendimentos administrativos, questões políticas ou confrontos eclesiológicos. Como também não são raras as referências históricas, entre os batistas do Brasil e

---

<sup>1</sup> MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Orgs.). **Análise do Discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso/FALE/UFMG, 2001, p. 11.

<sup>2</sup> MAINGUENEAU, Dominique. Diversidade dos gêneros do discurso. In MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato (Orgs.). **Gêneros: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004, p. 44.

fora dele, em relação a recorrentes controvérsias e cisões, muitas vezes promovidas por razões ou causas sem qualquer relevância.<sup>3</sup>

No entanto, é a própria constituição histórica, a gênese do grupo, que apresenta-o com tal característica, ou seja, “que confere a eles essa tendência aparentemente para a fragmentação”.<sup>4</sup> Para Novaes, as razões podem ser encontradas em dois princípios sustentados pelos batistas: “a ênfase na competência do indivíduo para tomar suas próprias decisões morais e religiosas e a defesa da eclesiologia congregacionalista, que outorga soberania e autonomia aos membros”.<sup>5</sup> Assim, “a paixão batista pela liberdade é uma das principais razões pelas quais há tanta diversidade na vida batista”.<sup>6</sup>

Deste modo, é clarificado porque os batistas não se gloriam de um fundador exclusivo, visto que surgiram “como resultado de um movimento popular autônomo, embora não se possa esquecer a valiosa contribuição de John Smyth e Thomas Helwys”.<sup>7</sup> Para o Dr. Walter B. Shurden, “os batistas divergem e suas diferenças são frequentemente amplas e profundas. Mas isto sempre foi assim”,<sup>8</sup> o próprio movimento inicial dos batistas na Inglaterra do século XVII deu-se sob duas correntes: a dos batistas gerais e a dos batistas particulares.<sup>9</sup>

Os resultados que poderiam surgir e que de fato surgiram desse modo fragmentário de ser, não destoaram do seu arquetípico fundo histórico, fato que levou Barreto Jr. à duas conclusões: a) a existência de “muitos tipos de batistas no mundo, com convicções teológicas e doutrinárias diferentes, divididos na forma de pensar sobre temas variados”;<sup>10</sup> b) de fato, “o que identificava alguém ou um povo como batista, era um conjunto de princípios que podiam ser adotados por pessoas e igrejas que, em muitas coisas, diferiam umas das outras”.<sup>11</sup>

---

<sup>3</sup> NOVAES, Carlos. Vocação para a intolerância. In PINHEIRO, Jorge; SANTOS, Marcelo (Orgs.). **Os batistas: controvérsias e vocação para a intolerância**. São Paulo: Fonte Editorial, 2012. p. 09.

<sup>4</sup> NOVAES, In PINHEIRO; SANTOS, 2012, p. 11.

<sup>5</sup> NOVAES, In PINHEIRO; SANTOS, 2012, p. 11.

<sup>6</sup> SHURDEN, Walter B. **Quatro frágeis liberdades: resgatando a identidade e os princípios batistas**. Tradução Raimundo C. Barreto Jr.; Benedito G. Bezerra. Recife: MLK-B, 2005, p. 18.

<sup>7</sup> SANTOS, Marcelo. Raízes Históricas e Teológicas dos Batistas: de onde viemos? in PINHEIRO; SANTOS, 2012, p. 22, 23.

<sup>8</sup> SHURDEN, 2005, p. 18.

<sup>9</sup> “Afora outras diferenças, os Batistas Gerais criam no livre arbítrio e na ‘queda da graça’, e os Batistas Particulares criam na predestinação e que ‘uma vez salvo, salvo para sempre’”. SHURDEN, 2005, 18.

<sup>10</sup> BARRETO Jr. Apresentação ao público brasileiro. In SHURDEN, 2005, p. 12.

<sup>11</sup> BARRETO Jr., In SHURDEN, 2005, p. 12.

É interessante que os princípios da competência do indivíduo e da autonomia congregacional, em vez de abrirem as portas para convivências plurais e diversificadas, resultaram muitas vezes na imposição do isolamento e do pensamento único em lamentáveis demonstrações de insuspeita intolerância.<sup>12</sup>

Por conseguinte, o conjunto de princípios dos batistas, posteriormente transformado em documento e adotado por eles, não se distanciou do modo “confuso” do grupo, pois, ao que nos parece, tal documento apresenta duas realidades discursivas peculiares. Discursa aos batistas de modo dialogal aberto, permitindo-os o questionamento e a auto-avaliação. Entretanto, ao mesmo tempo, impõe-se, por vezes, como discurso doutrinário, inquestionável e fechado. Neste caso, como recorrer ao documento na prática? Os princípios devem ser entendidos como princípios dialogais ou doutrinas restritivas?

Os “Princípios Batistas”, deste modo, caracterizam-se pelos “agudos contrastes” existentes entre o grupo. Nas palavras de Shurden: “O que quer que se diga sobre os batistas uma coisa é certa: eles são muito diferentes entre si!”,<sup>13</sup> o que também acentua, a priori, o dualismo neste seu importante documento, os PB.

Quanto ao segundo momento de inquietude acima referido, não é difícil de justificar o emprego da Análise do Discurso em prol de uma análise contextual religiosa, sabendo que, no olhar do próprio NAD, uma das cinco dimensões do discurso é o “*discurso-relações*” donde, “entendemos o domínio de abrangência que devemos atribuir à análise do discurso”.<sup>14</sup>

Essa abrangência, com certeza, tem representado um procedimento importante à medida que possibilita uma convivência interdisciplinar enriquecedora. Tradicionalmente, muitas disciplinas sempre mantiveram interesses pela questão do discurso. A idéia, porém, de análise do discurso só fez crescer esse interesse. *Discurso-relações* representa, então, uma espécie de portal da análise do discurso: nele estão expostos todos os produtos ofertados.<sup>15</sup>

Ratificamos o uso da Análise do Discurso (AD) em um texto religioso por meio da condição propriamente polissêmica do termo “discurso” e da constatação a que, por fim, chegou a Dra. Ida Lúcia, de que “são várias as correntes de análise que se apresentam, se entrecruzam no momento atual, em torno da disciplina que

<sup>12</sup> NOVAES, In PINHEIRO; SANTOS, 2012, p. 12.

<sup>13</sup> SHURDEN, 2005, p. 19.

<sup>14</sup> MARI; MACHADO; MELLO, 2001, p. 14.

<sup>15</sup> MARI; MACHADO; MELLO, 2001, p. 14.

se convencionou chamar ‘Análise do Discurso’<sup>16</sup>. Deste modo, “não há nenhuma razão teórica importante para que a Análise do Discurso [...] descarte do campo do discurso textos filosóficos ou religiosos”.<sup>17</sup>

Com igual relevância destacar-se-á neste trabalho o “Sistema de Ideias” de Edgar Morin que contempla os conceitos de “Teoria” e “Doutrina”. Conceitos que serão assimilados com regimes discursivos, já que tal Sistema de Ideias compreende discurso, linguagem e texto - aparelhos de informação e ideologia, como se pode perceber ao longo de toda a sua obra “Para sair do século XX”.

A questão historiográfica a respeito da gênese dos batistas é o primeiro aspecto “a ser analisado para que seja possível abordar o tema a partir de uma visão ampla do assunto”<sup>18</sup> e constituirá a primeira parte do trabalho.

A partir da Inglaterra revolucionária do século XVII, versar-se-á sobre os antecedentes sociais ingleses à gênese dos batistas, bem como as confusas relações de poder na política, na religião e os inflamados movimentos separatistas em prol de liberdade que acabaram, por fim, formatando novas crenças e ideias de igrejas e liturgias sobre as quais discursaram os primeiros batistas. Esse contexto também acabou por ser responsável pelo transporte de batistas para a colônia inglesa na América do Norte que, dois séculos mais tarde, incumbiu-se de transplantar a sua “batistificação”<sup>19</sup> para o Brasil.

A segunda parte segue em companhia da Análise do Discurso para questões que envolvem o corpus “Princípios Batistas”, questões como a sua constituição e a sua identificação como sendo do gênero discursivo religioso. Ater-se-á também aos conceitos de Edgar Morin sobre “Teoria” e “Doutrina” como regimes discursivos distintos que servirão de fundo teórico para a análise pormenorizada dos PB.

Enfim, a última parte, dedicar-se-á à discussões pontuais dentro dos “Princípios Batistas” para a verificação da existência de regimes discursivos distintos

---

<sup>16</sup> “Aliás, antes mesmo da reflexão da existência – ou não – de uma ‘teoria dominante’ já se nota, em alguns pesquisadores de diferentes filiações teóricas, uma grande preocupação com a polissemia do termo ‘discurso’”. MACHADO, Ida Lúcia. Uma Teoria de Análise do Discurso: a semiolinguística. In MARI; MACHADO; MELLO, 2001, p. 39.

<sup>17</sup> MAINGUENEAU, In MACHADO; MELLO, 2004, p. 44.

<sup>18</sup> SANTOS, Marcelo. **O Marco Inicial Batista: uma discussão historiográfica sobre os primórdios do trabalho batista no Brasil**. Rio de Janeiro: Convicção Editora, 2011, p. 14.

<sup>19</sup> Termo criado por Martin E. Marty, em 1983 para identificar “que um novo *modo* religioso estava em progresso na América. [...] descreve o *estilo* batista de fé. [...] Batistificação é *um espírito* que permeia todos os princípios batistas”. SHURDEN, 2005, p. 17,18.

no documento que, porventura, possa resultar na sobreposição de um em detrimento ao outro. Em nossa hipótese, o caráter doutrinário dos Princípios prevalece sobre o seu caráter principativo, libertador.

## **1. ASPECTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS RELACIONADOS À ORIGEM DOS BATISTAS**

O que identifica os batistas como grupo religioso cristão? Quais são suas origens, bem como as de seu prumo discursivo que os transporta há quatro séculos pela história no mundo?

Em sua grande maioria, os batistas dirão que se apóiam “ao redor de princípios”,<sup>20</sup> pois se regozijam de não ter um fundador da igreja batista, como afirma Isaltino Gomes Coelho Filho.

Assim, estes são os objetivos deste capítulo e seus sub-temas: situar os batistas como grupo religioso na história, ambientando sua constituição e seu envolvimento direto na sociedade revolucionária inglesa a partir do século XVII, chegando, décadas mais tarde, à América colonial.

Em seguida, abordaremos a respeito do instável período de guerra de Secessão americana e ações missionárias que foram responsáveis por transplantar batistas da América do Norte para o Brasil, bem como a gestação de seus princípios constituídos denominacionalmente.

### **1.1 Do surgimento dos batistas: da Inglaterra ao Brasil**

A Inglaterra que deixara o século XVI para o século XVII, era mais um reflexo da névoa acinzentada que pairava sobre a Europa.<sup>21</sup> Esta névoa não era

---

<sup>20</sup> COELHO FILHO, Isaltino Gomes. **Os grandes princípios batistas**. 2009. Disponível em: <<http://www.isaltino.com.br/2009/11/os-grandes-principios-batistas>>. Acesso em: 12 fevereiro 2013.

<sup>21</sup> Christopher Hill afirma deste conturbado momento: “Durante muitos séculos as revoltas populares constituíram uma característica essencial da tradição inglesa, e as décadas centrais do século XVII presenciaram a maior revolução que já ocorreu na Grã-Bretanha”. HILL, Christopher. **O mundo de**

formada em função do encontro das massas de ar frio e quente, tão naturais no clima da região, mas pelo instante de violentos conflitos sociais a partir de ideais políticos e religiosos que, como informa Renato Sete,<sup>22</sup> provocou profundas marcas no mundo da época e no do porvir, como se buscará mostrar neste capítulo.

Por aquele tempo, a força da Igreja Católica desfragmentava-se, pois, inseria-se o fato de alguns reis ponderarem que a sua não submissão à liderança dessa igreja, exercida pelo papa, poderia torná-los, em seus países, os novos centros da servidão para seu povo.

Embora este movimento de insubordinação dos príncipes e governantes se viesse processando em toda a Idade Média, foi somente no século dezesseis, quando a igreja começou a se particularizar claramente, pondo-se ao lado do antigo antagonista, o imperador, oferecendo-lhe o seu apoio em troca do auxílio na campanha contra a heresia, que os príncipes começaram a pensar seriamente em se afastar da comunhão romana e fundar fragmentos ou seções de igrejas.<sup>23</sup>

Em meio a essa nova realidade encontravam-se as massas populacionais emergindo dos campos para as cidades, dando vista a novas classes sociais que também se indispuseram com o domínio católico. Não porque queriam se ver livres do caráter religioso, mas porque não tinham seu principal líder espiritual, o papa, como referência para a alma e para a vida comum diária.

Os seus movimentos contra a Igreja, dentro e fora dela, foram movimentos não para se libertar do controle religioso, mas para que o mesmo se fizesse mais completo e mais vasto. [...] Objetava ao papa, não por ser chefe religioso do mundo, mas porque não o era; porque era um príncipe rico e terreno quando deveria ser o seu guia e diretor espiritual.<sup>24</sup>

Portanto, mudanças profundas estavam prestes a serem instauradas e, devido “à enorme extensão da colonização britânica”,<sup>25</sup> os resultados transformadores que surgiram desses momentos, chegaram a outras partes do mundo abrasando idéias, atos políticos e religiosos, formatando novos discursos, como os que vieram a partir do discurso religioso reformador.

---

**ponta a cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 29.

<sup>22</sup> SETE, 1987, apud HILL, 1987, p. 11.

<sup>23</sup> WELLS, H. G. **História Universal**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 537.

<sup>24</sup> WELLS, 1968, p. 538.

<sup>25</sup> CAIRNS, Earle E. **O Cristianismo através dos séculos**. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1988, p. 266.



É sob essas condições que o protestantismo batista é gestado em terreno inglês e alcança terras transoceânicas, chegando ao Novo Mundo. Primeiro na América do Norte, com os Pais Peregrinos e, mais tarde, ao Brasil, com os missionários.

Compreender essa trajetória é apalpar solo rico para analisar a constituição dos batistas e parte de seu discurso religioso encontrado em seus princípios. Discurso como o de liberdade religiosa, gestado no correr dessa época.

É sobre esse conteúdo que passamos a discorrer agora, respaldando-o com aqueles que por esta trilha de pesquisa historiográfica já deixaram suas pegadas.

### 1.1.1 Antecedentes ingleses da gênese batista

A confusa condição inglesa a partir do fim do século XVI e, exponencialmente em meados do século XVII, não era única, apenas seguia as instabilidades vividas pelos países europeus como afirma Aston: “Os problemas desse país não lhe eram privativos. Toda a Europa enfrentava uma crise em meados do século XVII e ela se expressava por meio de uma série de conflitos, revoltas e guerras civis”.<sup>26</sup> “Enquanto as lutas pelo poder e a rivalidade entre dinastias eram constantes na política europeia, a adição do ódio religioso tornou os conflitos ainda mais terríveis e dolorosos.”<sup>27</sup>

Na realidade, o que se observa é uma mescla de anseios políticos pelo poder, muitas vezes justificados por discursos religiosos.

Com frequência, as lutas transformavam-se em guerras civis enquanto europeus combatiam uns aos outros acreditando ser ‘santos armados’ chamados para eliminar aqueles que denominavam indiscriminadamente de ‘Anticristo’.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> ASTON, 1965, apud HILL, Christopher. **O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa**. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 13.

<sup>27</sup> CLOUSE, Robert G. **Dois Reinos: A igreja e a cultura interagindo ao longo dos séculos**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003, p. 255.

<sup>28</sup> CLOUSE, 2003, p.255.

No aspecto religioso, a Europa deste tempo mais “parecia um espelho quebrado, deformando a imagem da Igreja”,<sup>29</sup> que teve diminuído o seu prestígio por atos corruptos executados e exigidos pelo próprio clero, como no caso das *simonias*, onde a igreja podia vender cargos eclesiásticos e outras vantagens espirituais.

Para Jonathan Hill,

o papado como instituição tinha sua influência no mundo em franca decadência. Isso não se devia simplesmente à corrupção e à ineficácia de muitos dos papas. Teológica e politicamente sua posição se tornava menos segura.<sup>30</sup>

Na Inglaterra, essa realidade deu o tom para os ingleses seguirem o novo, mas estreito caminho que já se consolidava na Europa a partir da reforma na Igreja Católica: o Protestantismo.

O governo inglês que descendia da dinastia Tudor (1485 – 1603) tinha por base aliada não mais a antiga nobreza feudal, mas uma classe emergente de camponeses – *gentry*,<sup>31</sup> que ascendeu com a valorização e a divisão da terra.<sup>32</sup>

Recorda-se que os monarcas da casa de Tudor [...] forjaram um estado nacional forte que permitia ao rei, através do exército e da burocracia, propiciar à classe média emergente a segurança essencial à economia. Em troca, a classe média aceitava as restrições à sua liberdade e cooperava com o rei, que os empregava no governo.<sup>33</sup>

O resultado foi um sentimento nacionalista e uma revolta contra os ditames da Igreja Católica nas questões religiosas, bem como suas posses e controle de terras no país. Sentimento grandemente fomentado pela política do rei Tudor, Henrique VIII (1491-1547). Ele, vislumbrando uma reforma, não obstante de caráter pessoal e não puramente religiosa,<sup>34</sup> submeteu o clero inglês à sua autoridade<sup>35</sup> e

<sup>29</sup> PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. São Paulo: Paulus, 1982, p.177.

<sup>30</sup> HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Edições Rosari, 2008, p. 248.

<sup>31</sup> Christopher Hill informa que a *gentry* era a pequena nobreza, geralmente agrária. Também era chamada de *nobilitas minor*. HILL, 1987, p.29.

<sup>32</sup> Christopher Hill esclarece a respeito deste momento: “Ao longo do século XVI os grandes senhores feudais haviam sido desarmados e subjugados, a Igreja perdera suas concessões internacionais, grande parte de suas propriedades e muitas de suas imunidades”. HILL, 1988, p. 14.

<sup>33</sup> CAIRNS, 1988, p. 266.

<sup>34</sup> Henrique VIII desejava um herdeiro homem para o trono inglês e não sua filha Maria, fruto do casamento com Catarina de Aragão. Assim, desejou divorciasse de Catarina para casar-se com Ana Bolena e para isso necessitava de apoio do clero inglês.

<sup>35</sup> “Nós, vossos mais humildes súditos...primeiramente oferecemos e prometemos, *in verbo sacerdoti*, aqui a Vossa Alteza, submetendo-nos mui humildemente a ela, que daqui em diante não mais estabeleceremos, introduziremos, promulgaremos ou executaremos quaisquer novos cânones ou constituições provinciais, ou qualquer nova de Vossa Alteza, dada por escrito, a não ser que

retirou das mãos da Igreja Católica boa parte de suas propriedades no país, dando-as ou vendendo-as a baixo preço à nova classe média, sua base aliada.<sup>36</sup>

A classe média, que iria influenciar os novos rumos das questões governamentais e o uso da fé na Inglaterra, em sua maioria, aprovou as mudanças realizadas pelo rei, incluindo a sua separação matrimonial com Catarina de Aragão (1485 – 1536) e seu casamento com Ana Bolena<sup>37</sup> (1501 - 1536) em 1533.

Na sucessão de Henrique por seu filho Eduardo VI (1547-1553), a Inglaterra viu maiores mudanças para o Protestantismo nas ações do arcebispo Thomas Cranmer (1489 -1556) do conselho real. Isso porque Eduardo VI ainda era muito jovem para governar sozinho e tinha como tutor o Duque de Somerset.<sup>38</sup> Shelley informa que: “O poder de governo sob o jovem Eduardo pertencia a um grupo de conselheiros reais simpatizantes da reforma protestante, de maneira que a política passou abruptamente para uma direção protestante”.<sup>39</sup>

Cranmer foi responsável por mudanças no serviço do culto. Ele instituiu o Livro de Oração Comum<sup>40</sup> e trabalhou na elaboração dos chamados 42 Artigos.

Os 42 artigos que daí surgiram se tornaram o credo da Igreja Anglicana por decreto real em 1553. Os artigos eram de tonalidade calvinista, especialmente nos capítulos referentes à predestinação e à Comunhão. Logo depois da assinatura deste Ato, o jovem rei morreu.<sup>41</sup>

Com a morte de Eduardo VI ainda restavam duas Tudor para governar a Inglaterra: Maria e Elizabeth.

Maria (1553-1558), ao assumir a coroa, buscou reconduzir o país às doutrinas católicas que há sete anos deixara de ser referência para a fé dos ingleses. Perseguições contra insubordinados se intensificaram e a condenação à

Vossa Alteza por seu real consentimento nos dê permissão...”. Parte da Convocação de submissão Episcopal de 1532 a Henrique VIII. BETTENSON, Henry. **Documentos da Igreja Cristã**. 4. ed. São Paulo: Aste, 2001, p.328.

<sup>36</sup> CAIRNS, 1988, p.269. Clouse (2003, p. 246), ratifica esta afirmação de Cairns.

<sup>37</sup> CLOUSE, 2003, p.246.

<sup>38</sup> CAIRNS, 1988, p.269.

<sup>39</sup> SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos: uma narrativa do desenvolvimento da igreja cristã através dos séculos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004, p.300.

<sup>40</sup> De acordo com Hill (2008, p.256) era o livro de uma coleção de preces e liturgias para serem usadas pelas igrejas inglesas.

<sup>41</sup> CAIRNS, 1988, p. 270.

morte por deslealdade à fé da rainha era o preço a ser pago. Sobre Maria, Hill afirma:

Era uma católica devota e estava determinada a voltar atrás com relação às reformas do pai e restabelecer o Catolicismo. Aqueles que se recusaram a renunciar ao Protestantismo foram executados [...] incluindo Thomas Cranmer [...]. Por isso, a rainha se tornou conhecida como 'Maria, a Sanguinária'.<sup>42</sup>

Contudo, aqueles que ansiavam pelos rumos protestantes na eclesiologia inglesa não se intimidaram. As sentenças decretadas por Maria acabaram produzindo mártires em prol da causa anticatólica. Como afirma Hill, “o tiro saiu pela culatra. A coragem daqueles que morreram era exaltada pelo trabalho de John Foxe”,<sup>43</sup> na obra que ficou conhecida como o Livro dos Mártires (1571). Foxe (1517-1587) escreveu deste momento:

Maria, ao alcançar a coroa por meio de falsas promessas, empreendeu rapidamente as suas expressas intenções de extirpar e queimar a cada protestante. Foi coroada em Westminster do modo usual, e a sua ascensão tornou-se o sinal para o início da sangrenta perseguição que passou a ter lugar.  
Após obter a espada da autoridade, não foi descuidada ao empregá-la.<sup>44</sup>

Através da leitura do escrito de Foxe, grande parte dos ingleses se colocou contra os católicos e “a violenta perseguição chefiada pela rainha Maria [...], paralisou a reforma, mas não impediu que o espírito do protestantismo permanecesse e, talvez, se fortificasse”.<sup>45</sup>

Quando Maria Tudor morreu (1558), muitos ingleses contrários à sua fé haviam deixado o país indo para o continente, obtendo maior contato com protestantes e formulando<sup>46</sup> ali, ainda que prototípica para a fé batista, idéia e discurso de igreja livre sob nova consciência doutrinária a respeito do batismo e do que era interpretado como união voluntária com Cristo.<sup>47</sup>

<sup>42</sup> HILL, 2008, p. 256.

<sup>43</sup> HILL, 2008, p. 257.

<sup>44</sup> FOXE, John. **O livro dos mártires**. 4. ed. São Paulo: CPAD. 2002, p.249.

<sup>45</sup> MENDONÇA, Antônio Gouveia. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Paulinas, 1982, p.30

<sup>46</sup> MENDONÇA, 1982, p.35.

<sup>47</sup> Esta ideia sustentava que “os crentes deviam se unir a Cristo e uns aos outros para uma aliança voluntária, que os oficiais da igreja deveriam ser escolhidos pelos membros e que nenhuma congregação deveria ter autoridade sobre a outra”. AZEVEDO, Israel Belo de. **A celebração do**

Foi no governo da última Tudor, Elizabeth I (1558-1603), que “a igreja anglicana assumiu seu caráter distintivo; nem romano, nem reformador”.<sup>48</sup> Era o tempo do compromisso, quando essa igreja inglesa, orquestrada pela rainha, agora denominada “Governante Supremo”, mantinha um regime eclesiástico que agradava a católicos e protestantes, evitando “os extremos de qualquer facção religiosa”.<sup>49</sup> “A rainha não desejava que o abalo fosse grande ao ponto de desagradar muita gente. Embora a teologia fosse reformada, o sistema de governo hierarquizado tradicional e as antigas formas de culto foram mantidas.”<sup>50</sup>

Contudo, Elizabeth encontrou a resistência de Roma e da Espanha. De Roma porque ao clero católico não aceitara o casamento de seus pais, Henrique VIII e Ana Bolena. Da Espanha, porque seu rei, Filipe II, fora casado com Maria Tudor e ansiava o trono inglês.<sup>51</sup>

Quase como que uma distração, enquanto a rainha se mantinha ocupada contra o papa e os espanhóis, ao final da década de 1560, uma nova força se agigantava dentro da própria Igreja Anglicana buscando transformá-la. Essa força era sustentada por comerciantes e a nobreza rural – *gentry*, que, em muito, influenciava os negócios no país.

A transformação que eles almejavam foi vista como um tipo de purificação eclesiástica. Assim, por este tempo, os membros desse grupo, foram denominados de puritanos e o seu movimento; Puritanismo.

Eles desejavam “purificar” a Igreja da Inglaterra de todos os vestígios do que eles acreditavam ser os restos da corrupção que sobrevivera da conexão romana. Muitos deles se refugiaram no continente durante o reinado de Maria e ali tiveram contactos íntimos com os protestantes.<sup>52</sup>

... sustentaram que os cargos, na igreja cristã, não são sacerdotais nem senhoriais; e que ninguém devia ser eleito bispo pelo fato de ser clérigo, e nem por esta razão, pretender aproximar-se mais de Deus do que os seculares, ou porque o governo lhe havia sido confiado por uma autoridade fora da igreja, mas sim porque os ofícios de superintendente e de pastor

---

**indivíduo: a formação do pensamento batista brasileiro.** 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2004, p.76. Assim, observa-se que este ideal retirava de cena a liderança eclesiástica estatal e outorgava a cada igreja local plenos poderes administrativos.

<sup>48</sup> SHALLEY, 2004, p. 301.

<sup>49</sup> CAIRNS, 1988, p. 271.

<sup>50</sup> MENDONÇA, 1984, p. 35.

<sup>51</sup> CAIRNS, 1988, p. 271.

<sup>52</sup> LATOURETTE, Kenneth Scott. **Uma história do cristianismo.** São Paulo: Hagnos, v. 2: 1500 a.D. a 1975, 2006, p. 1101.

são de utilidade para a igreja, e também porque a igreja chama esses homens para a servirem dentro dos limites de suas funções.<sup>53</sup>

O movimento puritano tanto ganhou força quanto adquiriu, nos anos seguintes, novas faces ao se dividir. Cairns<sup>54</sup> nos apresenta o seguinte quadro a respeito das subdivisões a que passou o Puritanismo, abrindo caminho para a confirmação dos primeiros batistas.

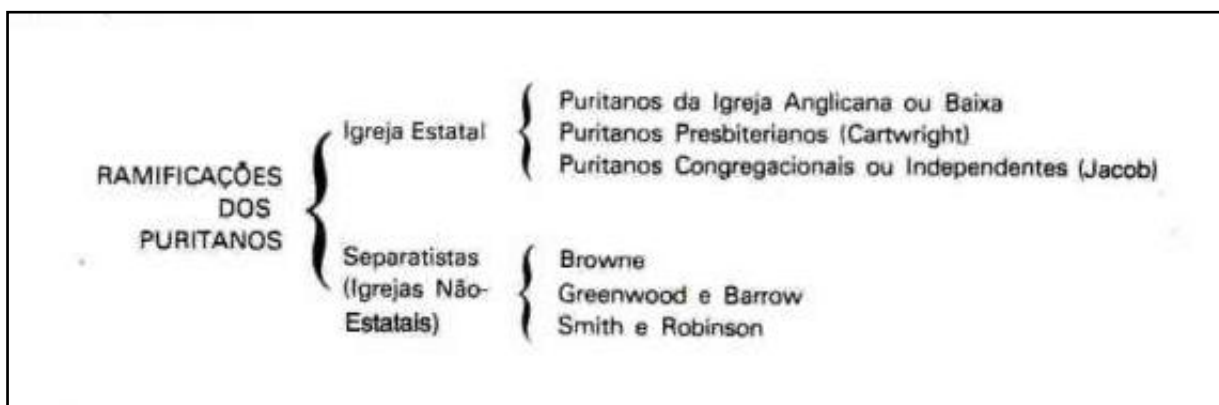


Figura 1: As Ramificações do Puritanismo

### 1.1.2 Os puritanos e a gênese batista

Do ambiente puritano diversificado que marcou os ingleses, “especialmente em função de algumas idéias políticas e religiosas, consideradas avançadas”,<sup>55</sup> Azevedo<sup>56</sup> afirma que era difícil a clara identificação dos grupos que surgiam e que começavam a ser denominados. Aqueles que eram conhecidos como separatistas – ainda que não estruturados, foram considerados os mais radicais, pois “estavam convencidos de que a única maneira de completar a reforma na igreja era separando-se da Igreja Anglicana”.<sup>57</sup> Firmaram-se sob a idéia de um pacto eclesiástico denominado união voluntária – já descrita acima, onde cada fiel estava unido à sua congregação e a Cristo de maneira conscientemente voluntária e cada

<sup>53</sup> MUIRHEAD. H. H. **O cristianismo através dos séculos**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, v. 2, 1963, p. 266.

<sup>54</sup> CAIRNS, 1988, p.275.

<sup>55</sup> AZEVEDO, 2004, p. 75.

<sup>56</sup> AZEVEDO, 2004, p. 75,76.

<sup>57</sup> CLOUSE, 2003, p.327.

congregação era autogovernada, tornando clara a sua objeção pela interferência da igreja estatal.

Nenhuma igreja deveria ter autoridade sobre a outra e em cada igreja cada membro era responsável pelo bem-estar do todo e seus companheiros individuais. Na teoria e numa grande medida na prática, tais igrejas eram puras democracias. Elas foram ancestrais dos posteriores congregacionalistas. Eram separatistas no sentido em que se retiravam da Igreja da Inglaterra e independentes no sentido em que se criam na plena autonomia da cada igreja local.<sup>58</sup>

Para esta pesquisa, dois grupos dos separatistas se destacam, a saber: um grupo da cidade de Gainsborough, donde sobressaem os líderes Thomas Helwys (c.1570-c.1615), John Smyth (1561-1612) e John Murton (1585 - c. 1626). E o grupo da cidade de Scrooby, destacando-se daí John Robinson (1576 - 1625).<sup>59</sup>

Com a morte de Elizabeth I em 1603 e coroação de Jaime I, esses dois grupos de separatistas, em virtude da política de perseguição implementada pelo novo governante, refugiaram-se na Holanda em busca de liberdade individual e religiosa.<sup>60</sup> O grupo de Gainsborough instalou-se em Amsterdã e o grupo de Scrooby instalou-se em Leyden.<sup>61</sup>

Os de Gainsborough, liderados por John Smyth e Thomas Helweys, foram grandemente influenciados pelo protestantismo já instaurado na Holanda. John Smyth, a partir de 1605, passou a escrever sistematicamente a respeito da liberdade religiosa e civil. De acordo com o historiador Zaqueu de Oliveira,<sup>62</sup> os escritos são os seguintes: “Um modelo de verdadeira oração” (1605); “Princípios e inferências concernentes à igreja visível” (1607); “Paralelos, censuras e observações” (1609); “O caráter da besta” (1609). Acrescenta-se ainda uma confissão de fé - com 20 artigos (1609), outra com 38 artigos (1610) e mais uma confissão de fé de 1612.

De posse desses novos ideais e discursos a respeito de igreja livre e a respeito do batismo,<sup>63</sup> esses líderes e mais trinta e seis pessoas, no ano de 1609,

<sup>58</sup> LATOURETTE, 2006, p. 1104.

<sup>59</sup> Segundo Oliveira ainda não se pode precisar as datas de nascimento e morte de Thomas Helweys. Possivelmente nasceu na década de 1570 e faleceu entre os anos 1615 e 1616. OLIVEIRA, Zaqueu Moreira de. **Liberdade e exclusivismo: ensaios sobre os batistas ingleses**. Rio de Janeiro: Horizontal, Recife: STBNB Edições, 1997, p.32, 43, 67.

<sup>60</sup> PEREIRA, José dos Reis. **Breve História dos Batistas**. 4. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1994, p. 68.

<sup>61</sup> VEDDER, Henrique C. **Breve História dos Batistas**. Recife: Faculdade Theologica Baptista do Recife, 1934, p.227.

<sup>62</sup> OLIVEIRA, 1997, p. 79-83.

<sup>63</sup> Somente pessoas conscientes e de modo voluntário deveriam decidir serem batizadas. Sendo assim, escolheriam a qual igreja pertencer. Nesta questão, uma criança ao nascer não era

“organizaram a primeira igreja composta de ingleses que era conhecida pela circunstância de sustentar o batismo de crentes somente”,<sup>64</sup> sendo por isso, considerada, tradicionalmente, a primeira igreja batista.<sup>65</sup> Pereira, historiador batista, descreve esse momento:

Dessa maneira foi organizada, em Amsterdã, em 1609, uma igreja batista de língua inglesa, que é considerada a primeira igreja batista [...]. Não que tivessem esse nome. Mas porque adotou uma prática que é característica batista: o batismo após profissão de fé como condição para a entrada na igreja.<sup>66</sup>

Ressalta-se assim que, não obstante esta igreja prezar pelo batismo feito de modo consciente e voluntário para filiação a ela - uma doutrina batista, tal igreja não confere a si mesma o título Batista. O próprio batismo praticado foi por afusão e não por imersão, como praticam hoje os batistas.<sup>67</sup>

O que se pode entender desse momento, é que este era um estágio embrionário dos batistas como novo movimento religioso, sem ainda consciência denominacional estabelecida. Contudo, acentua-se que, como marco histórico, é esse o momento que ao longo dos anos foi oficialmente assumido pelos batistas como sua gênese.<sup>68</sup> Fato que, atualmente, é confirmado pelos mesmos conforme descrição Azevedo na página oficial dos batistas brasileiros na internet: “o que se sabe permite registrar, sem margem de erro, que os primeiros batistas surgiram em 1609 em Amsterdã”.<sup>69</sup>

---

automaticamente pertencente à igreja oficial inglesa. Este era um pensamento considerado subversivo pela igreja do estado. HILL, Christopher. **The century of revolution 1603-1714**. London: Routledge Classics, 2002, p. 166.

<sup>64</sup> VEDDER, 1934, p.228.

<sup>65</sup> É possível compreender esta consideração dos batistas, pois pauta-se também nas declarações da expressão “*batismo*” usada por John Smyth quanto ele assevera: “Que nós deixamos a profissão do puritanismo para o browismo e do browismo para o verdadeiro batismo cristão não mal ou reprovável em si mesmo, exceto se ficar provado que nós deixamos a verdadeira religião. Se nós, entretanto, estando anteriormente enganados no caminho de pedobatistério, então que nenhum homem nos impute isto como erro”. UNDERWOOD, 1956 apud AZEVEDO, 2004, p. 77.

<sup>66</sup> PEREIRA, 1994, p.68.

<sup>67</sup> VEDDER, 1934, p. 228.

<sup>68</sup> SOUZA, Sócrates Oliveira de (Org.). **Pacto e comunhão: documentos batistas**. Rio de Janeiro: JUERP, 2004, p. 46.

<sup>69</sup> AZEVEDO, Israel Belo. **Batistas comemoram 400 anos**. 2009. Convenção Batista Brasileira. Disponível em: <[http://batistas.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=66:batistas-comemoram-400-anos&catid=24:artigo3&Itemid=42](http://batistas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=66:batistas-comemoram-400-anos&catid=24:artigo3&Itemid=42)>. Acesso em: 19 setembro 2010.



A igreja fundada na Holanda não vingou. Seu líder, John Smyth, logo depois descreditou de seu batismo<sup>70</sup> e, juntamente com outros do grupo, buscou unir-se aos menonitas. Mas Smyth não foi aceito e veio a falecer em 1612.

O legado batista ficou a cargo de Thomas Helweys e John Murton, mas não mais na Holanda. Eles e o restante do grupo voltaram (1611) à Inglaterra e, em 1612, de posse de uma declaração de fé elaborada por Helwys,<sup>71</sup> formaram em Spitalfields uma igreja com características da anterior, praticando o batismo por aspersão.<sup>72</sup>

Thomas Helwys, John Murton e outros voltaram a Londres, provavelmente durante o ano de 1611, e fundaram a primeira igreja batista composta de ingleses que se sabe ter existido no solo inglês. Esta igreja era também arminiana em sua teologia, e igrejas deste tipo vieram a ser chamadas Batistas Gerais, porque sustentavam uma expiação geral para todos os homens.<sup>73</sup>

“É esta igreja que agora inicia a linhagem das igrejas batistas que começam a crescer na Inglaterra.”<sup>74</sup> Em 1626 onze igrejas semelhantes a estas podem ser contadas no país. Já em 1644, quando o número de igrejas chegava a quarenta e sete,<sup>75</sup> surgiu “a chamada ‘London Confession’, a primeira declaração batista formal”,<sup>76</sup> “preparada por sete congregações batistas, em Londres”<sup>77</sup> e, pode-se dizer, o primeiro escrito oficial onde seu conteúdo apontava para o que seria posteriormente organizado como “Princípios Batistas”.

O número de pessoas que se associou a essas igrejas a partir dessa época obteve um acréscimo considerável na Inglaterra e o discurso de liberdade não apenas na condição religiosa, mas também econômica e política, norteava este crescimento.

---

<sup>70</sup> John Smyth é chamado de se-batista, pelo fato de no início da igreja em Amsterdã, ter batizado a si mesmo. “Uma crítica o atingiu de modo especial: Por que ele não procurou os anabatistas holandeses para receber de um de seus anciãos o batismo? [...] estes argumentos martelaram a cabeça de Smyth, terminando por perturbá-lo, pelo que se dirigiu para o grupo de menonitas que existia ali...” OLIVEIRA, 1997, p. 38.

<sup>71</sup> Nesta declaração de fé o grupo passava a afirmar “o batismo como uma manifestação exterior da morte com Cristo e novidade de vida, pelo que não deveria ser ministrado a criança, e defendia a independência entre a consciência e lei.” AZEVEDO, 2004, p.76.

<sup>72</sup> AZEVEDO, 2004, p. 78.

<sup>73</sup> VEDDER, 1934, p. 229.

<sup>74</sup> SOUZA, 2010, p.57.

<sup>75</sup> VEDDER, Henrique C. **Breve história dos batistas**. Recife: Typ. d`A Mensagem, 1918, p. 89.

<sup>76</sup> AZEVEDO, 2004, p. 85.

<sup>77</sup> FÉ para hoje. **A confissão de fé batista de 1689**. São José dos Campos: Editora Fiel, 1991, p. 5.

Certamente, alguns fatores contribuíram para a solidificação dos grupos batistas. Um deles foram os debates em torno da liberdade religiosa (garantida só em 1689), transformados numa espécie de estratégia de expansão. Contribuíram para o crescimento. Ademais, não se pode esquecer que a maioria provinha de estratos pobres da sociedade. Deve ser mencionada aqui também que a perseguição de que foram vítimas também contribuiu para forjar sua teoria política de separação entre igreja e estado. [...] Outro fator para esta expansão e marca distintiva dos batistas, explicativa de parte da sua coesão, foi a organização em associações voluntárias de igrejas.

A partir delas se desenvolveu uma consciência propriamente denominacional, posteriormente fortalecida nos Estados Unidos.<sup>78</sup>

Atualmente, não obstante alguns poucos batistas passionalmente afirmarem que sua origem seja anterior a essa época,<sup>79</sup> sua história, como visto, apresenta fatos e registros inegáveis de que os batistas nasceram ingleses, pós-reformados, mas herdeiros dela. Fazem parte da “revolução inglesa, gestada no interior do amplo movimento puritano”.<sup>80</sup> O historiador batista, Vedder, afirma:

Com a primeira década do século dezessete chegamos a terreno sólido na história batista. Antes deste tempo a história é mais ou menos assunto de conjecturas e de nossas conclusões se pode duvidar; porém após esta época temos uma sucessão ininterrupta de Igrejas Batistas, estabelecida por documentos indubitáveis.<sup>81</sup>

São estes os fatores históricos que podem ser observados como pano de fundo para o surgimento dos batistas. Por seu anseio por liberdade religiosa, foram perseguidos nas décadas seguintes do século XVII, mas seu legado se revelou também próspero com influência nas esferas religiosa e política na Inglaterra e, especialmente, na próxima terra que alcançariam: América do Norte.

### 1.1.3 Da Inglaterra para a América do Norte

<sup>78</sup> AZEVEDO, 2004, p.79 - 80.

<sup>79</sup> Entre os Batistas mais tradicionais há uma corrente de pensamento que julga ser os batistas descendentes diretos dos primeiros cristãos do século I e a esta corrente deu-se o nome de JJJ, Jerusalém-Jordão-João. “Foi esposada por historiadores como Thomas Crosby, que escreveu entre 1738 e 1740 uma ‘História dos Batistas Ingleses’, em quatro volumes. [...] Adota também essa teoria um opúsculo largamente difundido no Brasil sob o título ‘O Rastro de Sangue’, de autoria do pastor batista, J. M. Carrol.” PEREIRA, 1994, p.9.

<sup>80</sup> HILL, 1992, apud AZEVEDO, 2004, p.89.

<sup>81</sup> VEDDER, 1918, p.87.

Não obstante a causa primeira da chegada dos ingleses à América do Norte ter sido o desejo de encontrar uma rota para a Ásia e, posteriormente, a exploração da própria terra americana,<sup>82</sup> há de se considerar a forte influência do quesito religioso na viagem dos colonos.

Quando do início da exploração pela Virgínia Company<sup>83</sup> das terras americanas a partir de 1607, o embarque dos primeiros ingleses era encharcado de discurso religioso regado por citações de passagens bíblicas e, por isso, a motivação religiosa “foi extremamente importante no estabelecimento de colônias”.<sup>84</sup>

John Cotton, ao anunciar o sermão de despedida aos imigrantes no ano de 1630, usou a passagem bíblica de II Samuel 7.10: “Preparei lugar para o meu povo, para Israel, e o plantarei, para que habite no seu lugar e não mais seja perturbado, e jamais os filhos da perversidade o aflijam, como dantes”.<sup>85</sup>

Cotton declarou que, como os antigos israelitas, esses imigrantes eram povos escolhidos de Deus, levados à terra que ele havia prometido e preparado. Nessa nova terra, eles poderiam trabalhar pela glória de Deus sem serem perturbados.<sup>86</sup>

O mesmo sentimento foi expresso por John Robinson, que pastoreava uma comunidade batista em Leyden e a incentivou a emigrar. Como parte do seu esforço para conseguir financiamento para o projeto migratório, ele escreveu numa carta: *Nós cremos e confiamos que o Senhor está conosco, a quem e cujo serviço temos dado nossas vidas em muitas lutas, e que ele graciosamente fará prosperar nossos esforços com a simplicidade de nossos corações.*<sup>87</sup>

Percebe-se que o discurso religioso foi o fermento que fez crescer a massa de ansiedade já existente em parte dos ingleses para uma nova vida na colônia. Neste sentido, a Bíblia, “palavra de Deus”,<sup>88</sup> foi usada como autorização de saída, como visto de viagem para os colonos ao novo mundo. E se a Bíblia confirmava o

---

<sup>82</sup> HILL, 2008, p. 295.

<sup>83</sup> Empresa que recebeu do governo inglês a autorização para explorar terras na América do Norte e o transporte de colonos para esse novo lugar. Mais informações podem ser encontradas no site histórico da cidade de Jamestowne. HISTORIC Jamestowne. **Virginia Company**. Disponível em: <[http://www.preservationvirginia.org/rediscovery/page.php?page\\_id=22](http://www.preservationvirginia.org/rediscovery/page.php?page_id=22)> Acesso em: 22 agosto 2011.

<sup>84</sup> CAIRNS, 1988, p.309.

<sup>85</sup> Utilizada a versão Revista e Atualizada, 2ª edição da SBB. BÍBLIA de Estudo Vida. Editora Vida: São Paulo, 1998, p. 475.

<sup>86</sup> SHALLEY, 2004, p. 325.

<sup>87</sup> AZEVEDO, 2004. p.100 - 101.

<sup>88</sup> Tanto a Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira quanto os Princípios Batistas usam a expressão para definir assim a bíblia e a sua importância para os mesmos. SOUZA, 2004, p.14, 29.

desejo de saída, pois era a “verdade infalível e autoridade divina”<sup>89</sup> (tradução nossa), a realidade da política de perseguição inglesa era a dura verdade a ser rejeitada por puritanos separatistas, como já visto na seção anterior.

Por isso, o ex-ministro anglicano Roger Williams (1603-1683), após adotar idéias separatistas<sup>90</sup> de liberdade, mudou-se para a colônia em 1631, mais precisamente para Boston. Aparentemente, a nova colônia com seus assentamentos e novas cidades, estruturava-se sob forte consciência religiosa cristã, emaranhada<sup>91</sup> de consciência civil de liberdade. O *quaker* Wilian Penn, por exemplo, que fundou West Jersey e East Jersey,

[...] inaugurou a Pensilvânia como um “experimento santo” com Filadélfia, a cidade do amor fraternal, como sua capital, e operando sob uma *Estrutura de Governo* que, de modo semelhante a Massachusetts e Connecticut, procurou lançar os fundamentos de uma sociedade construída em princípios cristãos e governada por ideais cristãos.<sup>92</sup>

Neste sentido, percebe-se que a tradição teológico-dogmática sobrepunha-se ao princípio de consciência de liberdade civil, quase como que uma espécie de teocracia. Contudo, na Nova Inglaterra, o ranço da religiosidade anglicana era muito maior que se podia esperar, a intolerância religiosa inglesa, da qual Roger Williams fugira, já se impregnara ali.<sup>93</sup> Roger,

...defendeu a liberdade de consciência, *soul-liberty*, no terreno natural como no bíblico. [...] As autoridades iniciaram contra ele uma perseguição e para evitar perturbações, ele se ausentou de Salém por algum tempo, mas logo que voltou como pastor da igreja foi preso, julgado pelo tribunal de Boston e, em 1635, condenado a desterro, por *ter levantado e propagado novas e perigosas opiniões contra a autoridade dos magistrados*.<sup>94</sup>

<sup>89</sup> “*the infallible truth, and divine authority*”. LEITH, John H. **Creeds of the churchs**. 3. ed. Louisville: John Knox Press, 1982, p. 195.

<sup>90</sup> Rushbrooke afirma que Roger Williams teve contato com os primeiros batistas e seus princípios, já na Inglaterra. “foi por alguns meses membro de uma comunidade batista do tipo que havia em seus dias” RUSHBROOKE, 1936, apud OLIVEIRA, 1997, p. 113.

<sup>91</sup> Como acontecia na Inglaterra, o misto entre intolerância religiosa e direitos civis em virtude da direta ligação com a Igreja Anglicana, já havia se instaurado na colônia. Nesta prototípica nação ainda não estavam delimitados os discursos meramente religiosos e os meramente civis.

<sup>92</sup> LATOURETTE, 2006, p. 1293.

<sup>93</sup> CRABTREE, A. R. **História dos Batistas do Brasil até o ano de 1906**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1962, p. 35.

<sup>94</sup> CRABTREE, 1962, 35.

Por isso, Williams tornou-se peregrino na nova terra e carregou, em sua bagagem, palavras contra a imposição do governo local sobre a igreja,<sup>95</sup> bem como o novo ideal de que os nativos também tinham direito à propriedade da terra. Assim, “seguindo o conselho de Roger Williams, Plymouth tentou dar tratamento igualitário aos nativos americanos perante o tribunal, no que se referia aos títulos de terra, pois eram pessoas igualmente criadas à imagem de Deus”.<sup>96</sup> Observa-se que o conceito civil de liberdade é justificado por uma doutrina teológica bíblica.

Williams foi persistente em seu discurso, o que custou-lhe a acusação de estar “propagando e divulgando novas e perigosas opiniões contra a autoridade dos magistrados”.<sup>97</sup> Neste movimento, Williams enfrentou o líder da Corte Geral da igreja na colônia, John Cotton<sup>98</sup> (1585-1682) e, conseqüentemente, a coroa inglesa que, para ele, era fraca na condição de conceder, por direito, terra aos nativos.<sup>99</sup>

Desta maneira, a realidade da colônia indicava que o discurso de liberdade com o qual buscava se desenvolver acolhia alguns, mas não a todos como, por exemplo, os primeiros da terra, ou seja, os nativos indígenas.<sup>100</sup> Losurdo, considera este discurso um paradoxo, diz:

A democracia desenvolveu-se na América do Norte no seio da comunidade branca simultaneamente com a escravização dos negros e a deportação dos índios. [...] Também eram proprietários de escravos os que redigiram a Declaração de Independência e a Constituição. Sem escravatura (mais a correspondente segregação racial) não se pode entender a ‘liberdade americana’: as duas estavam vinculadas, sustentando-se uma à outra. Enquanto a escravatura assegurava o firme controlo sobre as classes ‘perigosas’ no âmbito da produção, a expansão para o Oeste servia para desactivar o conflito social, transformando o proletariado potencial numa classe de proprietários agrícolas, ainda que a expensas dos povos originários, que seriam expulsos ou aniquilados.<sup>101</sup>

<sup>95</sup> OLIVEIRA, Zaqueu Moreira de. **Um povo chamado batista: história e princípios**. 2. ed. Recife: Kairos Editora, 2011, p. 78.

<sup>96</sup> BANGS, 2008, apud HILL, 2008, p. 294

<sup>97</sup> VEDDER, 1918, 126.

<sup>98</sup> OLIVEIRA, 1997, 114.

<sup>99</sup> “Pura e simplesmente, Williams foi um daqueles que acreditava que as igrejas da Nova Inglaterra deveriam repudiar toda ligação com a igreja inglesa. [...] Rapidamente Williams foi banido da Baía, não apenas por suas inclinações separatistas, mas por insistir que a coroa não tinha poder suficiente para conceder terras aos índios” (Tradução nossa) “*Quite simply, Williams was one of those who believed that the churches of New England ought to forswear all communion with the Church of Englan. [...] Soon Williams was banished from the Bay, not merely for his Separatist leanings but for his insistence that the crown had no power to grant Indian lands*” HEIMERT, Alan; DELBANCO, Andrew. **The puritans in America**. Cambridge: Harvard University Press, 2001, p. 196.

<sup>100</sup> LOSURDO, Domenico. **As raízes norte-americanas do nazismo**. Disponível em: <[http://www.mra.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=174&Itemid=41](http://www.mra.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=174&Itemid=41)> Acesso em: 13 abril 2012.

<sup>101</sup> LOSURDO, 2012.

Deve-se considerar valoroso o discurso inovador deste pregador que inaugurará a fé batista na América do Norte, pois “publicou sua defesa da liberdade religiosa, onde todos poderiam ‘caminhar conforme os persuadissem suas consciências’”.<sup>102</sup> Ressalta-se que esta posição de Williams é ponto observado nos “Princípio Batistas” que vieram a ser organizados posteriormente.

O discurso religioso-político-social custou a Williams nova peregrinação, obrigando-o ir ao encontro de um lugar na colônia para propagar sua mensagem. Assim, ele negociou junto aos indígenas (1636) o novo lugar, na Baía de Narragansett, posteriormente denominado Providence. Foi aí, em 1639, que Roger Williams acreditando no batismo consciente e voluntário – um princípio batista, juntamente com mais doze pessoas,<sup>103</sup> organizou a primeira igreja de caráter batista em terreno americano.<sup>104</sup>

Roger Willians fundou Providence como um “abrigo para pessoas aflitas em sua consciência”. Mais tarde, este se uniu com outros assentamentos compondo a colônia de Rhode Island com base na completa liberdade religiosa e cheia de democracia cívica.<sup>105</sup>

Outra igreja batista (1648) surgiu na cidade de Newport sob a liderança de John Clarke (1609–1676), que era médico.<sup>106</sup> Juntos, Williams e Clarke, em favor de seus grupos de crentes batistas, conseguiram perante Carlos II, da Inglaterra, o seguinte edito:

Que nenhuma pessoa na referida colônia, em qualquer ocasião a partir daquele momento, de nenhum modo seja molestada, punida, inquietada, ou colocada em dúvida, por qualquer diferença em assuntos de religião. [...] Mas que todas as pessoas possam ter de forma livre e completa, esporadicamente e em qualquer ocasião, a partir do momento, liberdade para expor seu próprio julgamento e consciência em matéria de compromisso religioso.<sup>107</sup>

---

<sup>102</sup> AZEVEDO, 2004, p. 105.

<sup>103</sup> VEDDER, 1918, 127,128.

<sup>104</sup> CREBTREE, 1962, p. 35.

<sup>105</sup> LATOURETTE, 2006, p. 1293.

<sup>106</sup> PEREIRA, 1994, p. 75.

<sup>107</sup> VEDDER, 1934, p. 324-325.

No entanto, Roger Williams, pouco tempo depois, acabou por duvidar<sup>108</sup> de sua nova decisão de fé deixando a igreja de Providence e sendo ali substituído por Thomas Olney (c.1600-1682), afirma Pereira.<sup>109</sup>

Seguinte a isso, Vedder assevera que lentamente, foram estabelecendo-se novas igrejas batistas na América do Norte.<sup>110</sup> A exemplo cita-se, conforme Vedder, algumas delas: igreja batista em Boston (1665), igreja batista em Swanse (1667) e uma segunda neste mesmo lugar em 1685.<sup>111</sup>

Diversos outros líderes que estruturavam suas convicções religiosas sob ideais batistas, saíram da Inglaterra e chegaram à colônia. Ali estabeleceram núcleos de cultos fazendo o número de batistas aumentar pelas regiões americanas, como afirma Crabtree:

Multiplicavam-se lentamente igrejas batistas em todas as colônias americanas, surgindo, às vezes, espontaneamente e independentemente de todas as outras igrejas da mesma fé e ordem. A imigração de batistas zelosos da Inglaterra contribuiu para o progresso do novo movimento. Um grupo de igrejas fortes, nas imediações da cidade de Filadélfia, com as suas reuniões frequentes despertou muito interesse. Pregadores pioneiros fizeram grandes sacrifícios para viajar, pregar e organizar novas igrejas.<sup>112</sup>

Vê-se que a chegada ou a implantação dos batistas na América do Norte não foi um trabalho de missão inglesa, mas sim de colonização devido a um conjunto de fatores dentro da história política, religiosa e social da Inglaterra e da nova colônia. Portanto, as perseguições religiosas, a baixa condição social inglesa e as expectativas nas novas terras americanas, acabaram, como visto anteriormente, por proporcionar a vinda de colonos abertos ou já simpatizantes às ideias propagadas pelos batistas ingleses e, especialmente, ao antigo anglicano Roger Williams, coube abrir porta para esta mesma fé batista na América do Norte.

Com seu número aumentado, os batistas começaram, ao final da década de 1700, a estruturarem-se em associações, onde igrejas batistas locais reuniam-se. Primeiro, de maneira esporádica, depois, passaram a se reunir duas vezes ao ano. Tais reuniões, “durante muitos anos foram o que seu nome implica, reuniões gerais,

---

<sup>108</sup> É a expressão usada pelo historiador batista José Reis Pereira: “...entrou em dúvida a respeito da validade de seu singular batismo. Começou a achar que, não tendo sido feito por um ministro qualificado, era duvidoso o valor deste batismo. Suas dúvidas foram tais que acabou deixando a igreja.” PEREIRA, 1994, p.74.

<sup>109</sup> PEREIRA, 1994, p. 74.

<sup>110</sup> VEDDER, 1918, p.131.

<sup>111</sup> VEDDER, 1918, p. 130.

<sup>112</sup> CRABTREE, 1962, p. 36.

sendo assistidas por tantos quantos pudessem convenientemente tomar parte, e eram inteiramente devocionais e evangélicas”.<sup>113</sup> A primeira associação nacional de igrejas batistas foi organizada em 1814, na Filadélfia, denominada Convenção Geral da Denominação Batista nos Estados Unidos para Missões no Estrangeiro.<sup>114</sup> Como o próprio nome indicava, tinha como intuito o investimento no trabalho de evangelização. “A constituição declarou que o objeto seria dirigir as energias de toda a denominação em um sagrado esforço para enviar as boas novas de salvação aos pagãos e às nações destituídas da pura luz do evangelho.”<sup>115</sup>

Pereira<sup>116</sup> afirma que devido ao nome extenso e o período de três em três anos para a reunião desta convenção, a mesma passou a ser chamada Convenção Trienal. E deste trabalho já se podia contar, em 1845, um total de 99 missionários batistas no exterior.

Mas um sombrio capítulo veio a ser escrito na historia batista, pois diante das divergências entre os batistas do norte e os batistas do sul do país, em relação à política escravagista americana, a Convenção Trienal foi extinta ainda no ano de 1845. Vedder escreve: “Talvez os olhos da gente do norte se abriram mais facilmente para ver as iniquidades da escravatura, porque o sistema nunca demonstrou-se proveitoso no Norte.”<sup>117</sup> “Uma antipatia para com a escravidão se espalhou através dos estados nortistas a ponto de induzí-los a emancipar os seus escravos nos princípios do século XIX.”<sup>118</sup>

Marcando sua posição anti-escravagista, líderes da Convenção impuseram:

Se alguém que se oferecer para ser um missionário, possuíse escravos, insistindo em os reter como suas propriedades, tal não pode ser nomeado. Uma coisa é certa, nós jamais podemos ser cúmplices num arranjo que implicaria a aprovação da escravatura.<sup>119</sup>

Esse ponto foi determinante para o cisma entre os batistas americanos, abrindo porta para que as igrejas batistas do sul, ainda concordes com a escravatura, organizassem a Convenção Batista do Sul.

---

<sup>113</sup> VEDDER, 1928, p.137.

<sup>114</sup> VEDDER, 1918, p. 149.

<sup>115</sup> VEDDER, 1918, p. 149, 150.

<sup>116</sup> PEREIRA, 1994, p. 78.

<sup>117</sup> VEDDER, 1918, p.153.

<sup>118</sup> VEDDER, 1934, p. 386.

<sup>119</sup> VEDDER, 1934, p. 388.



A uma atitude radical da Sociedade de missões, que se recusou a aceitar como missionário um dono de escravos, os batistas do Sul responderam com a fundação, em maio de 1845, em Augusta, Geórgia, da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos.<sup>120</sup>

Atualmente, como assevera Vedder,<sup>121</sup> tais questões foram sanadas. Os envolvidos na antiga divergência estão sendo substituídos por líderes que não se interessam mais pelas controvérsias. As igrejas mantêm relações de trabalho e troca de membros, apesar de se manterem em associações distintas.

Para esta pesquisa, interessa a atenção sobre a Convenção Batista do Sul, pois é ela a responsável pela criação da Junta de Missões Estrangeiras<sup>122</sup> que, por sua ação, proporcionou o envio de missionários ao Brasil. Esse, “com sua maioria absoluta de católicos romanos, poderia ser considerado um país cristão. Não pensavam assim os batistas do Sul dos EUA. [...] Consideravam isso perigoso desvio dos ensinamentos evangélicos”.<sup>123</sup>

Assim, passados quinze anos da criação da Junta, foi realizado o envio do primeiro missionário ao país. Thomas Jefferson Bowen foi o escolhido e seu desembarque no Brasil ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, em 1860.

#### 1.1.4 A chegada ao Brasil

A incursão dos batistas no Brasil ocorreu tanto por meio de trabalho missionário norte-americano, bem como por colonização. O primeiro caso deu-se para o enfrentamento, no Brasil, de uma cultura e de um povo de estabilidade religiosa católica. Deste modo, os batistas agiram sob a influência da idéia de que, como americanos, tinham “uma missão no mundo” – a sua salvação sob perspectiva religiosa e social.<sup>124</sup>

<sup>120</sup> PEREIRA, 1994, p. 79.

<sup>121</sup> VEDDER, 1918, p. 156.

<sup>122</sup> A Junta de Missões Estrangeiras passou a ser chamada no Brasil de Junta de Richmond, por estar sediada na cidade de Richmond. Oficialmente, hoje, seu nome é International Mission Board. INTERNATIONAL MISSION BOARD. Disponível em:

<<http://www.imb.org/main/page.asp?StoryID=4487&LanguageID=1709>>. Acesso em: 18 abril 2012.

<sup>123</sup> PEREIRA, José Reis. **História dos Batistas no Brasil: 1882 a 1982**. Rio de Janeiro: JUERP, 1982, p. 9,10.

<sup>124</sup> AZEVEDO, 2004, p.191.

A expansão missionária das igrejas americanas no último terço do século XIX foi produto do sentimento nacional expansionista combinado com motivos teológicos. O desejo de salvar os 'pagãos' da danação eterna originava-se no espírito da teologia dos avivalismos que enfatizava a conversão instantânea e consequentemente redirecionamento da vida para a obtenção da perfeição.<sup>125</sup>

Por outro lado, no princípio, o anseio pelo trabalho religioso junto aos brasileiros não foi mais forte que a necessidade de defesa da terra natal. A América do Norte estava envolvida em uma guerra, a Guerra de Secessão (1861-1865). Outra dificuldade inicial foi a adaptação do missionário Thomas Jefferson Bowen no Brasil. "Nas cartas dirigidas à Junta, ele se queixava de problemas de saúde, bem como do clima da cidade, da febre amarela e do alto custo de vida."<sup>126</sup> "Além disso, a Guerra de Secessão, que começou nesse ano, iria reduzir bastante os recursos materiais e humanos para o progresso da obra missionária."<sup>127</sup>

Assim, mesmo "impressionada com a consideração apresentada pela Junta a favor do Brasil",<sup>128</sup> a missão, um ano depois (1861), teve que ser reconsiderada e a ação do trabalho de missões no Brasil foi dada como impossível naquele momento.

O segundo caso de trabalho batista no Brasil deu-se sob a condição do pós-guerra, pois muitos americanos assolados pela luta, perdendo suas casas e terrenos, viram no Brasil, assim como os antigos Pais Peregrinos<sup>129</sup> a respeito da Nova Colônia, a oportunidade do recomeço.

Algumas famílias do Sul dos Estados Unidos, desanimadas pelos resultados trágicos da guerra, procuraram um lugar onde pudessem principiar de novo a vida, recuperar as forças e manter as regalias da sociedade que gozavam antes da guerra. Naturalmente pensaram no Brasil que nesse tempo atraía a atenção do mundo pelo seu progresso.<sup>130</sup>

Esses primeiros imigrantes formaram igrejas, sem objetivos missionários, porém com a intenção de reconstruir as suas vidas com a sua religião, num país que lhes dava condições de continuar o estilo de vida próprio e, em particular, que ainda aceitavam a escravidão.<sup>131</sup>

<sup>125</sup> MENDONÇA, 1984. p.57.

<sup>126</sup> PEREIRA, 1982, p. 10.

<sup>127</sup> PEREIRA, 1982. p. 10.

<sup>128</sup> CRABTREE, 1937, p.58.

<sup>129</sup> Nome dado aos primeiros colonos ingleses que chegaram à América do Norte em 1620.

<sup>130</sup> CRABTREE, 1937, p. 59.

<sup>131</sup> HEWITT, Martin D. **Raízes da tradição batista**. São Leopoldo: Instituto Ecumênico de Pós-Graduação Escola Superior de Teologia. 1993, p. 9.

Dez anos após o encerramento da primeira tentativa de missão que fora liderada por Thomas J. Bowen, “em 10 de setembro de 1871”,<sup>132</sup> colonos que vieram para o Brasil formaram a primeira igreja batista em solo brasileiro, estabelecida em Santa Bárbara, estado de São Paulo. Esses colonos não eram missionários, mas cultivavam o desejo da conversão ao protestantismo os brasileiros. Por isso, trabalharam e organizaram, em 1879, uma segunda igreja batista em Santa Bárbara, próximo à estação ferroviária.<sup>133</sup> Solicitaram à Junta de Richmond o envio de pessoas específicas para auxílio nos trabalhos. “O primeiro apelo da igreja dirigida à Junta de Richmond foi votado na sessão de 12 de outubro de 1872”,<sup>134</sup> mas o pedido foi concedido apenas dez anos mais tarde (1881), com o envio dos casais William e Anne Bagby; Zacary e Kate Taylor. Em 15 de outubro de 1882, após escolherem a cidade de Salvador no estado da Bahia, esses casais fundaram ali uma igreja batista para início da missão.<sup>135</sup>

Os primeiros missionários discursavam sobre ideais batistas emoldurados nas terras do norte. Na realidade, o que houve, foi um transplante do modo de ser batista americano reproduzindo “o modelo de igreja que conheciam e repetiram aqui a teologia que sabiam”.<sup>136</sup>

Dois anos depois (1884), inspirados pela frase “o campo é o mundo”, como afirma Azevedo,<sup>137</sup> os Bagby transferiram-se para o Rio de Janeiro e, neste mesmo ano, organizaram ali, na casa da escocesa Elizabeth Williams, uma igreja batista.<sup>138</sup> Mais duas novas igrejas batistas foram abertas nos anos de 1885 e 1886, respectivamente, em Maceió por Antônio Albuquerque, um convertido padre brasileiro e em Recife por Wandregesilo Melo Lins companheiro de Albuquerque.

Nos anos seguintes o processo de missão, pelos batistas, foi progressivo com a chegada de outros missionários para auxiliar nos trabalhos já existentes ou implantar novas igrejas, fato que ascendeu o número de seus fiéis em terras

<sup>132</sup> OLIVEIRA, Betty Antunes. **Centelha em restolho seco: uma contribuição para a história dos primórdios do trabalho batista no Brasil**. São Paulo: Vida Nova, 2005, p. 377.

<sup>133</sup> OLIVEIRA, 2005, p. 383.

<sup>134</sup> CRABTREE, 1937, p. 60.

<sup>135</sup> Ressalta-se que esta data de 1882, passou a ser considerada marco inicial dos batistas no Brasil, ignorando-se a chegada dos colonos batistas em Santa Bárbara, São Paulo em 1871. Durante décadas os batistas brasileiros divergiram-se e confrontaram-se a respeito da sua gênese no país, “o tema não era ponto pacífico dentro da denominação”, afirma, Santos (2011, p. 32). Vê-se que é apenas mais uma amostra do modo característico de ser dos batistas: divergente e dualista, como de fato propomos na introdução deste trabalho.

<sup>136</sup> AZEVEDO, 2004, p.195.

<sup>137</sup> AZEVEDO, 2004, p. 195.

<sup>138</sup> PEREIRA, 1994, p. 83

brasileiras. Com o crescimento e a organização de associações regionais para trabalhos de missões, os batistas sentiram a necessidade de se unirem como organização denominacional de modo que fossem representados e orientados para a obra batista em todo o país.

Desse momento assevera o Dr. Antônio Neves de Mesquita:

Na Maior parte dos campos missionários daquela época, ou missões como eram chamadas, já havia organizações vazadas nos moldes das nossas convenções atuais, mas faltava-lhes a amplitude do programa das de hoje, limitando-se aos problemas locais. Faltava, por sua vez, uma convenção geral que norteasse o trabalho educativo e evangelístico dentro e fora do país. [...] que materializasse, enfim, os sonhos antigos de educação, evangelismo e missões, em que todos cooperassem e se sentissem incluídos.<sup>139</sup>

Diante de tais necessidades o missionário Arthur Beriah Deter apresentou a ideia do estabelecimento de uma convenção nacional e após várias discussões sobre, o assunto os batistas acordaram que a mesma deveria acontecer no ano de 1907, em comemoração aos vinte e cinco anos do início do trabalho missionário batista realizado pelos casais Bagby e Taylor.<sup>140</sup> Nesta reunião foi eleita a primeira diretoria da Convenção Batista Brasileira assim constituída:

Após as primeiras providencias para a organização dos trabalhos, em sessão subsequente, foi aprovada a constituição provisória e eleita a diretoria. Ficou assim constituída: Presidente, Francisco Fulgêncio Soren; 1º Vice-presidente, Joaquim Fernandes Lessa; 2º Vice-presidente, João Borges da Rocha; 1º Secretário, Teodoro Rodrigues Teixeira; 2º Secretário, Manuel I. Sampaio, Tesoureiro, Zacarias C. Taylor.<sup>141</sup>

Com a criação da Convenção Batista Brasileira (CBB), diversas outras organizações batistas foram estabelecidas com a finalidade missionária, a exemplo, cita-se a Junta de Evangelização Nacional, atualmente denominada Junta de Missões Nacionais. Organizações para o doutrinamento dos batistas como a Casa Publicadora e os centros de estudos como os seminários e colégios batistas, além de organizações para públicos específicos dentro das igrejas batistas tais como a União da Mocidade e União Missionária de Senhoras Batistas do Brasil foram outros destaques na organização dos batistas brasileiros.

<sup>139</sup> MESQUITA, 1962, p. 19,20.

<sup>140</sup> PEREIRA, 1982, p. 84.

<sup>141</sup> PEREIRA, 1982, p.85. Anexo C apresenta cópia da imagem dos mensageiros da daquela 1ª CBB.

## 1.2 O vínculo histórico-ideológico dos batistas com o liberalismo inglês

Reverenciado no meio batista, o escritor A. B. Langston é categórico ao afirmar que:

o princípio por excelência em que se aprofundam a vida e o pensamento batistas, é o princípio do individualismo. [...] Ora bem, o individualismo, expresso nos termos mais simples, quer dizer a liberdade, competência do indivíduo em todas as relações da vida.<sup>142</sup>

Ao que se pode observar, a liberdade individual é um estimado princípio da comunidade religiosa batista. No entanto, urge que se compreenda a linha histórica do mesmo e se esclareça a partir dessa mesma linha histórica os seus limites entre o discurso teológico dogmático e o discurso de liberdade civil inerentes a uma época e lugar.

As seguintes linhas se concentrarão em relacionar o princípio batista de liberdade, pautado em seu documento, “Princípios Batistas”, com os ideais dos primeiros batistas inseridos em uma feroz guerra civil inglesa, descendente de uma compreensão pré-moderna de liberdade pública.

### 1.2.1 Que liberalismo é esse?

Ao final do reinado de Henrique VIII (1547), a libertação do jugo da Igreja Católica havia ocorrido e a Inglaterra entrava para a história como pertencente ao movimento reformador. A Igreja não era mais romana, mas sim anglicana – ainda que o termo Anglicanismo tenha surgido a partir do século XVII.<sup>143</sup> Era a igreja do Estado, dirigida pelo rei e não mais pelo papa. Conquanto o rompimento com o papado fora incontestável, a nova igreja permanecia puramente católica em sua

---

<sup>142</sup> LANGSTON, A. B. **Princípio de individualismo em suas expressões doutrinárias**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1933, p. 19,20.

<sup>143</sup> BETTENSOM, 2001, p.392.

doutrina. Isso se confirma, por exemplo, na aprovação dos chamados Seis Artigos<sup>144</sup> pelo parlamento inglês.

Após o rompimento com Roma, a ortodoxia inglesa permanecia intacta. Henrique continuava a insistir na doutrina católica dentro do reino. Aparentemente, seu objetivo era a igreja católica inglesa em vez da católica romana. O Estatuto dos Seis Artigos, de 1539, defendia artigos católicos como o celibato do clero, a missa particular e a confissão a um sacerdote.<sup>145</sup>

Contudo, a partir de Henrique VIII, a Inglaterra oscilou entre diretivas católicas e protestantes segundo cada um de seus sucessores, como visto na seção anterior. A instabilidade gerou novos movimentos de indignados político-religiosos, pois na época de Henrique, a liberdade religiosa fora tolhida em prol de concessão de benefícios. Contudo, nas seguintes transições de governo, tal liberdade começou a ser requerida. Ingleses que buscaram refúgio no continente em virtude das perseguições, estavam retornando à Inglaterra embebedos de ideais de liberdade individual e religiosa.

Especialmente nos Países Baixos, as idéias de self-government e liberdade individual triunfavam no século XVI. A tradição do direito natural se identificava com a vontade de Deus interpretada pela razão humana e pelos ditames da consciência. Sustentava-se que tanto governantes como governados tinham que conformar sua conduta aos princípios da dita lei. Durante os séculos XVI, XVII e XVIII formaram-se e cristalizaram-se as doutrinas antimonárquicas do contrato social e dos direitos naturais. Reúnem-se as divergências contra o absolutismo. Propõe-se liberdade religiosa e individual contra as tiranias dos reis e da Igreja.<sup>146</sup>

A Bíblia também estava, de certa maneira, à disposição do povo na língua inglesa. Ela não era apenas um livro, mas uma arma, pois era a palavra de Deus à disposição dos leigos que, não dispendo de fundamentos teóricos,<sup>147</sup> apegavam-se a ela para embasamento de seus questionamentos e insatisfações. A Bíblia nas

---

<sup>144</sup> Anexo D.

<sup>145</sup> SHELLEY, 2004, p. 298.

<sup>146</sup> MENDONÇA, 2008, apud SILVA, Nilo Tavares. **Para que todos sejam um – o estilo de ser e a questão ecumênica: retrocessos e avanços no discurso ecumênico brasileiro**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011, p. 57.

<sup>147</sup> HILL, Christopher. **A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 28.

mãos dos novos e velhos intérpretes, tornou-se o cajado de condução do povo e de constante manipulação do poder.<sup>148</sup>

A Bíblia vernacular era propriedade de todos os leigos alfabetizados, e pregadores protestantes radicais tentaram estender seu conhecimento a todos os níveis da sociedade. No século XVII, a Bíblia era aceita como um elemento central em todas as esferas da vida intelectual: não era apenas um livro 'religioso', no sentido moderno e restrito da palavra religião. A Igreja e o Estado na Inglaterra dos Tudor eram uma só; a Bíblia era, ou deveria ser, o fundamento de todos os aspectos da cultura inglesa.<sup>149</sup>

Portanto, este fora um novo momento no quesito liberdade religiosa através da interpretação da Bíblia e questionamentos a partir dela. Paralelamente, a estabilidade econômica alavancada pela indústria tecelã,<sup>150</sup> trazia mais confiança ao país. Assim, apesar da oscilação entre catolicismo e protestantismo marcar a história inglesa à custa de muito martírio político-religioso, também fez aumentar os movimentos sob ideias de "liberdade civil e religiosa, já que o momento britânico era de prosperidade na economia".<sup>151</sup>

O grupo religioso dos puritanos que se estruturou ao final do governo de Elizabeth I passou a ter a força de um partido político. Seu vigor cada vez mais fazia adeptos a favor de mudanças não somente na igreja, mas também na forma de governo do país. "Os puritanos alcançaram vitórias e chegaram a moldar o sentimento religioso do povo inglês, assim como elevar o ideal político no sentido da luta em favor de um governo constitucional representativo."<sup>152</sup>

A partir do aspecto religioso, instauraram uma nova visão a respeito da consciência civil. Os puritanos questionaram o governo da igreja pelos bispos buscando dar, ainda que sob interesses particulares do partido,<sup>153</sup> a liberdade ao povo de escolher seus líderes religiosos. Por fim, essa atitude levantou questionamentos quanto à legitimidade da autoridade real e o que ocorreu na

---

<sup>148</sup> Hill (1988, p.23) cita, por exemplo, a proclamação do direito divino do episcopado e as fundamentações teológicas feitas pelos bispos em ataques diretos contra os puritanos que passaram então a se organizar em igrejas separatistas.

<sup>149</sup> HILL, 2003, p.28.

<sup>150</sup> MUIRHEAD, 1963, p. 267.

<sup>151</sup> HILL, 1974, apud AZEVEDO, 2004, p. 77.

<sup>152</sup> MENDONÇA, 1982, p. 35.

<sup>153</sup> Hill (1988, p.16) afirma que os puritanos que compunham o parlamento, ansiavam ter o controle da política comercial.

Inglaterra, neste período de busca pela liberdade, foi um “desenvolvimento de uma consciência da dimensão pública da vida social”.<sup>154</sup>

O ponto crucial foi uma dramática reestruturação da visão política no meio de uma crise profunda, e o que emergiu deste prolongado debate foi uma definição radicalmente nova dos direitos e deveres do cidadão, o que por sua vez envolvia concepções novas de autoridade política legítima.<sup>155</sup>

Observa-se que, não obstante apresentar questões religiosas em sua base, os puritanos, que faziam parte do parlamento, também brigavam por questões meramente políticas. A respeito destes interesses mesclados, Bretons afirma que a questão religiosa era muito mais complexa que a política.

Era difícil separar os interesses políticos dos religiosos; eles se confundiam. A sede de domínio atingiu situações como esta: Carlos I pediu aos escoceses seu apoio contra o Parlamento, e estes lhe prometeram o apoio necessário para suprimir o poder constituído, se o rei impusesse à Inglaterra o ‘convenant’ presbiteriano. Os meios não importavam, contanto que o poder fosse assegurado. Apenas os ‘sectarios’, que eram os batistas e os congregacionalistas, ‘eram pelo Parlamento, porque esperavam dele, sem razão, a liberdade religiosa’.<sup>156</sup>

A luta dos puritanos, nos governos de Jaime I (1603-1625) e Carlos I (1625-1649), se intensificou. Acreditaram que obteriam resposta favorável às suas petições de reforma na igreja e de liberdade quanto à política comercial. Assim, com Jaime I, elaboraram a Petição Milenária, “uma exposição mui moderada das aspirações puritanas”.<sup>157</sup> Contudo, quase foram, pelo rei, condenados.

No reinado de Jaime, o Parlamento, que representava os proprietários, arrogava-se claramente maior poder no que se referia à taxaço de impostos e às políticas comercial e externa; reivindicava suas próprias “liberdades” e seu status independente na constituição. Jaime I, experiente e bem-sucedido rei da Escócia durante 36 anos, revidou ao anunciar o Direito Divino dos Reis, e enfatizou a prerrogativa real e o poder independente do executivo.<sup>158</sup>

<sup>154</sup> AMADEO, Javier. **O surgimento da consciência cívica na Inglaterra revolucionária do século XVII**. Anacronismo e Irrupcion: revista de teoria y filosofia política clássica y moderna, Buenos Aires, v. 1, n. 1, nov. 2011/mai. 2012, p.118.

<sup>155</sup> AMADEO, 2012, p.119.

<sup>156</sup> BRETONES, Lauro. **Roteiro dos Batistas**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1948, p. 53.

<sup>157</sup> WALKER, Williston. **História da Igreja Cristã**. 3. ed, São Paulo: ASTE, 2006, p.645. O Documento elaborado pelos puritanos recebeu este nome, pois, supunha possuir mil assinaturas, solicitando ao rei mudanças nos paramentos e adoração na teologia calvinista, segundo Muirhead (1963, p. 268).

<sup>158</sup> HILL, 1988, p.15



No governo do rei Carlos I a situação piorou e a rixa entre puritanos e governo transformou-se em luta armada no ano de 1642. A isso, acrescenta-se o fato de que “a independência de pensamento e o espírito de discordância, que se enraizaram num século em que se lia Bíblia, não poderiam ser facilmente esmagados”.<sup>159</sup> Os próprios batistas, que começavam a ser identificados a partir dos puritanos, “já sugeriam a possibilidade de tolerar-se mais de uma ramificação do culto religioso em um único Estado”.<sup>160</sup>

Para um batista, a “liberdade tem, em primeiro lugar e acima de tudo, um sentido espiritual”.<sup>161</sup> Assim, a busca por liberdade na esfera civil apresentava implicações diretas com o aspecto religioso, teológico. Para Azevedo, considerar que a gênese batista é da época puritana inglesa, tem justificativa, pois, “a fonte, tanto da teologia quanto da religião e da moral, é a Bíblia, tomada desde cedo como normativa e única, como está na confissão batista inglesa de 1611, para dirigir os crentes em todas as coisas”.<sup>162</sup>

Deste modo, ao observarmos atualmente os PB, vislumbramos de seu aparente dualismo discursivo os primórdios batistas, donde o discurso religioso doutrinário, inflamado pela leitura bíblica, confundia-se com o princípio social, civil de liberdade e tolerância individual.

Não é por demais inferir que é sob o misto de pensamento dogmático-político que os batistas estruturaram seus princípios sob a condição da liberdade, onde, institucionalmente, Igreja deveria separar-se do Estado – como veremos a seguir. Assim, “organizaram-se a partir do princípio de liberdade de consciência, cuja decorrência foi a ideia de igrejas livres em sociedades livres, proposta que servia de modelo também para a organização política”.<sup>163</sup>

### **1.2.2 “Que haja separação entre igreja e estado”**

---

<sup>159</sup> HILL, 1988, p.19

<sup>160</sup> HILL, 1988, 19.

<sup>161</sup> BRETONES, 1948, p. 39.

<sup>162</sup> AZEVEDO, 2004, p.266.

<sup>163</sup> BRONOWSKI, 1988, apud AZEVEDO, 2004, p. 20.

A luta para que a Igreja inglesa pudesse se ver livre dos bispos e do rei chegou ao seu auge no século XVII quando, especialmente os puritanos separatistas e dentre eles os batistas,<sup>164</sup> ferrenhamente defenderam a completa separação entre as igrejas locais e o governo. Desejavam igrejas independentes sob a seguinte alegação: “o ensino e o exemplo apostólico exigiam a formação de igrejas locais, absolutamente independentes umas das outras, sendo cada qual uma democracia pura e composta de regenerados com direitos e privilégios iguais”.<sup>165</sup> Desejavam igrejas congregacionais.

Esse pensamento e as ações adotados pelos puritanos separatistas e, no caso, os batistas, se devem não apenas à ideia do ser igreja - voluntária e independente,<sup>166</sup> mas, especialmente, por estes dissidentes da igreja anglicana não mais serem aceitos pelo governo. Neste caso, os motivos para uniformidade religiosa pretendida pelo governante supremo, eram mais políticos que religiosos.

O Separatista John Smyth, no ano de 1612, formulou uma declaração a respeito da separação entre as duas instituições. Essa declaração foi basilar para a formação do princípio batista de liberdade e separação entre Igreja e Estado.

Que o magistrado, por virtude de seu ofício, não deve se intrometer com religião ou assuntos de consciência. Nem compelir homens a esta ou aquela forma de religião ou doutrina, mas permitir a religião Cristã conforme a livre consciência de cada um, e ter ingerência apenas em assuntos políticos (Rom. Xiii.3,4), a saber, injustiça e males de alguém contra outrem, tais como assassinato, adultério, furto e semelhantes; porque somente Cristo é o Rei e Legislador da igreja e da consciência. (Tiago iv. 12)<sup>167</sup>

Posteriormente, em 1689, John Locke (1632 – 1704), descendente de puritanos, escreveu a sua carta acerca da tolerância, onde “integrou o princípio de liberdade de consciência ou de religião ao sistema geral da liberdade”.<sup>168</sup>

Contudo, foi na América colonial que o princípio de igrejas congregacionais ganhou sua maior expressão. Com a chegada dos imigrantes separatistas, a igreja estatal na colônia teve que dividir espaço e adeptos com igrejas congregacionais que, posteriormente, se organizaram em concílios.

<sup>164</sup> Oliveira (2011, p. 267) afirma que “A luta por liberdade religiosa foi outro fator positivo na atuação dos batistas na Inglaterra. Os escritos dos primeiros batistas, em defesa desse princípio, terminaram por impactar a nova liderança política e militar que surgiu com a guerra civil da década de 1640”.

<sup>165</sup> MUIRHEAD, 1963, p. 267.

<sup>166</sup> A ideia de igreja como organização voluntária e independente é uma referência apresentada por OLIVEIRA, 1997, p.78

<sup>167</sup> SMYTH, 1612, apud OLIVEIRA, 1997, p. 83.

<sup>168</sup> AZEVEDO, 2004, p. 21.

A unidade teológica e administrativa foi assegurada em 1648 com o Sínodo de Cambridge, quando representantes de quatro colônias puritanas adotaram a Confissão de Westminster como expressão de sua teologia, elaborando finalmente em 1648 a *Plataforma de Cambridge*. Esta Plataforma estatuiu que, embora autônomas, as igrejas se interrelacionariam pela fraternidade e através de um concílio.<sup>169</sup>

A partir daí os batistas, que já progrediam na Inglaterra e agora na nova colônia, tiveram a condição de solidificar seu discurso de liberdade religiosa e, conseqüentemente, de separação entre igrejas e Estado. Toma-se como exemplo o separatista Roger Williams, sobre o qual foi discorrido na seção 1.1.3<sup>170</sup> deste trabalho.

Williams e seus companheiros cedo reconheceram que não era possível haver democracia sem a separação entre igrejas e Estado. Estavam, pois, decididos a fundar uma colônia onde houvesse liberdade religiosa, plena separação entre os poderes seculares e religiosos. Para garantir essa liberdade religiosa, Williams baseou sua pregação na santidade da consciência; ela é inviolável, dizia ele. Não há poder algum como prerrogativa de penetrar na consciência dos indivíduos.<sup>171</sup>

Futuramente essa interpretação da liberdade religiosa foi incorporada à Constituição Norte Americana em uma de suas emendas, fato que, creem alguns batistas, teve influência direta dos próprios batistas por meio de seus movimentos por liberdade religiosa e de consciência, como afirma Reis Pereira: “É fato reconhecido pelos historiadores que os batistas tiveram grande influência para a adoção desse princípio na Carta Constitucional norte-americana”.<sup>172</sup> Essa crença, com a qual encerramos este tópico, se deve pelos seguintes relatos do próprio movimento batista em diversas regiões da América e pela crescente “multiplicidade de organizações religiosas”<sup>173</sup> que inevitavelmente vieram a ser toleradas no país:

A ação dos batistas do Sul dos Estados Unidos em favor da liberdade religiosa se destacou nos estados de Virgínia, Carolina do Norte, Carolina do Sul e Geórgia. A perseguição contra os dissidentes, a partir de 1767, levou os batistas a acreditarem que a liberdade religiosa só seria alcançada com libertação política. Foi isso que os conduziu a encaminharem um famoso memorial à Convenção de Virgínia, propondo completa

<sup>169</sup> CAIRNS, 1988, p. 312.

<sup>170</sup> Williams discursava a respeito de uma igreja livre e sobre a liberdade de terra para os indígenas quando foi perseguido por anglicanos e iniciou uma igreja de caráter batista em Providence.

<sup>171</sup> BRETONS, 1948, p. 65.

<sup>172</sup> PEREIRA, 1994, p. 77.

<sup>173</sup> WALKER, 2006, p. 677.

independência política da Inglaterra e o início da liberdade religiosa na colônia.<sup>174</sup>

Uma figura com grande comprometimento ideológico com a liberdade religiosa foi Thomas Jefferson (1743-1826), que esboçou a Declaração de Independência. Enquanto membro da Assembléia Geral de Virgínia, Jefferson fora responsável por um projeto de lei que garantia 'que todos os homens são livres para professar, argumentar e manter suas opiniões em questões de religião, e que isso não deveria afetar, de forma alguma, suas capacidades civis'. [...] a lei finalmente passou em 1786, fazendo da Virgínia o único Estado no mundo que proclamara a completa liberdade religiosa.<sup>175</sup>

Em todo o período da Revolução Americana, que culminou com a independência dos Estados Unidos, a posição dos batistas da colônia de Virgínia foi marcante, inclusive com a atuação de João Leland (1754-1841), que era de Massachusetts, mas estava lá. Ele tinha amizade com Tomás Jefferson (1743-1826) e logo mais teve bom relacionamento também com André Jackson (1767-1845). [...] Em dezembro do mesmo ano (1787), foi aprovada a Declaração de Liberdade Religiosa de Tomás Jefferson, graças ao esforço conjunto de vários grupos dissidentes que eram vítimas de perseguição, ressaltando entre eles os batistas.<sup>176</sup>

## 2. QUESTÕES TEÓRICAS SOBRE A DISTINÇÃO ENTRE PRINCÍPIO E DOCTRINA

Face à apresentação do conteúdo histórico dos batistas - seu surgimento desde a Inglaterra no século XVII à chegada ao Brasil no século XIX, bem como a gênese de seus ideais embebidos nas respectivas condições sociais por onde passou, a saber: Inglaterra, Estados Unidos e Brasil, faz-se necessário, neste segundo momento de trabalho, compreender as questões alusivas à disciplina Análise do Discurso que envolvem o *corpus* "Princípios Batistas".

Questões como, a que tipo de discurso ele pertence e quais são as distinções apresentadas no documento que justificam tal análise, permearão parte deste capítulo que também compreenderá as questões teóricas entre os regimes discursivos "Princípio" e "Doutrina", tendo fundamentadas suas discrepâncias, especialmente, à luz do conceito de "Teoria" em Edgar Morin, validando a idéia dentro do próprio *corpus*.

---

<sup>174</sup> OLIVEIRA, 2011, p. 82.

<sup>175</sup> HILL, 2009, p. 319.

<sup>176</sup> OLIVEIRA, 2011, p. 83.

## 2.1 O documento: “Princípios Batistas”

O documento denominado “Princípios Batistas” adotado pelos batistas como princípios orientadores ao seu modo de ser, bem como para o seu discurso público como grupo religioso, é um documento cinquentenário traspassado, ao menos no Brasil como se verá, pela indisciplina historiográfica. Ou seja, um documento com tal valor institucional para os batistas foi, não sem notabilidade, adotado e divulgado denominacionalmente sem uma criteriosa e séria validação por documentos e/ou relatos históricos de sua composição.

Esse tópico preocupar-se-á com a intrigante e não menos difícil investigação a respeito da constituição desses princípios, como os temos hoje. Meio século após a sua formatação, faz-se necessária, como uma espécie de garimpo, a busca por dados ou pessoas que deem razão do roteiro histórico validando a formação deste *corpus*.

### 2.1.1 A dificuldade historiográfica: uma descrição pessoal da coleta de informações a respeito do documento “Princípios Batistas”

Referenciando-se ao *corpus* de uma tese, neste caso, ao objeto do seu estudo, Umberto Eco apresenta que: “Uma tese estuda um *objeto* utilizando determinados *instrumentos*. Muitas vezes o objeto é um livro e os instrumentos são outros livros”,<sup>177</sup> fato este que acaba por respaldar a análise dos PB neste trabalho, pois este é nosso objeto de estudo e contará como *instrumentos*, necessariamente, outros livros.

Tem-se como apoio a proposta de Roger Chartier, para quem o trabalho de constituição histórica “consiste em propor a inteligibilidade mais adequada possível

---

<sup>177</sup> ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. 13. ed. Barbacena: Editorial Presença, 2007, p. 69.

de um objeto, de um *corpus*, de um problema”.<sup>178</sup> Deste modo, ressalta-se que “o registro historiográfico ganha grande importância no estudo, tornando-se um meio de análise de questões, como a do objeto desta pesquisa”.<sup>179</sup>

Contudo, tal registro apresentou-se tarefa árdua, pois entre a confusa idéia do que seria este *corpus*, a sua contínua divulgação por líderes e instituições da denominação e a busca por entender como os PB passaram a servir aos batistas quando chegaram ao Brasil, estabeleceu-se uma lacuna que foi por nós assumida como um espaço de pesquisa que assemelhou-se a um garimpo, onde os veios são por demais profundos e o encontro de pedras como preciosas fontes informacionais, por demais, raras. Havia assim que se confirmar originalidade documental e, posteriormente, o processo e contexto sob os quais a mesma se deu.

Inicialmente a pesquisa realizada junto a líderes batistas mostrou-se um percurso enevoado, pois alguns indivíduos que durante anos prezaram pela integridade do documento, agora não conseguiam dar razão de sua origem. Do então diretor executivo da JUERP – órgão publicador das literaturas batistas no Brasil, Almir dos Santos Gonçalves Júnior, em contato telefônico a respeito do documento, ouviu-se que “não haviam dados precisos a respeito do documento na editora”,<sup>180</sup> mesmo sendo a JUERP responsável pela sua publicação na língua portuguesa.

Em diálogos informais com outros líderes, a resposta que se obtinha era que os princípios batistas são o conjunto de suas crenças alicerçadas ao longo de sua história. Contudo, era mantido o desconhecimento a respeito da publicação de uma obra sob o título “Princípios Batistas”. Não raramente o título do documento fora confundido com a Declaração Doutrinária Batista, um documento puramente doutrinário. Isso ocorreu no contato feito com o então Diretor Executivo da Convenção Batista Brasileira (CBB), Sócrates Oliveira de Souza<sup>181</sup> e o coordenador de História e Estatística da CBB, jornalista Othon Ávila Amaral entre os dias 27 de junho e 09 de agosto de 2011.<sup>182</sup>

Um primeiro direcionamento surgiu por meio do livreto “Manual Básico dos Batistas Nacionais”. Trata-se de uma obra não pertencente à CBB, mas que adota

---

<sup>178</sup> CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002, p. 17,18.

<sup>179</sup> SANTOS, Marcelo. 2011, p. 13.

<sup>180</sup> Contato telefônico realizado no dia 29/06/2011.

<sup>181</sup> Contato telefônico realizado no dia 30/05/2011.

<sup>182</sup> Veja Anexo E dos contatos realizados.

em seu conteúdo, os mesmos Princípios trazendo também, em sua introdução, um breve comentário a respeito da elaboração destes princípios por líderes batistas no ano de 1964<sup>183</sup> em comemoração ao ano do jubileu batista na América do Norte.

Com o auxílio do professor norte americano e residente no Brasil, David Allen Bledsoe, contatos foram feitos com líderes batistas nos Estados Unidos, mas tais contatos apresentavam a contínua dúvida se o documento referido se tratava da Declaração Doutrinária Batista, como apresentou Jerrey S. Key<sup>184</sup> em seu diálogo com David Bedsoe.

Na sequência daqueles contatos, o Dr. John Hammett, confirmou a preparação do documento “por 19 líderes da Southern Baptist Convention em 1964 para comemorar os cinquenta anos da fundação da primeira convenção Batista na América do Norte em 1814”.<sup>185</sup>

Posteriormente, os meses seguintes da pesquisa não obteve maiores informações a respeito da constituição dos “Princípios Batistas”, até que uma nova pesquisa foi realizada a partir do Southern Baptist Historical Library and Archives, o arquivo histórico dos batistas norte-americanos. Começou-se a encontrar dados da constituição, bem como do grupo elaborador e os motivos para a elaboração do documento. Ressalta-se que o acervo é muito bem preservado e de vasto conteúdo. Restava agora, para esta pesquisa, obter o documento editado originalmente.

Assim, em contato com o diretor do arquivo, Bill Summers, o mesmo, prontamente disponibilizou uma cópia eletrônica do documento original, sob o título Baptist Ideals. Os demais dados sobre o documento estavam disponíveis no arquivo eletrônico da biblioteca, mesmo poucas pessoas no Brasil possuírem o conhecimento de sua existência e sua disponibilidade.

### **2.1.2 A constituição do documento “Princípios Batistas”.**

---

<sup>183</sup> SILVA, Aluisio Laurindo da; CORDEIRO, Ilton Quadros; FEITOSA, Renê Pereira. **Manual Básico dos Batistas Nacionais**. Belo Horizonte, Convenção Batista Nacional: Editora Betânia, 1985, p14. Veja Anexo F.

<sup>184</sup> Mensagem eletrônica enviada pelo Pr. Jerry S. Key a David Bledsoe em 31/10/2011. Anexo G

<sup>185</sup> Mensagem eletrônica enviada pelo Dr. John Hammett a David Bledsoe em 28/10/2011. Anexo H.

A primeira associação nacional batista na América do Norte, denominada Convenção Trienal, da qual já tratamos no tópico “1.1.3 – Da Inglaterra para a América do Norte”, teve comemorado no ano de 1964 seus 150 anos pela Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, na cidade de Nova Jersey, Atlantic City no mês de maio.<sup>186</sup>

Os preparativos tiveram início dez anos antes, em 1954, com os batistas apresentando suas expectativas quanto à necessidade de um trabalho missionário efetivo no mundo e no país. De acordo com o anuário daquela convenção, estabeleceu-se uma comissão em 1955 denominada *Jubilee Advance Committee*,<sup>187</sup> com o objetivo de preparar um programa de conscientização de cinco anos, a partir de 1959, junto aos batistas Americanos, culminado com a grande reunião nacional que ocorreria no ano de 1964, cujo foco era a evangelização.<sup>188</sup>

Os grupos de batistas participantes do “*Jubilee Advance*” tinham que seguir um calendário geral. Todos eles fizeram uso do tema anual, dos *slogans* e dos símbolos da campanha. Estabeleceram o objetivo de seus programas, das suas organizações e de suas ações segundo as orientações da Convenção, visando o seu clímax, a celebração do jubileu em *Atlantic City*.<sup>189</sup> (tradução nossa)

Neste empenho, outro comitê denominado *Ideals Committee*, composto por dezenove pessoas entre líderes e estudiosos batistas, tendo como diretor, Ralph A. Herring, pastor da Primeira Igreja Batista de Winston-Salem, na Carolina do Norte, elaborou entre os anos de 1960 e 1963<sup>190</sup> um documento que,

continha excelentes diretrizes para cada membro batista, cada igreja, cada pastor, cada associação e cada convenção estadual. Se e onde esta sugestão não for observada, nós devemos seriamente buscar convencer a cada líder da responsabilidade de insistir com cada associação, pastor, igreja e membro batista a se envolver e a fazerem o melhor para cumprir

<sup>186</sup> MERRITT, James W. (Org.) **Annual of the Southern Baptist Convention**. Southern Baptist Convention: Nashville, 1964, p.47.

<sup>187</sup> Anexo I, foto do grupo Jubilee Advance Committee.

<sup>188</sup> MERRITT, 1964, p.259. Evangelização é o nome oficial dado pelos batistas para suas atividades missionárias de anuncio de sua crença e fé a outras pessoas.

<sup>189</sup> MERRITT, 1964, p.259. “*The Baptist bodies participating in the Jubilee Advance have followed a general calendar. They have used the same annual emphases, slogans, and symbols. They have determined their own program objectives, organization, and procedure, looking toward the joint climactic jubilee celebration here in Atlantic City following the adjournment of this convention.*”

<sup>190</sup> SOUTHERN BAPTIST HISTORICAL LIBRARY AND ARCHIVES. **Inventory Clifton Judson Allen Papers**. AR. 795-221. Nashville, 1986, p. 12. O anuário da Convenção Batista do Sul, deixa claro que o número de integrantes do comitê era de 18 pessoas, incluindo o líder Ralph A. Herring. Diferente do número 19 que encontramos em demais relatos para esta pesquisa. MERRITT, 1964, p.261.



verdadeiramente o propósito destes anos de celebração.<sup>191</sup> (tradução nossa).

Este documento foi estabelecido sobre cinco pilares: “(1) autoridade, (2) o indivíduo, (3) a vida cristã, (4) a igreja e (5) nossa tarefa contínua [...]”, tal documento “[...] deveria estar nas mãos de cada batista do sul”<sup>192</sup> a partir daquele momento. Ele recebeu então o nome de *Baptist Ideals*<sup>193</sup> ou Princípios Batistas.<sup>194</sup>

De acordo com seus autores, este documento não pretendia ser final ou autoritário, nem mesmo deveria falar por todos os batistas ou incluir todas as suas crenças, mas justificava-se no que diz respeito a ser uma apresentação dos princípios históricos dos Batistas que agora foram sistematizados,<sup>195</sup> em detrimento à condição da baixa qualidade da crença batista apresentada por grande parte dos seus membros<sup>196</sup> e das igrejas.

Com o documento esperava-se que os batistas pudessem interpretar, avaliar a si mesmos.<sup>197</sup> Que provocasse um retorno doutrinário do ser batista. Que o grupo tivesse e apresentasse, a partir de então, uma identidade de acordo com o que fosse descrito no documento.<sup>198</sup> Na realidade, o que se pode concluir é que, não obstante a proposta de se auto-avaliar justificada pelo uso da expressão “princípios”,<sup>199</sup> a idéia era que os batistas deveriam se manter coesos a partir da sua doutrina, que a tivessem como *arque* da religiosidade batista. A este processo os batistas identificaram como “a busca pelo equilíbrio adequado entre a liberdade e a responsabilidade dentro da igreja local e dentro das agências e instituições da Convenção”.<sup>200</sup>

A priori, o que se pode perceber desta proposta documental, encontrará respaldo nos capítulos posteriores quando se abordará a respeito do Sistema de Idéias de Edgar Morin, onde um sistema de ideias compreende abertura e

<sup>191</sup> MERRITT, 1964, p.261.

<sup>192</sup> INGRAHAM, Harold E (Org.). **Baptist Press Archives: 5-Point Statement On Ideals Released.** 1963, p. 1. Disponível em: <<http://media.sbhla.org.s3.amazonaws.com/1780,24-Aug-1963.pdf>> Acesso em: 13 maio 2013.

<sup>193</sup> INGRAHAM, 1963, p. 1.

<sup>194</sup> “Baptist Principles”, conforme a própria descrição na introdução do documento, BAPTIST Ideals: For liberty and Ligth. Nashville: Sunday School Board, 1963, p. 5.

<sup>195</sup> BAPTIST..., 1963, p. 3.

<sup>196</sup> BAPTIST..., 1963, p. 4.

<sup>197</sup> BAPTIST..., 1963, p. 4.

<sup>198</sup> BAPTIST..., 1963, p. 5.

<sup>199</sup> Por “princípio” entende-se a condição dialógica e aberta do discurso em detrimento à “doutrina”, condição dogmática, restritiva e fechada do discurso.

<sup>200</sup> BAPTIST..., 1963, p. 5.

fechamento, ou seja, ao passo que busca avaliar-se e abrir-se para o que é externo, busca também o fechamento auto-preservativo, um fechamento doutrinário,<sup>201</sup> o que justifica o intuito dos batistas para com os PB. Justifica-se também o esforço por fazê-lo chegar a cada batista, onde “500.000 cópias do documento Princípios Batistas foram distribuídos nos dois meses seguintes”<sup>202</sup> à convenção anual de maio de 1964.

No Brasil, diferente do que alguns batistas divulgam,<sup>203</sup> o documento chegou como tradução por meio do trabalho da missionária americana Cathryn Lucille Smith e da Junta de Educação Religiosa e Publicações da Convenção Batista Brasileira, conhecida também pela sua sigla, JUERP.

Cathryn foi missionária da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos no período de 1946 a 1983<sup>204</sup> atuando como diretora de Educação Religiosa no Brasil dentro da JUERP,<sup>205</sup> no Rio de Janeiro. Cathryn, tendo contato com os Princípios, ficou incumbida da tradução do documento para o português, sendo esta a primeira edição que compôs a série Documentos Batistas, no ano de 1986. A partir daí o documento passou a ser distribuído no meio batista brasileiro e visto como “documento central para a formação da espiritualidade e da ética batista”.<sup>206</sup>

É um dos textos mais importantes da história humana, especialmente para esta época chamada de pós-moderna que estamos vivendo. Se nós batistas procurássemos vivê-los e o mundo os conhecesse de forma encarnacional,

<sup>201</sup> O Sistema de Ideias é apresentado por Edgar Morin em sua obra O Método 4. Trataremos deste assunto com devidas referências nos seguintes capítulos 2 (dois) e 3 (três) deste trabalho.

<sup>202</sup> FORD, Agnes. Sunday School Board. **Baptist Press**, New Jersey, p. 25, 20 mai. 1964. Disponível em: <<http://media.sbhla.org.s3.amazonaws.com/1906,20-May-1964.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2013.

<sup>203</sup> Alguns batistas acreditam que o documento foi elaborado no Brasil, baseado no original americano. Contudo, no Brasil, o documento apenas foi traduzido, sem alteração no seu principal conteúdo. Por acreditarem assim, cita-se as seguintes referências: PRIMEIRA IGREJA BATISTA DA FREGUESIA EM JACAREPAGUÁ. **Princípios Batistas**. Disponível em: <<http://www.pibfjpa.org.br/primeira-igreja-batista-da-freguesia-em-jacarepagua/valores>> e SEMINÁRIO TEOLÓGICO BATISTA DO SUL DO BRASIL. **Princípios Batistas**. Disponível em: <[http://www.seminariodosul.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=78&Itemid=194](http://www.seminariodosul.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=78&Itemid=194)> Acessados em 14 maio 2013.

<sup>204</sup> SOUTHERN BAPTIST HISTORICAL LIBRARY AND ARCHIVES. **International Mission Board: Missionary Correspondence Files**. AR 551 – 2. 2012, p. 95. Disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CEkQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.sbhla.org%2Fdownloads%2F551-2.pdf&ei=calzUvGME9eu4AP24oDQBA&usg=AFQjCNHIUmFk4nchox\\_y0X2mT5epls-iJw&bvm=bv.55819444,d.dmg](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CEkQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.sbhla.org%2Fdownloads%2F551-2.pdf&ei=calzUvGME9eu4AP24oDQBA&usg=AFQjCNHIUmFk4nchox_y0X2mT5epls-iJw&bvm=bv.55819444,d.dmg). Acesso em 14 maio 2013.

<sup>205</sup> SUNDAY SCHOOL BOARD. **James Lenox Sullivan Papers**. AR 795-354. Southern Baptist Historical Library and Archives: Tennessee. 2010, p. 59. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.sbhla.org%2Fdownloads%2F795-354.pdf&ei=wKpzUqiDJq6t4APC-YH4Dw&usg=AFQjCNEACa6VTvXTD7k6QYqACgT-tSG0bg>. Acesso em 16 maio, 2013.

<sup>206</sup> PRIMEIRA IGREJA BATISTA DA FREGUESIA EM JACAREPAGUÁ.

com certeza encontraríamos o caminho da reconstrução da relevância da nossa presença cristã no mundo.<sup>207</sup>

O documento foi reimpresso sem nenhuma alteração nos últimos anos como parte integrante da obra denominacional chamada “Pacto e Comunhão”, publicada primeiramente no ano de 2004 pela JUERP e organizada pelo então diretor executivo da CBB, Sócrates Oliveira de Souza. Em 2010 ele foi novamente publicado, agora não mais sob a responsabilidade da JUERP, mas da editora Convicção.

O documento ainda é apresentado oficialmente como o conjunto de princípios dos batistas de acordo com a Convenção Batista Brasileira<sup>208</sup> e o centro de educação teológica batista de maior referência nacional, o Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil.<sup>209</sup> Para estes, “são os princípios que norteiam a vida e a atuação dos batistas no mundo”.<sup>210</sup>

## 2.2 Abordagem dos gêneros do discurso

Explorar os tipos de discurso ou gêneros do discurso não é uma prerrogativa da atual ciência Análise do Discurso, pois como nos afirma Brandão, isso se dá desde Platão e, posteriormente, Aristóteles, sendo esta preocupação inicial dada pela poética e retórica e não pela linguagem,<sup>211</sup> pois esta, como ciência, é mais recente que aquelas. No entanto, é ela – a linguagem, que, em suas diversas áreas na atualidade, se incumbe de maneira sistemática de tal exploração e análise.<sup>212</sup>

<sup>207</sup> PRIMEIRA IGREJA BATISTA DA FREGUESIA EM JACAREPAGUÁ.

<sup>208</sup> CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. **Princípios Batistas**. Disponível em: <[http://batistas.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16&Itemid=16](http://batistas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=16&Itemid=16)>. Acesso em: junho 2013.

<sup>209</sup> SEMINÁRIO TEOLÓGICO BATISTA DO SUL DO BRASIL.

<sup>210</sup> PRIMEIRA IGREJA BATISTA DA FREGUESIA EM JACAREPAGUÁ.

<sup>211</sup> BRANDÃO, Helena. H. N. **Gêneros do discurso - unidade e diversidade**. Polifonia (UFMT), Cuiabá - MT, v. 08, 2005, p. 96. Segundo Macedo: “A primeira aparição na cultura ocidental de uma reflexão sobre a linguagem enquanto ‘discurso’ – e não apenas enquanto ‘língua’ – dá-se nas obras *Arte poética* e *Arte retórica* de Aristóteles.” MACEDO, Danilo Motta de. Política e linguagens: uma análise diacrônica. **Revista da Anpoll**. v.1. nº 26, 2009, p.79.

<sup>212</sup> Chaves também assevera que: “O conceito de gêneros do discurso transita atualmente nas diversas ciências preocupadas com a linguagem: análise do discurso, análise crítica do discurso, linguística textual, interacionismo sócio-discursivo.” CHAVES, Aline. S. O conceito de gêneros do discurso entre tradição e modernidade. in: **VIII Encontro Nacional de Linguagem Verbal e Não-verbal e II Simpósio Internacional de Análise Crítica do Discurso**. v.1. São Paulo, 2007, p. 1.

Neste histórico de estudos e análises em linguagem, quando se trata de tipos de discurso, “várias classificações tem aparecido ao longo dos tempos, dentre elas: [...] os discursos deliberativo, judiciário e epidíctico”,<sup>213</sup> sobre os quais versaremos a seguir.<sup>214</sup>

Mikhail Bakhtin aborda a respeito desta diversidade dos discursos justificando-os pela variedade das atividades humanas. Para ele,

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana.<sup>215</sup>

Sob este aspecto pode-se considerar que, para Bakhtin, um ambiente de trabalho é um ambiente onde observa-se e vive-se uma diversidade de esferas de atividades e assim, uma diversidade discursiva. Pode existir a esfera do encontro informal dos funcionários, a esfera da reunião para a capacitação destes mesmos funcionários, a esfera da reunião dos acionistas e até mesmo uma esfera que se dá entre o gerente e o novo funcionário. Cada uma dessas esferas requer assim, um tipo de uso da linguagem.

Brandão, considerando a definição bakhtiniana de tipos de discurso, afirma que “os gêneros do discurso são diferentes formas de uso da linguagem que variam de acordo com as diferentes esferas de atividade do homem”.<sup>216</sup> Em resumo, “Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso.”<sup>217</sup>

Por isso, considerando a diversidade dos gêneros do discurso, faz-se necessário abordar os principais tipos de discurso a partir dos gêneros da retórica aristotélica relevantes ao estudo dos “Princípios Batistas”, estando estes princípios

---

<sup>213</sup> BRANDÃO, 2005, p. 96.

<sup>214</sup> Em razão desta diversidade Chaves ainda escreve que: “No estágio atual das pesquisas nessa área [...] os gêneros do discurso permanecem uma categoria em construção.” CHAVES, 2007. Deve-se ressaltar que Chaves partilha a idéia do linguista Tzvetan Todorov que em relação aos gêneros do discurso afirma citando Maurice Blanchot: “não mais se submete à distinção dos gêneros e que quer romper com os limites.” TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p. 43.

<sup>215</sup> BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 280.

<sup>216</sup> BRANDÃO, 2005, p.99.

<sup>217</sup> BAKHTIN, 1997, p. 280.

compreendidos no tipo discursivo denominado discurso religioso, como se verá posteriormente.

### 2.2.1 Três gêneros da retórica aristotélica

De acordo com Mosca, “classificados segundo o objetivo e o contexto, os gêneros básicos do discurso remontam à antiga Retórica e hoje se atualizam sob formas bastante variadas”.<sup>218</sup> Para se precisar sobre gêneros do discurso, faz-se necessário reaver ligação com a Grécia antiga, pois é nela que, “praticando um certo conceito de democracia e tendo de expor publicamente suas idéias, ao homem grego cabia manejar com habilidade as formas de argumentação [...] levado a graus de sutileza e preocupação com a estruturação do discurso”.<sup>219</sup>

Foi com o estagirita grego, Aristóteles (384 – 322 a.C), que a sistematização do discurso passou a ser dada. Sua obra de referência, segundo Citelli, *Arte Retórica*, “pode ser considerada uma espécie de síntese das visões que se acumulavam em torno dos estudos retóricos”.<sup>220</sup> Dominique Maingueneau, dissertando sobre a diversidade dos gêneros do discurso, afirma que:

Desde a antiguidade, a reflexão sobre o gênero nutriu-se de duas tradições, ambas originárias de Aristóteles: a da Poética e a da Retórica – sendo que esta segunda propôs a celebre tripartição entre gênero ‘judiciário’, ‘deliberativo’ e ‘epidíctico’.<sup>221</sup>

Observa-se que o trabalho de Aristóteles é preponderante para o estudo dos gêneros discursivos, o que nos leva a descrever então, como esse antigo filósofo distinguia tais gêneros, bem como sua argumentação que justifica a tripartição.

Primeiro vejamos o argumento, pois nele Aristóteles insere de maneira sucinta, toda a estrutura desses discursos:

As espécies de retórica são três em número, pois outras tantas são as classes de ouvintes dos discursos. Com efeito o discurso comporta três

<sup>218</sup> MOSCA, Lineide do Lago Salvador (Org.). **Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos**. 3. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004, p. 31.

<sup>219</sup> CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 15. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002, p.7.

<sup>220</sup> CITELLI, 2002, p.7,8

<sup>221</sup> MAINGUENEAU In MACHADO; MELLO, 2004, p. 46.

elementos: o orador, o assunto de que fala e o ouvinte; e o fim do discurso refere-se a este último, isto é, o ouvinte. Ora, é necessário que o ouvinte ou seja espectador ou juiz, e que um juiz se pronuncie ou sobre o passado ou sobre o futuro. [...] De sorte que é necessário que existam três gêneros de discursos retóricos: o deliberativo, o judicial e o epidíctico.<sup>222</sup>

A seguir apresentamos os três gêneros da retórica, não de forma dissertativa, mas em uma tabela sintética a partir das descrições de Aristóteles, facilitando assim a assimilação.

TABELA 1. GÊNEROS DO DISCURSO EM ARISTÓTELES

Gêneros	Jurídico	Deliberativo	Epidíctico
<b>Abordagem</b>	Justo/injusto	Útil/ inútil	Belo/ feio
<b>O que desenvolve</b>	Acusações ou defesas sobre algo.	Exortações ou dissuasões, “pois tanto os que aconselham em particular, como os que falam em público, fazem sempre uma destas duas coisas”. <sup>223</sup>	Louvam ou censuram algo.
<b>Objetivo</b>	Visa mostrar a justiça ou injustiça do feito.	Visa mostrar a vantagem ou desvantagem do feito.	Visa mostrar a virtude ou defeito de algo ou alguém.
<b>Tempo</b>	Usa o tempo passado, “pois é sempre sobre atos acontecidos que um acusa e outro defende”. <sup>224</sup>	Usa o tempo futuro, “pois aconselha sobre eventos futuros, quer persuadindo, quer dissuadindo”. <sup>225</sup>	“O tempo principal é o presente, visto que todos louvam ou censuram eventos atuais, embora também muitas vezes argumentem evocando o passado e conjecturando sobre o futuro.” <sup>226</sup>

Para Aristóteles há um ponto comum entre os três discursos chamado por ele de premissa, que deve ser observada por qualquer um deles. É a partir da premissa, ou seja, da ideia, que se constrói o discurso e o conclui como válido ou não. Este ponto comum é nomeado por Manuel Alexandre Júnior de “tópicos comuns”, que são três, a saber: “possível/impossível; real/irreal; mais/menos”.<sup>227</sup> Sendo assim, cabe primeiramente ao orador jurídico, deliberativo e epidíctico

<sup>222</sup> ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução e notas: Manuel A. Júnior; Paulo F. Alberto e Abel do N. Pena. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005, p. 104.

<sup>223</sup> ARISTÓTELES, 2005, p. 104

<sup>224</sup> ARISTÓTELES, 2005, p. 104

<sup>225</sup> ARISTÓTELES, 2005, p. 104

<sup>226</sup> ARISTÓTELES, 2005, p. 104

<sup>227</sup> ARISTÓTELES, 2005, p.38.

considerar se algo é possível ou impossível, real ou irreal, mais ou menos, para que valide seu discurso perante o ouvinte.<sup>228</sup>

Nas palavras de Aristóteles:

é primeiramente necessário ter as premissas destas três coisas, pois as provas irrefutáveis, as probabilidades e os sinais são premissas retóricas. Porque, em geral, todo silogismo se constrói a partir de premissas, e o entimema não é mais do que um silogismo que se deduz das ditas premissas.<sup>229</sup>

Como uma espécie de exemplo, Aristóteles ainda assevera:

Ora, visto que as coisas impossíveis não podem ter sido feitas no passado, nem se podem fazer no futuro, que apenas as coisas possíveis o podem, que as coisas irrealis e irrealizáveis não podem ter sido feitas no passado ou fazer-se no futuro, é necessário que o orador deliberativo, judicial e epidíctico tenham premissas sobre o possível e o impossível, se algo aconteceu ou não, e se virá a ter ou não lugar.<sup>230</sup>

Conclui-se que, ao organizar-se deste modo, de acordo com Citelli, “a retórica tem para Aristóteles, algo de ciência, ou seja, é um *corpus* com determinado objeto e um método verificativo dos passos seguidos para se produzir a persuasão”.<sup>231</sup> Assim, os gêneros do discurso compreendidos pela retórica, acabam por caracterizá-la em uma espécie de “exercício filosófico”, segundo Chaves, que procura a verdade e investiga procedimentos da linguagem, permitindo “comunicar as ideias a um auditório quase sempre heterogêneo”.<sup>232</sup>

### 2.2.2 Raciocínios discursivos em Aristóteles, segundo Adilson Citelli

Ao tratar da retórica em Aristóteles, Adilson Citelli, no livro “Linguagem e Persuasão”, aborda a questão da linguagem persuasiva apresentando três raciocínios discursivos inerentes à persuasão em cada um dos gêneros do discurso. São eles: raciocínio apodíctico, raciocínio dialético e raciocínio retórico.

<sup>228</sup> Em Aristóteles esta validação é chamada de persuasão, de acordo com CITELLI, 2002, p. 10.

<sup>229</sup> ARISTÓTELES, 2005, p.105.

<sup>230</sup> ARISTÓTELES, 2005, p.106.

<sup>231</sup> CITELLI, 2002, p. 9.

<sup>232</sup> CHAVES, 2007.

Passamos a citar os raciocínios discursivos apresentados por Citteli:

O raciocínio apodítico (apodeiktós) possuía o tom da verdade inquestionável. O que se pode verificar aqui é o mais completo dirigismo das idéias; a argumentação é realizada com tal grau de fechamento que não resta ao receptor qualquer dúvida quanto à verdade do emissor. [...] O receptor fica impedido de esboçar qualquer questionamento. É um raciocínio fechado em si mesmo que não dá margem a discussão.

Já o raciocínio dialético [...] busca quebrar a inflexibilidade do raciocínio apodítico. Agora, aponta-se para mais de uma conclusão possível. No entanto, o modo de reformular as hipóteses acaba por indicar a conclusão mais aceitável. É um jogo de sutilezas que consiste em fazer parecer ao receptor existir uma abertura no interior do discurso. [...] Ou seja, o enunciado já contém a verdade final desejada pelo emissor.

A terceira grande categoria de raciocínio é o retórico, que era, portanto, também o nome de um mecanismo de condução das idéias. Há certa semelhança entre o dialético e o retórico, apenas no último caso não se busca um convencimento racional, mas igualmente emotivo. O raciocínio retórico é capaz de atuar junto a mentes e corações, num eficiente mecanismo de envolvimento do receptor. [...] Agora, já não se quer apenas o assentimento lógico, deseja-se também trabalhar com os dados emocionais.<sup>233</sup>

No desenvolvimento que faz a respeito da retórica e da persuasão, o autor conclui afirmando que a retórica não é geradora da persuasão, contudo pode sim revelar o que a produz. Isso nos leva a ponderar que os gêneros do discurso sistematizados pelo estagirita grego e já apresentados no tópico anterior deste trabalho, não são produtores de persuasão, mas é por meio deles que se pode reconhecer como um discurso persuasivo se dá, ou seja, a retórica visa “descobrir o que é próprio para persuadir”.<sup>234</sup> Neste caso, verifica-se que reconhecer os raciocínios discursivos é reconhecer o modo de persuasão.

Em suma, segundo Nogueira, “Aristóteles colocava a retórica a serviço do verdadeiro e do justo [...] como instrumento da opinião”, ele “percebeu que a honestidade e a justiça eram argumentos bons para conquistar a adesão do auditório”<sup>235</sup> ao sistematizar tanto os gêneros do discurso quanto os regimes discursivos aqui apresentados.

<sup>233</sup> CITELLI, 2002, p. 18,19.

<sup>234</sup> CITELLI, 2002, p. 10.

<sup>235</sup> NOGUEIRA, Andréa Scavassa Vecchia. **Algumas considerações sobre a linguagem persuasiva**. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1316, 7 fev. 2007, p.2. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/9467>>. Acesso em: 24 jul. 2012.



### 2.2.3 O discurso religioso

O que até agora se pode precisar a respeito dos gêneros do discurso na retórica aristotélica, é visto por Dominique Maingueneau como apenas uma parte da questão em relação aos gêneros discursivos. Ressalta-se as referências, nas sessões anteriores, a respeito da crescente diversidade no que tange à classificação de gêneros.<sup>236</sup>

Para Maingueneau, não obstante existir hoje um “consenso quando se pensa que a noção de gênero desempenha um papel central numa análise do discurso”,<sup>237</sup> existe a dificuldade quando “se aborda a noção de gêneros privilegiando algum tipo de dado, [...] em vez de se considerar, na totalidade, a radical diversidade das produções verbais”.<sup>238</sup>

Observa-se que para este linguista, mesmo as classificações da Grécia antiga não contemplam todos os gêneros e, na atualidade, o que se apresenta é o que ele denomina de “ignorância recíproca”, quando os pesquisadores atuais dão pouca atenção a alguns discursos que por eles são considerados como marginais - dentre eles está o discurso religioso.

Maingueneau apresenta pelo menos três ideias que podem esclarecer esse pouco interesse pelo discurso religioso, são elas: “textos cuja simples compreensão implica o conhecimento de um vasto intertexto, que pode não ser acessível a todos”; “textos que mantêm com a realidade social uma relação muito mais indireta do que a encontrada em textos vindos de outros discursos”; por último, está a idéia de que “analistas do discurso preferem trabalhar textos ligados a interesses sociais imediatos. Desse modo, privilegiarão interações orais espontâneas, textos políticos, textos midiáticos, etc”.<sup>239</sup>

Entretanto, Maingueneau conclui apresentando a justificativa de que:

---

<sup>236</sup> Maingueneau concorda com Bakhtin em que, em termos de genericidade, os discursos estão em expansão, pois os mesmos crescem de acordo com o “conjunto de enunciados produzidos em uma sociedade”, assim, os gêneros, evoluem com a mesma. MAINGUENEAU In MACHADO; MELLO, 2004, p.46.

<sup>237</sup> MAINGUENEAU In MACHADO; MELLO, 2004, p.43.

<sup>238</sup> MAINGUENEAU In MACHADO; MELLO, 2004, p.44.

<sup>239</sup> MAINGUENEAU, Dominique. Polifonia e cena de enunciação na pregação religiosa. In EMEDIATO, Wander; LARA, Gláucia M. P.; MACHADO, Ida L. (Orgs.). **Análises do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. v. 1, p. 199, 200.

não há nenhuma razão teórica importante para que a Análise do Discurso considere somente uma parte da produção verbal, para que ela descarte do campo do discurso textos filosóficos ou religiosos, por exemplo. [...] a maior parte dos trabalhos sobre os gêneros do discurso não leva em conta (ou dá pouca atenção) os gêneros literários, filosóficos, teológicos... considerados como advindos de funcionamentos marginais.<sup>240</sup>

Agora, cabe-nos explicitar a respeito deste gênero discursivo, o religioso, que não está às margens de uma análise, mas é significativo, pois interfere efetivamente nos comportamentos e relações sociais ao apresentar-se como “uma das formações discursivas mais explicitamente persuasivas”.<sup>241</sup> Neste discurso,

o paroxismo autoritário chega a tal grau de requinte que o eu enunciador não pode ser questionado, visto ou analisado; é ao mesmo tempo o tudo e o nada. A voz de Deus plasmará todas as outras vozes, inclusive a daquele que fala em seu nome: o pastor.<sup>242</sup>

O discurso religioso “é aquele que fala a voz de Deus e qualquer representante Seu é a voz da Divindade”.<sup>243</sup> Por isso, o discurso possui o tom inquestionável, aquele que fala não apenas fala em nome de Deus, mas é a própria voz de Deus, tendo como característica persuasiva a “não-reversibilidade entre os planos espiritual e temporal”. Assim, “como a reversibilidade é condição do discurso, a não-reversibilidade impõe a monossemia, dando um caráter autoritário para o discurso religioso”.<sup>244</sup>

<sup>240</sup> MAINGUENEAU, 2004, p.44.

<sup>241</sup> CITELLI, 2002, p.48. Ressalta-se que Citelli refere-se enfaticamente ao discurso religioso evangélico e que, para este trabalho, deve-se incluir os batistas.

<sup>242</sup> CITELLI, 2002, p.48.

<sup>243</sup> GIL FILHO, Sylvio Fausto. Fides et ratio: notas para uma crítica ao discurso religioso. In: VIII Encontro Regional de História - PARANÁ: História e Historiografia, 2002, Curitiba. **Anais do VIII Encontro Regional de História**. Curitiba, 2002, p.2. Disponível em: <[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.nupper.com.br%2Fhome2%2Fwp-content%2Fuploads%2F6-fides\\_et\\_ratio\\_discurso\\_religioso.pdf&ei=M4gUsHnO8fFsATiqYH4AQ&usg=AFQjCNGZuijzevABQs7-JNzUUoxG7uDKQ&bvm=bv.51495398,d.cWc](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.nupper.com.br%2Fhome2%2Fwp-content%2Fuploads%2F6-fides_et_ratio_discurso_religioso.pdf&ei=M4gUsHnO8fFsATiqYH4AQ&usg=AFQjCNGZuijzevABQs7-JNzUUoxG7uDKQ&bvm=bv.51495398,d.cWc)> Acesso em 12 nov. 2011. Eni Orlandi também assevera: “O discurso religioso é aquele que faz ouvir a voz de Deus ou de seus enviados (profeta, pastor, padre)”. ORLANDI, 1996 apud PEDROSA, Cleide E. F. Discurso Religioso: Funções e Especificidade. **SOLETRAS**: revista do Departamento de Letras da UERJ, Rio de Janeiro, v. 1, ano 7, nº 13, jan./jun.2007, p. 39-46, 2007, p. 40.

<sup>244</sup> CASIMIRO, Arival Dias. **O discurso protestante reformado: uma abordagem discursiva do protestantismo brasileiro**. Santa Bárbara do Oeste: SOCEP, 2002, p. 20.

Quanto à reversibilidade Orlandi, 1996, apud PEDROSA, 2007, p. 41 explica que esta é a “Troca de papéis na interação que constitui o discurso e que o discurso constitui. [...] esses pólos, esses lugares (do locutor e do ouvinte), não se definem em sua essência, mas quando referidos ao processo discursivo: um se define pelo outro, e, na sua relação, definem o espaço da discursividade”. Casimiro (2002, p. 20) ainda resume: “reversibilidade = troca de papéis entre locutor e ouvinte”.

Neste caso, considerando que, como há apenas a impressão de reversibilidade,<sup>245</sup> ou seja, a impressão de que existe no discurso religioso uma troca de interação entre os planos espiritual e material, a fala que representa a voz divina, no nosso caso, o *corpus* “Princípios Batistas”, tornar-se inquestionável em seu meio, pois o argumento é de que foi organizado a partir da própria palavra de Deus. Emediato denomina este argumento de *lei de passagem* e, neste caso, a *lei de passagem*<sup>246</sup> existente entre o documento “Princípios Batistas” e sua inquestionável aceitação, é forte o suficiente para torná-lo natural aceitável a este grupo.

A *lei de passagem* é o elo “entre o argumento apresentado e a conclusão que se pretende validar por meio deste argumento [...] de maneira que tal relação pareça natural e não problemática, quando, na verdade, ela o é”.<sup>247</sup>

Deste modo, pode-se dizer que os PB traduzem de maneira sistemática a vontade de Deus aos batistas e, ao mesmo tempo, representam e identificam este grupo religioso, pois tal documento é conforme às suas crenças, como assevera Emediato: “Para que uma tese consiga a adesão de um auditório, ela necessita de certa forma, estar em conformidade com as crenças desse auditório ou, a *fortiori*, com o que esse auditório é capaz de admitir como sendo racional”.<sup>248</sup>

Conclui-se que, por sua não-reversibilidade e, conseqüentemente, seu caráter monossêmico, os PB tornaram-se regimentalmente doutrinários. Percebe-se que sua constituição é, na verdade, um misto de doutrinas e princípios, ou seja, possui conteúdos de regimes discursivos distintos, hora apresentando um discurso aberto, dialogal, hora um discurso fechado e dogmático. No que tange à distinção destas condições discursivas de abertura e fechamento, ou seja, princípios e doutrinas, passamos agora a discorrer sobre tal, tendo como base o teórico Edgar Morin.

---

<sup>245</sup> Quanto a isto, Casimiro (2002, p. 20) afirma que a não reversibilidade é a ilusão da reversibilidade onde há a ideia de uma aparente existência de passagem de um plano a outro, podendo-se dar de duas maneiras onde: “Deus compartilha com os homens suas qualidades divinas, e o homem se alça até Deus através das visões e profecias”.

<sup>246</sup> SOUZA, Wander E. Retórica, argumentação e Discurso. In MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Orgs). **Análise do Discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001, p. 159.

<sup>247</sup> SOUZA, In MARI; MACHADO; MELLO, 2001, p.159.

<sup>248</sup> SOUZA, In MARI; MACHADO; MELLO, 2001, p.163.

### 2.3 Ideologia: sobre método, teoria e doutrina

Se tomarmos os conceitos primários de “ciência da formação de ideias”<sup>249</sup> a partir das “percepções sensoriais do mundo externo”,<sup>250</sup> ou “tratado das ideias em abstrato”,<sup>251</sup> podemos considerar, no aspecto religioso, a ideologia como ponto de observância à estruturação de um grupo<sup>252</sup> em seu ideal de fé.

Edgar Morin relaciona as ideologias às filosofias e essas como sistemas de ideias. Ele norteia a degradação entre o primeiro sistema (ideologia) e o segundo sistema (filosofia), dando razão ao sentido pejorativo empregado às ideologias. Para ele,

As ideologias tomam de empréstimo às filosofias, o núcleo axiomático e as ideias centrais; buscam aí coerência organizadora, mas de maneira simplificadora, degradada, dogmática, o que as transforma em sistemas de outra natureza: as ideologias perdem a problemática e a complexidade que fazem a originalidade filosófica. Compreende-se, então, o sentido pejorativo do termo “ideologia”, o qual sempre conota um defeito, uma falta, uma ilusão.<sup>253</sup>

Assim, compreender, a partir de Morin, os conceitos de “Método” e “Teoria” inseridos em sua ideia de ideologia, bem como a concretização desses conceitos no *corpus* “Princípios Batistas”, viabilizará a compreensão dos regimes discursivos contidos no próprio *corpus* relevantes à nossa pesquisa.

Será necessário também, descrever o processo de degradação da Teoria como um sistema aberto de ideias, dando lugar, segundo Morin, a uma nova condição discursiva, chamada de “Doutrina” – sistema fechado<sup>254</sup> de ideias.

<sup>249</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009, p.1066.

<sup>250</sup> HAUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales (Ed.). **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 1565.

<sup>251</sup> FERREIRA, 2009, 1066.

<sup>252</sup> O dicionário Michaelis ainda traz sobre ideologia: “Maneira de pensar que caracteriza um indivíduo ou grupo de pessoas”. MICHAELIS Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998, p. 1122.

<sup>253</sup> MORIN, Edgar. **O método 4: as idéias**. Tradução Juremir Machado da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002, p. 172.

<sup>254</sup> MORIN, 2002, p.162.

### 2.3.1 Método e teoria em Edgar Morin

Pensar em método na concepção moriniana é deixar-se extrapolar à condição simplista do já conhecido e comum entendimento do conjunto de regras fixas e sequenciais, postas como assertivas para um resultado já previsto pelo próprio método. Ou seja, o método, deste modo, é como um mero programa. Para Arrial e Calloni, pensar no método desta maneira é considerá-lo como passos traçados de antemão e que devem ser pisados, “como uma espécie de trilha aberta por antecipação a fim de que um determinado objetivo seja alcançado como parte da solução de um determinado problema”.<sup>255</sup> Nas palavras de Morin:

Nada mais distante de nossa concepção do método do que aquela visão composta por um conjunto de receitas eficazes para chegar a um resultado previsto. Essa idéia de método pressupõe o resultado desde o início; nessa acepção, método e programa são equivalentes.<sup>256</sup>

O problema apresentado por Morin na concepção tradicional de método é que nesta, parte-se do fim para o começo, ou seja, o pesquisador acredita que já sabe desde o início o resultado, o que para Morin é contraditória permitindo ponderar que todo percurso é incerto em si mesmo. Morin acredita que o método não deve partir do

claro e distinto, mas do obscuro e do incerto; não do conhecimento seguro, mas da crítica da segurança. Só podemos partir com a ignorância, a incerteza e a confusão. Mas trata-se duma nova consciência da ignorância, da incerteza e da confusão.<sup>257</sup>

Ainda:

O método não parte de crenças seguras de si mesmas, aprendidas e encarnadas, como demônios que se alimentam de nossa sede de certezas

---

<sup>255</sup> ARRIAL, Luciana R.; CALLONI, Humberto. Estudos pontuais sobre o conceito de método e teoria no paradigma da complexidade de Edgar Morin. **Revista Didática Sistemica**, v. 11, p. 35-49, 2010, p. 51.

<sup>256</sup> MORIN, Edgar; CIURANA, Roger; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana**. São Paulo: Cortez Editora, 2003, p.17.

<sup>257</sup> MORIN, Edgar. **O método 1: a natureza da natureza**. 2. ed. Portugal: Publicações Europa-América. 1977, p.19.

e da ambição de conhecimentos absolutos e inalteráveis. O método é o que ensina a aprender.<sup>258</sup>

Assim, transcreve-se os claros antagonismos apresentados por Morin quanto ao método como programa e método como ferramenta de aprendizagem, aqui também tratado como *estratégia*.

A oposição programa/estratégia salta aos olhos. O programa constitui uma organização predeterminada da ação. A estratégia encontra recursos, faz contornos, realiza investimentos e desvios. O programa efetua a repetição do mesmo no mesmo, ou seja, necessita de condições estáveis para sua execução. A estratégia é aberta, evolutiva, enfrenta o imprevisível, o novo. O programa não improvisa nem inova, mas a estratégia sim. O programa só pode experimentar uma dose fraca e superficial de risco e de obstáculos em seu desenvolvimento. Para alcançar seus fins, a estratégia se desdobra em situações aleatórias, utiliza o risco, o obstáculo, a diversidade. O programa tolera apenas uma dose fraca e superficial de erros em seu funcionamento. A estratégia tira proveito de seus erros. O programa necessita de um controle e de uma vigilância. A estratégia não só necessita deles, mas também, a todo o momento, de concorrência, iniciativa, decisão e reflexão. O método é obra de um ser inteligente que ensaia estratégias para responder às incertezas. Nesse sentido, reduzir o método a programa é acreditar que existe uma forma *a priori* para eliminar a incerteza. Método é, portanto, aquilo que serve para aprender e, ao mesmo tempo, é aprendizagem.<sup>259</sup> É aquilo que nos permite conhecer o conhecimento.

Por assim dizer, vemos que o método moriniano não deve ser confundido com um conjunto de organizações que definem de antemão o resultado, que não toleram o erro, que definem o sucesso e a certeza do objetivo, mas sim uma estratégia do pensamento. “Muito concretamente, trata-se de um ‘método de aprendizagem na errância e na incerteza humana’.”<sup>260</sup> Nesta concepção, o filósofo nos apresenta uma poética e bela distinção de método ao se voltar para os versos do escritor espanhol Antônio Machado quando escreve: “caminhante, não há caminho, faz-se caminho ao andar. Ao andar se faz o caminho...”<sup>261</sup> e completa: “Machado sabe que, se existe um método, este só poderá nascer durante a

<sup>258</sup> MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p.29.

<sup>259</sup> MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p.29.

<sup>260</sup> MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p.13. Morin ratifica: “Deve-se lembrar aqui que a palavra ‘método’ não significa de jeito nenhum metodologia! As metodologias são guias *a priori* que programam as pesquisas, enquanto que o método derivado do nosso percurso será uma ajuda à estratégia [...] O objetivo do método, aqui, é ajudar a pensar por si mesmo para resolver ao desafio da complexidade dos problemas”. MORIN, Edgar. **O método 3: conhecimento do conhecimento**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1999, p. 36.

<sup>261</sup> MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p. 21.

pesquisa; talvez no final poderá ser formulado e até em alguns casos formalizar-se. Como tantos outros afirmam: ‘o método vem no final’<sup>262</sup>.

Método, para Morin, ainda possui uma estreita relação com a teoria “qualquer que seja ela e do que quer que trate”.<sup>263</sup> Ressalta-se que, do pensamento moriniano, teorias são “sistemas de ideias, construções do espírito que se aplicam aos dados para lhes serem adequados”.<sup>264</sup> Teoria proporciona o conhecimento através do método.

É importante compreender aqui o lugar ocupado pela teoria e como ela se relaciona com o método. Uma teoria não é o conhecimento, ela permite o conhecimento. Uma teoria não é uma chegada, é a possibilidade de uma partida. Uma teoria não é uma solução, é a possibilidade de tratar um problema. Uma teoria só cumpre seu papel cognitivo, só adquire vida, com o pleno emprego da atividade mental do sujeito. E é essa intervenção do sujeito o que confere ao termo *método* seu papel indispensável.<sup>265</sup>

Deste modo, vê-se que para Morin, método e teoria completam-se em favor do conhecimento onde, nessa relação recursiva, “o método, gerado pela teoria, regenera a própria teoria”.<sup>266</sup> Arrial e Calloni esclarecem: “Método e teoria compõem uma base articulada em que o saber se constitui enquanto momento explicativo e interpretativo do real”.<sup>267</sup> Como em uma espécie de conclusão, Morin prossegue asseverando que “a teoria não é nada sem o método, a teoria quase se confunde com o método, ou melhor, teoria e método são os dois componentes indispensáveis do conhecimento complexo”.<sup>268</sup>

Contudo, esta relação pode sofrer um processo de degradação, não motivado pela relação propriamente dita, mas se dá quando na via para o estabelecimento do conhecimento, aconteça o engessamento do método e a teoria torna-se um fim em si mesma, ou seja, quando “tem o privilégio da verdade sobre as outras”.<sup>269</sup>

Cabe agora uma breve análise a respeito deste processo de precariedade, também denominado de degradação, que será discorrido no tópico seguinte.

<sup>262</sup> MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p. 22.

<sup>263</sup> MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 186.

<sup>264</sup> MORIN, 2005, p. 22.

<sup>265</sup> MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p. 23, 24.

<sup>266</sup> MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p. 24.

<sup>267</sup> ARRIAL; CALLONI 2010, p. 56.

<sup>268</sup> MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p. 24.

<sup>269</sup> MORIN, 2005, p. 166. Expressões empregadas por Morin. No caso de falseabilidade, ele está recorrendo a Karl Popper como deixa claro na obra.

### 2.3.2 De teoria a doutrina: um processo de degradação

Edgar Morin é contundente ao descrever a possibilidade de degradação da teoria ao apresentar o “anarquismo epistemológico” de Feyerabend onde: nenhuma teoria deve se sobrepôr como verdade sobre as outras; “nenhuma funciona mais ou menos e sua concorrência é a única condição do progresso científico”.<sup>270</sup>

Para tratar da idéia de degradação entre teoria e doutrina, Morin inspira-se nos sistemas atômicos e celulares ao elaborar o sistema de ideias,<sup>271</sup> que nesta pesquisa, com base nas descrições de Morin, ilustramos da seguinte maneira:

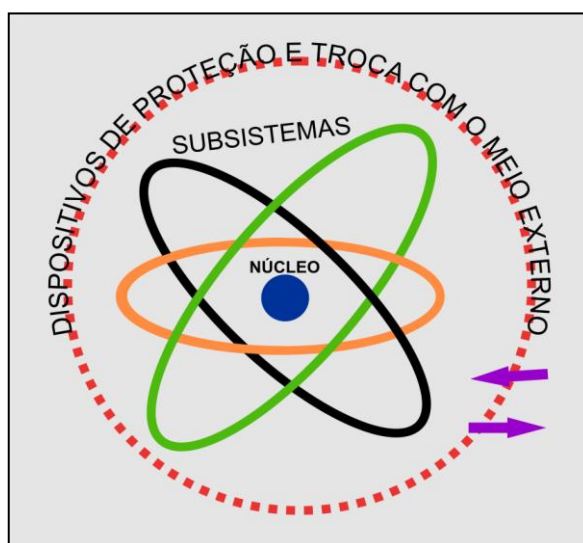


Figura 2: Sistema de ideias de Edgar Morin

Um sistema de ideias compreende, de acordo com Morin:

um núcleo (axiomas que legitimam o sistema, regras fundamentais de organização, ideias mestras [...], subsistemas dependentes/interdependentes [...], um dispositivo imunológico de proteção [...] constituindo os dispositivos propriamente metabólicos e defensivos do sistema em seu meio ambiente.<sup>272</sup>

<sup>270</sup> MORIN, 2005, p. 166.

<sup>271</sup> “Um sistema de ideias constitui-se de uma constelação de conceitos associados de maneira solidária, cujo agenciamento é estabelecido por vínculos lógicos [...], em virtude de axiomas, postulados e princípios de organização subjacentes”. MORIN, 2002, p. 157.

<sup>272</sup> MORIN, 2002, p. 158.



Por sua constituição, os sistemas de idéias apresentam-se tanto abertos, quando fechados. Eles podem realizar trocas entre seu núcleo, entre suas ideias mestras e as informações vindas do exterior. Ou podem categoricamente proteger-se das informações externas, fechando-se a toda informação em desacordo aos seus axiomas. É sob estas condições que Edgar Morin faz a distinção entre o sistema aberto a que ele denomina teoria e o sistema fechado, denominado doutrina.<sup>273</sup>

“É próprio da teoria admitir a crítica externa.”<sup>274</sup> Ela mantém a sua integridade como teoria quando aceita ser questionada, “ou seja, aceita a si mesma como ‘biodegradável’”<sup>275</sup>, “manifesta maleabilidade interna, isto é, capacidade de adaptação e modificação na articulação entre os seus subsistemas, assim como a possibilidade de abandonar um subsistema e de substituí-lo por outro”.<sup>276</sup>

De outro modo, quando uma teoria recusa o seu “falibilismo” ou a sua “falseabilidade”.<sup>277</sup> tende a simplificar-se, o que Morin denomina de degradação. Neste caso, uma teoria não aceita ser questionada tornando-se verdade sobre as outras. Por isso,

a teoria não é o fim do conhecimento, mas um meio-fim inscrito em permanente recorrência. [...] Toda teoria entregue a seu peso tende a achatar-se, a unidimensionalizar-se, a reificar-se, a psitacizar-se. [...] Isso pode ser aplicado a toda teoria.<sup>278</sup>

É neste instante que o processo de degradação é identificado e a teoria, embotada, passa a ser uma doutrina. “A doutrina rejeita a contestação assim como toda verificação empírico-lógica que lhe seja imposta por uma instância externa. É intrinsecamente irrefutável.”<sup>279</sup> Esta é a degradação doutrinária. “A teoria torna-se doutrina, torna-se cada vez menos capaz de abrir-se à contestação da experiência, à prova do mundo exterior, resta-lhe, então, abafar e fazer calar no mundo aquilo que a contradiz.”<sup>280</sup>

<sup>273</sup> MORIN, 2002, p. 158.

<sup>274</sup> MORIN, 2002, p. 161.

<sup>275</sup> MORIN, 2005, p. 167.

<sup>276</sup> MORIN, 2002, p. 161.

<sup>277</sup> Falibilismo e falseabilidade. MORIN, 2005, p. 38.

<sup>278</sup> MORIN, 2005, p. 336.

<sup>279</sup> MORIN, 2002, p. 162.

<sup>280</sup> MORIN, 2005, p. 336.

Enquanto a teoria reconhece que os seus axiomas ou postulados são indemonstráveis, a doutrina considera-os como princípios de evidência, verídicos para sempre, que asseguram a virtude inalterável do sistema. Enquanto a teoria conserva a racionalidade na troca incerta com o mundo exterior, a doutrina rejeita tudo o que se rebela contra a sua lógica racionalizadora.

Por isso, ao contrário da teoria, a doutrina é blindada contra as agressões externas.<sup>281</sup>

Conclui-se, portanto que, quando um sistema de ideias mantém a sua sanidade dialogal, o seu conteúdo permite se abrir à informação que não lhe é conforme, podendo ser questionada,<sup>282</sup> ocorrendo assim, um processo de interação, de trocas entre estas partes e mesmo que, a princípio, tal informação seja conflitante, a teoria não fecha-se de imediato em si mesma para outros sistemas de ideias, mas mantém o diálogo, sendo capaz de renovar-se ou reconstruir-se.

Por outro lado, se este mesmo sistema de ideias apresentar-se irremediavelmente fechado, não dialogal, temerá e resistirá à informação, julgando-a não adequada à sua crença, “percebendo essas informações não como informações, mas como trapaças ou mentiras”.<sup>283</sup> Neste caso, o sistema de ideias deixa de ser aberto e fecha-se em si mesmo em um processo dogmático, doutrinário.

Para o encerramento destas considerações, apresenta-se abaixo o quadro elaborado por Morin,<sup>284</sup> a respeito dos sistemas de ideias - doutrinas e teorias:

---

<sup>281</sup> MORIN, 2002, p. 162.

<sup>282</sup> MORIN, Edgar. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 45.

<sup>283</sup> MORIN, 1986, p. 43.

<sup>284</sup> MORIN, 2002, p. 163.

<b>SISTEMA DE IDÉIAS</b>	
<i>Doutrinas</i>	<i>Teorias</i>
Auto-referência	Auto-exo-referência
Fechamento doutrinário (fraca ecodependência)	Abertura ao exterior (forte ecodependência)
Núcleo duro insensível à experiência	Núcleo duro resistente à experiência
Primado da coerência interna (racionalização)	Primado do acordo lógico-empírico (racionalidade)
Rigidez das ligações entre conceitos	Necessidade lógica das relações entre conceitos
Auto-regeneração a partir dos fundamentos próprios	Auto-exo-regeneração
Imunologia muito forte (só aceita o que a confirma)	Imunologia (só rejeita o que não é pertinente)
Recusa de toda crítica	Aceitação das críticas, sob condições
Anátema	Vigor polêmico
Dogmatismo	Flexibilidade
Idealismo	Empirismo
Ortodoxia (verdade absoluta e única)	Autodoxia (comporta-s em função de princípio)
Autotranscendência, auto-sacralização, autodeificação	Autocentrismo

Figura 3: Sistema de ideias, quadro comparativo de Edgar Morin

#### 2.4 Doutrina e princípio nos “Princípios Batistas”

Se doutrina e princípio são, à luz de Morin, sistemas distintos de ideias - como já visto no desenvolvimento dos temas anteriores, conclue-se que o primeiro caracteriza-se pela sua rigidez e pelo seu fechamento, enquanto o segundo caracteriza-se pela sua abertura e dialogismo. Almeja-se, a partir de agora, explicitar a condição da doutrina a partir do aspecto religioso, buscando compreender como se apresenta este regime discursivo dentro do conjunto de ideias e valores prezados por um grupo religioso.

### 2.4.1 O aspecto religioso da doutrina

O dicionário Houaiss da língua portuguesa traz o seguinte conceito para doutrina:

1. conjunto de idéias fundamentais a serem transmitidas, ensinadas. 2. conjunto de conhecimentos possuídos; ciência, erudição, saber 3. *REL* princípio, crença ou conjunto de princípios ou crenças que tem um valor de verdade absoluta para os que o(a) sustentam e seguem, e que é, no entender destes, o(a) único(a) aceitável.<sup>285</sup>

No que tange à sua etimologia latina, temos doutrina como: “ensino, formação teórica, cultura, educação”.<sup>286</sup> Quanto ao que a caracteriza, faz-se referência à abordagem Moriniana de doutrina:

todo sistema de idéias que se fecha sobre si mesmo e se fecha a tudo aquilo que o contesta externamente. Tal sistema não pode "digerir" as idéias ou os dados que lhe são contrários; rejeita-os como se lhes fosse alérgico. Essa "clausura" caracteriza a doutrina.<sup>287</sup>

Assim, percebe-se que, quanto ao discurso religioso, o mesmo apresenta-se como um discurso pouco dialogal e por vezes fechado “a toda informação não-conforme”,<sup>288</sup> pois sua fala é representante da própria divindade. Aquele que fala, fala do espiritual, como observado anteriormente.<sup>289</sup> Neste caso, “existe um desnivelamento na relação entre locutor e ouvinte, pois Deus é do plano espiritual e o homem é do plano temporal. O espiritual prevalece e domina o temporal. [...] O representante que fala a voz de Deus, não pode modificá-la”<sup>290</sup> e, ao fiel, por vezes, não cabe questioná-la, pois o que está posto no discurso, está posto pelo próprio Deus.<sup>291</sup>

<sup>285</sup> HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1080, 1081.

<sup>286</sup> JUNIOR, José Cretela; CINTRA, Geraldo Ulhoa (Orgs.). **Dicionário Latino Português**. São Paulo: Editora Anchieta, 1944, p. 346.

<sup>287</sup> MORIN, 2005, p. 171.

<sup>288</sup> MORIN, 1986, p. 45.

<sup>289</sup> Abordado em 2.1.3 Discurso religioso.

<sup>290</sup> CASIMIRO, 2002, 21.

<sup>291</sup> Vale ressaltar que este jogo temporal/espiritual é abordado por Auguste Comte como remanescente da antiguidade humana onde os diversos sistemas sociais caracterizam-se por um

Observa-se que o sistema ideológico discursivo religioso assemelha-se muito mais a um sistema doutrinário de idéias do que a um discurso teórico de princípio aberto. Por sua característica fechada, pode-se dizer que o discurso religioso é doutrinário, o que na concepção de Dominique Maingueneau é abordado como discurso constituinte.<sup>292</sup>

Como o próprio nome pressupõe, é o discurso que está posto como discurso último.

Os discursos constituintes possuem, com efeito, um estatuto singular: zonas de fala em meio a outras e falas que pretendem preponderar sobre todas as outras. [...] Junto com eles vêm à tona, em toda sua acuidade, as questões relativas ao carisma, à Encarnação, à delegação do Absoluto: para não se autorizarem apenas por si mesmos, devem aparecer como ligados a uma fonte legitimante.<sup>293</sup>

Deste modo, ao falarmos de doutrina no aspecto religioso, falamos do conjunto de ideias acordadas em um determinado grupo que, comungando da mesma crença, utilizam este conjunto de ideias (ideologia) para reger a conduta do grupo, seus valores e controlar não apenas seus conceitos espirituais, como suas relações e interações no cotidiano. “Protege-se e se defende contra as degradações de confirmações e verificações procedentes do mundo exterior.”<sup>294</sup>

#### 2.4.2 A teoria (princípio) e a doutrina nos “Princípios Batistas”: um documento, dois discursos?

O que se propõe neste seguinte enredo, é a consideração da existência de regimes discursivos distintos dentro do *corpus* “Princípios Batistas”, o que poderia

---

confuso misto entre poder espiritual e poder temporal, sempre controlados por uma mesma mão, seja um governante, seja uma organização. COMTE, Augusto. **Primeros Ensayos**. México: Fondo de Cultura Economica, 1942, p. 237.

<sup>292</sup> “Discurso constituinte designa fundamentalmente os discursos que se propõem como discursos de Origem, validados por uma cena de enunciação que autoriza a si mesmo.” MAINGUENEAU, apud COSTA, Simone R. A. Basylio. O discurso constituinte e suas implicações. **Travessias** (UNIOESTE. Online), v. 2, p. 1-17, 2008, p. 2. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/2944/2298>. Acesso em: 15 ago. 2012.

<sup>293</sup> MAINGUENEAU, Dominique. Analisando discursos constituintes. **Revista do GELNE**, v. 2, nº 2, Fortaleza: GELNE/UFC, 2000, p. 6. Disponível em:

[http://www.gelne.ufc.br/revista\\_ano2\\_no2\\_sum.htm](http://www.gelne.ufc.br/revista_ano2_no2_sum.htm). Acesso em: 05 fev. 2013.

<sup>294</sup> MORIN, 1992, p. 133.

conduzir, em condição extrema, a um processo de anulação do discurso, quando não, em caso mais brando, tornar tal documento ambíguo.

Já se considerou que o regime discursivo denominado doutrina, pela sua condição de fechamento, não dialogal; acaba por caracterizar o *corpus* desta pesquisa, pois o mesmo é pertencente ao seio do discurso religioso, que apresenta-se impassível e doutrinário, como abordado anteriormente.

Contudo, ao se realizar a leitura dos PB, é possível observar nele argumentos dialogais, peculiares do indivíduo e seu meio, ou seja, não é exclusivo do ambiente do discurso religioso batista. Neste caso, tal conteúdo está aberto, assim como uma teoria, pode-se dizer como um *arquê*, um início, um ponto de partida dialogal que, como teoria, pode questionar e ser questionada, avaliar e ser avaliada, criticar e ser criticada, sem, contudo, fechar-se em si mesma.

John Landers afirma que “é necessário fazer distinção entre princípios batistas e doutrinas batistas”.<sup>295</sup> Esta é uma clara ponderação do mister para uma avaliação deste conjunto textual que os batistas possuem. Ao que se observa, há uma linha tênue e aparentemente confusa entre o que os batistas chamam de princípios e o que denominam de doutrinas.

O entendimento que temos é que princípios são convicções que norteiam nossa maneira de ler e interpretar a realidade que nos rodeia e como interagimos nela. [...] Podemos afirmar que os princípios batistas são um conjunto de convicções que definem o perfil das crenças e práticas batistas.<sup>296</sup>

“São as pautas ou as normas sobre as quais os batistas têm baseado sua atividade orgânica e a raiz das quais têm justificado sua própria existência, ou seja, sua identidade denominacional.”<sup>297</sup>

“Os princípios de cada denominação são, ou pelo menos devem ser, coerentes entre si, de modo que levam o grupo a apresentar uma visão global das Escrituras e da fé cristã.”<sup>298</sup>

“Os princípios batistas, no entanto, são linhas mestras de interpretação da fé cristã que distinguem os batistas das demais denominações.”<sup>299</sup>

<sup>295</sup> LANDERS, John. **Teologia dos princípios batistas**. 3. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1994, p. 11.

<sup>296</sup> SILVA, Roberto do Amaral. **Princípios e doutrinas batistas**. Rio de Janeiro: JUERP, 2003, p. 18.

<sup>297</sup> ANDERSON, 1978, apud SILVA, 2003, p. 18

<sup>298</sup> LANDERS, 1994, p. 11.

<sup>299</sup> LANDERS, 1994, p. 12.

No entanto, como se pode perceber, não são os princípios que distinguem os batistas, mas as suas doutrinas. A sua crença, sua particular interpretação e visão, assim como a qualquer outro grupo religioso, a distinção se dá pela sua particular maneira de interpretar a fé, formatar seus ritos, abraçar os novos adeptos e relacionar-se em seu cotidiano, é o assevera o batista Landers: “As diferenças entre as principais denominações procedem das pressuposições básicas de cada grupo”.<sup>300</sup>

Assim, quando se lê que “nem todos os princípios batistas pertencem unicamente aos batistas; por esta razão, alguns grupos têm mais em comum com os batistas do que outros”,<sup>301</sup> vê-se que, não obstante os batistas se colocarem em uma posição de destaque, na realidade, esta idéia nos informa que, o que é considerado como princípio, ou seja, aquilo que é inicial, que principia, é basilar não apenas para os batistas, mas também para outros religiosos, o que leva a entender que tal conjunto de ideias é aberto e, neste caso, é dialogal com o mundo externo ao grupo religioso, em questão, os batistas. Neste sentido, quando se trata de distinguir os batistas de outro grupo, a questão está naquilo que lhes fecha o discurso, que é peculiar, particular a eles, não negociável, que é doutrinário, pois é isso que os distingue propriamente como batistas.

À guisa de exemplificação oferece-se, a citação de Landers, onde temos: “O princípio da competência de cada indivíduo, [...] existe implicitamente na doutrina do sacerdócio de cada crente”.<sup>302</sup> Aqui tem-se um princípio, um discurso inicial aberto a qualquer indivíduo ou grupo, mesmo que não se destaque o religioso. Tem-se o princípio da competência, que neste caso, é inerente a todo indivíduo, creia ele no sacerdócio ou não. Sendo que, possuir a competência ou a liberdade individual, independe do aspecto religioso, é dado ao ser humano enquanto ser humano.

Por outro lado, tem-se também, na mesma oração, um discurso doutrinário, fechado para o religioso ao considerar que a competência e liberdade dependem do aspecto sacerdotal, espiritual. Deste modo, considerar que um indivíduo tem livre interpretação e competência a partir de um aspecto religioso, acaba por restringir esta condição apenas àqueles que comungam da mesma crença.

---

<sup>300</sup> LANDERS, 1994, p. 11.

<sup>301</sup> LANDERS, 1994, p. 11.

<sup>302</sup> LANDERS, 1994, p. 12.

Ao analisar o *corpus* “Princípios Batistas” observa-se, a priori, que esta dualidade pode ser encontrada ao longo de todo o seu texto, o que assegura a sua avaliação em busca das provas que justifiquem a tese deste trabalho e, por meio deste, se proponha a releitura do *corpus*, tornando-o clarificado como texto discursivo, plataforma para um grupo de relevante destaque religioso e social ao longo da história contemporânea.

### **3. AVALIAÇÃO DOCUMENTAL DOS “PRINCÍPIOS BATISTAS”: ENTRE A DOCTRINA E O PRINCÍPIO**

Até o presente momento, buscou-se apresentar, primeiramente, uma linha histórica dos batistas como grupo religioso e a condição da constituição do seu discurso em torno dos contextos sociais inglês, americano e brasileiro que perpassaram os séculos dezessete, dezoito e dezenove, respectivamente. Buscou-se também apresentar a formação do documento “Princípios Batistas” nos Estados Unidos e, posteriormente, sua transposição ao povo batista brasileiro.

Compreendendo que este documento é discurso orientador e como tal caracteriza o modo batista de ser e pensar a sua fé, buscou-se também apresentá-lo, dentre os diversos tipos de discurso, como pertencente ao discurso religioso, pois este regula, especialmente, a relação da voz divina com o ser humano. É “aquele em que há uma relação espontânea com o sagrado”.<sup>303</sup> Orlandi, por exemplo, apresenta “o discurso religioso como a territorialização da espiritualidade do homem. É onde ele a constrói e expressa”,<sup>304</sup> fato característico e presente no *corpus* “Princípios Batistas”, como se verá em seguida.

Pondera-se ainda, que esse documento apresenta, não raramente, no que diz respeito à matéria Análise do Discurso Religioso, um dualismo discursivo interno que, à luz de Edgar Morin, alterna-se entre o discurso doutrinário

---

<sup>303</sup> ORLANDI, 1996, apud PEDROSA, 2007, p. 40.

<sup>304</sup> ORLANDI, 1987, apud CASIMIRO, 2002, p. 20.



preponderantemente fechado, denominado “Teoria” e o discurso dialogal inerentemente aberto, a que é identificado como “Princípio”.<sup>305</sup>

É o que pretende-se nestes tópicos posteriores: tratar da existência de regimes discursivos distintos no interior do documento dos PB e as implicações a que estão sujeitos não apenas o *corpus*, mas a maneira como os fiéis batistas se relacionam com o mesmo.

### 3.1 Dualismo nos “Princípios Batistas”: “A Autoridade”

Com o título “I. A Autoridade”, o primeiro capítulo do *corpus* Princípios Batistas (PB) trata das fontes reguladoras que servem de inspiração para o discurso batista. Nesta ordem, são apresentados pelos PB como fontes de autoridade: Jesus Cristo (I.1 Cristo como Senhor), a Bíblia (I.2 As Escrituras) e o Espírito Santo (I.3 O Espírito Santo).

Quando trata de Cristo como autoridade, o discurso dentro dos PB se apresenta de modo normativo, dogmático, restando ao leitor apenas aceitá-lo como está. Vejamos:

A fonte suprema da autoridade cristã é o Senhor Jesus Cristo. Sua soberania emana da eterna divindade e poder – como o unigênito filho do Deus Supremo –, de sua redenção vicária e ressurreição vitoriosa. [...] Ela exige a obediência aos mandamentos de Cristo, dedicação ao serviço, fidelidade ao seu reino e a máxima devoção à sua pessoa, como o Senhor vivo. A suprema fonte de autoridade é o Senhor Jesus Cristo, e toda a esfera da vida está sujeita à sua soberania.<sup>306</sup>

Na forma como se encontram redigidos, os PB apontam como “suprema [...] autoridade (...) o Senhor Jesus Cristo”. Em última análise, tratando-se de uma declaração de princípios batistas, aponta-se para o próprio Deus, uma vez que no seio da comunidade religiosa batista Jesus Cristo é Deus encarnado e *Logos*, ou seja, a própria palavra de Deus, como, por exemplo, registra o teólogo batista John Landers:

---

<sup>305</sup> Teoria e Princípio são conceitos que foram apresentados no capítulo 2 e serão retomados nos sub-temas seguintes deste capítulo a partir da configuração do Sistema de ideias de Edgar Morin na obra “O Método 4”.

<sup>306</sup> PRINCÍPIOS Batistas. Cathryn Smith (Trad.). 2. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1986, p. 1.

A vinda de Jesus Cristo não é apenas um ato de Deus entre outros. A encarnação de Deus na pessoa histórica de Jesus de Nazaré constitui o supremo ato de Deus em toda a história. Ademais, Jesus foi a encarnação da palavra de Deus, pois 'o Verbo se fez carne' (João 1.14). Em Jesus Cristo, os dois elementos da revelação, ato e palavra, combinaram-se; eventos e interpretação se uniram.<sup>307</sup>

Pode-se ainda relacionar diretamente essa declaração de princípio à Declaração Doutrinária dos batistas, onde se lê que:

Jesus Cristo, um em essência com o Pai, é o eterno Filho de Deus. Nele, por ele e para ele foram criadas todas as coisas. Na plenitude dos tempos ele se fez carne, na pessoa real e histórica de Jesus Cristo, gerada pelo Espírito Santo e nascido da Virgem Maria, sendo, em sua pessoa, verdadeiro Deus e verdadeiro homem.<sup>308</sup>

Ratificando a Declaração Doutrinária, o batista, Roberto Amaral Silva, afirma: “o senhorio de Jesus Cristo na vida cristã do indivíduo e na vida da igreja é determinante para a nossa continuidade como igreja”.<sup>309</sup> Observa-se que, textualmente, o discurso não é dialogal, não abre condição para que a pessoa o argumente, “é intrinsecamente irrefutável”<sup>310</sup> que, neste caso, nos remete à significância dada por Dominique Maingueneu a este tipo de discurso como sedno discurso constituinte, o qual implica “uma certa função ( fundar e não ser fundado por outro discurso)”<sup>311</sup> e, a que, de pronto, todo batista está convocado a se submeter. Pode ser classificado como um discurso fechado quando o indivíduo a que ele se destina deve pôr-se sob a égide da doutrina, a respeito da qual expressa-se Morin: “a doutrina é dogmática por natureza: o dogmatismo é justamente a união da rigidez, da blindagem e da arrogância doutrinárias”.<sup>312</sup>

Todavia, no que concerne à esta análise, as duas outras seções que tratam das fontes de autoridade a que se remetem os PB – as Escrituras e o Espírito Santo – revelam, além do regime discursivo doutrinário, um discurso aberto, ou seja, em meio ao discurso normativo encontra-se embutido outro discurso com aspectos

<sup>307</sup> LANDERS, 1994, p. 18.

<sup>308</sup> DECLARAÇÃO Doutrinária da Convenção Batista Brasileira. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações, 1986, p.7.

<sup>309</sup> SILVA, 2003, p. 20.

<sup>310</sup> MORIN, 2002, p. 162.

<sup>311</sup> MAINGUENEAU, 2000, p. 6.

<sup>312</sup> MORIN, 2002, p. 162.

principativos<sup>313</sup> e dialogais. É justamente sobre esse fenômeno que esta análise se debruça: a constatação de um regime dualista de discurso. Os PB revelam momentos de fechamento e momentos de abertura, momentos de doutrina e momentos de princípios e, em última análise, o que se quer saber é se os PB, apresentando-se de modo ambíguo, anulam-se por si mesmos, ou não.

Aponta-se agora para o caso da autoridade que os PB fazem subsumir às Escrituras. Para os PB, a Bíblia é autoridade

porque é a Palavra de Deus. É a suprema regra de fé e prática porque é testemunha fidedigna e inspirada dos atos maravilhosos de Deus através da revelação de si mesmo e da redenção, sendo tudo patenteado na vida, nos ensinamentos e na obra salvadora de Jesus Cristo.<sup>314</sup>

Apresentados deste modo, os PB indicam que a Bíblia deve ser aceita como a *regula fides*<sup>315</sup> onde a mesma é texto normativo, inquestionável e doutrinário dos batistas. Nesse sentido, não está pressuposta a possibilidade de diálogo, muito menos de questionamento, pois o texto sagrado vincula-se normativamente ao grupo, como indica Casimiro, “o texto sagrado, a Igreja, [...] regulam a voz do representante”.<sup>316</sup>

Em relação ao Espírito Santo, os Princípios Batistas declaram que a autoridade do mesmo advém da condição de ser “presença ativa de Deus no mundo e, particularmente, na experiência humana. É Deus revelando sua pessoa e vontade ao homem. O Espírito, portanto, é a voz da autoridade divina”.<sup>317</sup> Mais uma vez, o discurso é inquestionável, pois “o seu caráter sagrado”<sup>318</sup> o separa da possibilidade de ser inquirido, avaliado.

Todavia, como advertido nos parágrafos anteriores, os PB estão paulatinamente apresentando-se em um dualismo discursivo: modalidades de discurso situando-se entre o aberto e o fechado. Por isso, tanto o discurso da autoridade bíblica quanto o discurso da autoridade do Espírito Santo, inicialmente discursos doutrinários, abrem-se a um novo regime discursivo que oportuniza ao

---

<sup>313</sup> Por este termo busca-se apresentar o caráter dialogal e aberto do discurso; o caráter teórico e não doutrinário à luz de Edgar Morin, como já apresentado no segundo capítulo deste trabalho.

<sup>314</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 1,2.

<sup>315</sup> Regra de fé de conduta de vida para um batista.

<sup>316</sup> CASIMIRO, 2002, 21.

<sup>317</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 2.

<sup>318</sup> FILHO, 2002.

indivíduo não mais o fechamento, mas a sua participação no texto e uma ativa decisão pessoal a partir do texto.

No que diz respeito à Bíblia, por exemplo, nota-se que os PB informam ao indivíduo que, como batista, está frente à autoridade bíblica, que é seu dever “aceitar a responsabilidade de estudar a Bíblia, com a mente aberta e com atitude reverente, procurando o significado de sua mensagem através de pesquisa e oração”.<sup>319</sup> Ora, vê-se, neste momento, que ao leitor é dada a faculdade da iniciativa – ele, o indivíduo mesmo, em pessoa, que deve entregar-se à tarefa da pesquisa pelo “significado” das Escrituras. Não há referência aí a uma responsabilidade clerical, a um magistério – antes, é dele, do indivíduo batista, a responsabilidade de pesquisar. Está aí diante de um princípio análogo àquele defendido no século XVII por John Milton que, segundo Christopher Hill, “acreditava que – admitindo-se a livre discussão – a verdade consensual surgiria entre cristãos honestos e de mente aberta”.<sup>320</sup>

Ainda com relação à autoridade da Bíblia nos termos dos PB, ao abordar a recomendação de atitude reverente por parte do leitor frente às Escrituras, Osvaldo Luiz Ribeiro comenta: “nada de confundir *atitude reverente* com *preconceito*. A reverência é atitude devida *ao sagrado*, não a doutrinas. A doutrina é sempre função das Escrituras, mas é fácil inverter a ordem e ler as Escrituras sob a escravidão da doutrina”.<sup>321</sup> Se acatada a observação, nem ainda por força do caráter reverente de que se deve revestir a leitura, pressupõe-se o seu fechamento, uma vez que a reverência dar-se-ia em face da “aura” sagrada em que se insere a prática de ler a Bíblia – não da clausura no interior de um fechamento doutrinário pré-estabelecido e imposto.

Nesse sentido, o que deseja-se observar é que a atitude que se pressupõe anime a pessoa que se põe diante da Bíblia, não vinculando-a a um estado de submissão a alguém, dito autorizado interpretante (sacerdote ou pastor), antes, espera-se que ela se expresse de forma participativa e dialogal. A essa ideia tem-se, já de forma suficientemente contundente, que a pessoa “tem o dever de ler a sua Bíblia e chegar às suas próprias conclusões, porque ele é um indivíduo competente.

---

<sup>319</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 2.

<sup>320</sup> HILL, 2003, p. 27.

<sup>321</sup> RIBEIRO, Osvaldo Luiz. **Princípios (batistas) de Interpretação Bíblica**. Disponível em: <[http://www.ouviroevento.pro.br/outraspUBLICACOES/princ\\_batistas\\_de\\_inter.htm](http://www.ouviroevento.pro.br/outraspUBLICACOES/princ_batistas_de_inter.htm)>. Acesso em: 05 fev. 2013.

Ele não pode delegar esta responsabilidade a nenhuma instituição e a nenhum sacerdote”.<sup>322</sup>

Assim, conclui-se que, como texto base e fonte de autoridade para os batistas e, segundo os próprios batistas, isto é, nos termos dos PB, a Bíblia é a Escritura que deve ser operada pela competência interpretativa de cada indivíduo, mediante (sua própria) pesquisa, respeitando-se o próprio texto<sup>323</sup> – e não que seja interpretada ou aceita a partir apenas de uma tradição doutrinária, retransmitida por meio de um representante dito legal e único dentro desta mesma igreja.

Quanto à autoridade em que se constitui o Espírito Santo, os PB consideram que esse “exige uma submissão livre e dinâmica [...] e uma obediência criativa”<sup>324</sup> do cristão batista. Juan Bosch Navarro também se refere à figura do Espírito Santo no processo interpretativo religioso do texto sacro ao fiel batista, ele diz:

A Bíblia, como palavra de Deus, é a única regra de fé e de vida. Daí provém a não aceitação de um símbolo de fé determinado, já que seria considerado um atentado, pelo menos implícito, à livre interpretação da Bíblia sob a orientação segura do Espírito Santo.<sup>325</sup>

Faz-se aqui uma lembrança ao Sistema de Ideias de Edgar Morin onde, “um sistema de ideias comporta, portanto, sua auto-organização e sua auto-defesa”,<sup>326</sup> ou seja, o *corpus* Princípios Batistas, considerado um sistema de idéias, ao passo que se organiza estruturando o discurso de fé do fiel batista na condição da auto-defesa, chamado por Morin de “dispositivo defensivo”,<sup>327</sup> que preserva o modo religioso de ser batista; também abre ao fiel seu núcleo de princípios, neste caso, o fiel não é anulado no discurso, mas como se viu, age a partir da sua condição de liberdade e usa sua capacidade criativa para o exercício da fé.

---

<sup>322</sup> LANDERS, 1994, p. 39.

<sup>323</sup> Na referência sobre o respeitar o texto, deseja-se ater ao próprio conteúdo dos Princípios Batistas sobre a “reverência” interpretativa do texto bíblico. Ou seja, ao manuseá-lo com a competência e liberdade individual, não se deve excluir as condições contextuais, exegéticas e hermenêuticas do próprio texto. Liberdade interpretativa não significa na pesquisa irreverência interpretativa.

<sup>324</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 3.

<sup>325</sup> NAVARO, Juan Bosch. **Para compreender o ecumenismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1995, p.75,76.

<sup>326</sup> MORIN, 2002, p. 158. Quanto a auto-organização e auto-defesa Morin escreve: “A sua auto-organização é, ao mesmo tempo, geradora (dispondo no seu núcleo de princípios geradores e regeneradores) e fenomenal (constituindo os dispositivos propriamente metabólicos e defensivos do sistema em seu meio ambiente).

<sup>327</sup> MORIN, 2002, p. 158.

Novamente vem à tona a condição de abertura do discurso, que coloca nas mãos do indivíduo as possibilidades e a participação voluntária limitada a si mesmo face a outro, ou seja, em respeito ao próprio texto.

Assim, neste capítulo dos PB, a respeito das fontes de autoridade para os batistas (a pessoa de Cristo, a Bíblia e o Espírito Santo), o texto mantém em seu discurso interno regimes distintos: doutrinário e principativo, fechado e aberto. Cabe, todavia, verificar, no restante do documento, se se trata de um caso isolado ou, como postulamos, uma marca dos PB como um todo.

### 3.2 Dualismo nos “Princípios Batistas”: “O Indivíduo”

Posterior à abordagem das fontes de autoridade para os batistas, o segundo capítulo dos PB, “II. O Indivíduo”, analisa o papel do ser humano e as implicações em sua vida no que concerne à sua crença e relações sociais. Deste tema destacam-se três pontos: o valor do indivíduo (II.1 Seu Valor), a sua competência (II.2 Sua Competência) e a sua liberdade (II.3 Sua Liberdade).

Possivelmente, dentro dos PB, este capítulo seja o que compreende o discurso mais dialogal de todo o documento, pois considera o fiel a partir da sua própria condição de indivíduo e não simplesmente a partir das condições paradigmáticas da religião e da fé batista, não obstante particularizar que, *a priori*, esta individualidade advém de um aspecto religioso. Assim diz os PB:

A Bíblia revela que cada ser humano é criado à imagem de Deus; é único, precioso e insubstituível. Criado ser racional, cada pessoa é moralmente responsável perante Deus e o próximo. O homem, como indivíduo, é distinto de todas as outras pessoas. [...] O fato de ser o homem criado à imagem de Deus, e de Jesus Cristo morrer para salvá-lo, é a fonte da dignidade e do valor humano.

Ele tem direitos, outorgados por Deus, de ser reconhecido e aceito como indivíduo sem distinção de raça, cor, credo, ou cultura; de ser parte digna e respeitada da comunidade; de ter a plena oportunidade de alcançar o seu potencial.<sup>328</sup>

Percebe-se aqui o claro discurso primitivo de liberdade surgido no contexto revolucionário inglês do século XVII e transferido, posteriormente, para a colônia

<sup>328</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 4.

americana, nos primórdios da história dos batistas, como já relatado de modo amplo no primeiro capítulo e que mais uma faz-se referência.

A luta por liberdade religiosa foi o outro fator positivo na atuação dos batistas na Inglaterra. Os escritos de primeiros batistas, em defesa desse princípio, terminaram por impactar a nova liderança política e militar que surgiu com a guerra civil da década de 1640, e com a república e protetorado que seguiu a queda da monarquia. [...] Muitos batistas apoiaram o Parlamento, outros se alistaram no serviço militar do Exército Novo Modelo de Cromwell, inclusive demonstrando que não tinham posição extrema contra o apoio à causa pública. Para os batistas, 'a Guerra Civil era uma luta em prol da liberdade política e religiosa, que justificava o uso de armas tanto quanto o cântico de salmos.'<sup>329</sup>

Os batistas chegaram cedo aos Estados Unidos, certamente em virtude do anseio por liberdade religiosa, que não existia nos países britânicos. [...] A ação dos batistas do Sul dos Estados Unidos em favor da liberdade religiosa se destacou nos estados da Virginia, Carolina do norte, Carolina do Sul e Geórgia. A perseguição contra os dissidentes, a partir de 1767, levou os batistas a acreditarem que a liberdade religiosa só seria alcançada com a libertação política. Foi isso que os conduziu a encaminharem um famoso memorial à Convenção de Virgínia, propondo completa independência política da Inglaterra e o início da liberdade religiosa na colônia. Esse documento identificou os batistas de Virginia com os ideais patrióticos, levando inclusive os ingleses a considerarem os grupos batistas como 'ninhos de rebelião'.<sup>330</sup>

A partir desse discurso pode-se dizer que os PB apresentam o ser humano, enquanto indivíduo, ser de dignidade e “responsável por suas decisões morais e religiosas”.<sup>331</sup> É a ele que cabe “a responsabilidade de procurar a verdade e, encontrando-a, agir conforme essa descoberta e partilhar a verdade com outros”.<sup>332</sup> Por sua vez, no que concerne à religião, “o homem é livre para aceitar ou rejeitar a religião; escolher ou mudar sua crença; propagar e ensinar a verdade como a entenda, sempre respeitando direitos e convicções alheios”.<sup>333</sup> Os PB ainda asseveram que esta liberdade de consciência de cada indivíduo é algo “inalienável”.<sup>334</sup>

Assim, mesmo apresentando fragmentos de um discurso dogmático, fechado, como, por exemplo, “o fato de ser o homem criado à imagem de Deus e de Jesus Cristo morrer para salvá-lo” e isso sendo “a fonte da dignidade e do valor humano”<sup>335</sup>

<sup>329</sup> OLIVEIRA, 2011, p. 65.

<sup>330</sup> OLIVEIRA, 2011, p. 77, 82.

<sup>331</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 5.

<sup>332</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 5.

<sup>333</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 5.

<sup>334</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 5.

<sup>335</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 4.

e, “embora não se admita coação no terreno religioso, o cristão não tem a liberdade de ser neutro em questões de consciência e convicção”,<sup>336</sup> o conteúdo dos PB apresenta um regime aberto onde o indivíduo se posiciona e toma as decisões sem ser coagido. Ele interage no discurso e com o discurso de maneira ativa e livre.

Ao parece, esta maneira de constituir-se dos PB, sua ambiguidade entre discurso aberto e discurso fechado, encontra-se em conformidade com o sistema de ideias definido por Morin, particularmente quanto ao fato de “todo sistema de idéias” ser “simultaneamente fechado e aberto. É fechado porque se protege e defende-se contra as degradações ou agressões externas. É aberto porque se alimenta de confirmações e verificações vindas do mundo exterior”.<sup>337</sup>

Deste modo, é possível verificar nos PB, à luz de Morin, tanto um tipo de proteção discursiva – encontrada explicitamente ao delinear-se os pontos do discurso chamados de dogmáticos, quanto uma retroalimentação discursiva, neste caso, vinda do exterior, destacada como sendo pontos do discurso chamados de principativos e dialogais.

### **3.3 Dualismo nos “Princípios Batistas”: “A Vida Cristã”**

O terceiro capítulo dos PB – “III. A Vida Cristã” – trata dos aspectos das relações do indivíduo em sua comunidade religiosa a partir dos temas: (III.1 A Salvação Pela Graça, III.2 As Exigências do Discipulado, III.3 O Sacerdócio do Crente); na família (III.4 O Cristão e seu Lar) e na sociedade (III.5 O Cristão como Cidadão). Estes aspectos estão, em sua maioria, fortemente respaldados por argumentos doutrinários como, por exemplo, ao tratar da salvação espiritual do indivíduo:

O homem no seu estado natural é egoísta e orgulhoso; ele está na escravidão de Satanás e espiritualmente morto em transgressões e pecados. Devido à sua natureza pecaminosa, o homem não pode salvar-se a si mesmo. Mas Deus tem uma atitude benevolente em relação a todos, apesar da corrupção moral e da rebelião. A salvação não é o resultado dos

---

<sup>336</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 5.

<sup>337</sup> MORIN, 2002, p. 158.



méritos humanos, antes emana de propósito e iniciativa divinos. [...] A salvação do pecado é a dádiva de Deus através de Jesus Cristo...<sup>338</sup>

Para esta pesquisa, destaca-se o tópico “III. 3 O sacerdócio do Crente”. Ao reconhecer a responsabilidade do indivíduo diante da fé e ao identificá-lo como um (tipo de) sacerdote, os PB declaram que “cada homem pode ir diretamente a Deus em busca de perdão, através do arrependimento e da fé. Ele não necessita para isso de nenhum outro indivíduo, nem mesmo da igreja”.<sup>339</sup> Bem, pode-se assumir que na expressão “cada homem pode”, insere-se o reconhecimento da autonomia e liberdade de todo e qualquer indivíduo – a despeito do pressuposto doutrinário de fundo (o que, ao contrário de dissimular a abertura quanto ao reconhecimento da independência autônoma do indivíduo frente a qualquer outro, a acentua), salta aos olhos a radicalidade da condição individual desse sujeito – é ele o destinatário da força da doutrina, é ele quem é reconhecido por ela. Ele, não a igreja: “Ele não necessita para isso de nenhum outro indivíduo, nem mesmo da igreja”. Daí decorrem, compreensivelmente, todas as demais aberturas do documento.

Contudo, logo em seguida, encontra-se no texto dos PB a condicionante de fechamento discursivo, que Morin exemplifica assemelhando a um “dispositivo imunológico de proteção”.<sup>340</sup> Os PB dizem: “depois de tornar-se crente, a pessoa tem acesso direto a Deus através de Jesus Cristo”<sup>341</sup> e “cada cristão, tendo acesso direto a Deus através de Jesus Cristo, é seu próprio sacerdote e tem a obrigação de servir de sacerdote de Jesus Cristo em benefício de outras pessoas”.<sup>342</sup> Nesse ponto não se encontra a abertura para “qualquer um” ou “cada homem pode”, mas a condição de que apenas depois de o indivíduo tornar-se um crente é que ele tem acesso a Deus; e, na prática, para um batista, tornar-se crente não é outra coisa senão tornar-se membro de uma comunidade batista.

Assim, o discurso torna-se mais uma vez fechado e dual, pois ao passo que cada pessoa pode ir a Deus, segue-se a necessidade de ser um crente cristão. Se este tipo de dualismo nos PB pode ser justificado (se é que pode), urge a informação de que se apresenta ao menos confuso, pois ganha relevância a seguinte

---

<sup>338</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 7.

<sup>339</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 8,9.

<sup>340</sup> MORIN, 2002, p. 158.

<sup>341</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 9.

<sup>342</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 9.

indagação: quem possui a liberdade de ir até Deus? Qualquer indivíduo ou apenas cada cristão?

Sendo assim, é possível considerar que a construção dos PB, ao mesmo tempo que busca ser dialogal com o que lhe é externo, mantêm o que Morin denomina de desconfiança e resistência para preservação de sua própria ideia, provocando, deste modo, um constante processo de abertura e fechamento, onde:

Em relação às coisas sobre que não temos opinião formada ou preconceito, somos extremamente abertos às informações. Mas quando não temos estrutura mental ou ideológica capaz de assimilar, situar a informação, esta torna-se ruído. Em compensação, nos casos em que dispomos de idéias firmes e arraigadas, somos muito receptivos quanto às informações que as confirmam, mas muito desconfiados para com aquelas que as contrariam. Melhor ainda, somos capazes de resistir às informações que não se adaptam à nossa ideologia.<sup>343</sup>

### 3.4 Dualismo nos “Princípios Batistas”: “A Igreja”

Neste quarto capítulo dos PB – “IV. A Igreja” – temos os seguintes aspectos da instituição observada pelos batistas: “IV. 1 Sua Natureza”, “IV. 2 Seus Membros”, “IV. 3 Suas Ordenanças”, “IV. 4 Seu Governo”, “IV. 5 Sua Relação Para com o Estado”, “IV. 6 Sua Relação Para com o Mundo”.

O dualismo discursivo deste capítulo pode ser observado na quinta seção, “Sua Relação Para com o Estado”, onde tanto apresenta a necessidade da instituição religiosa e do poder político governamental “manter a devida relação entre si”, “sem transgredir os direitos do outro”;<sup>344</sup> quanto deixa explícito no texto a necessidade do Estado apresentar submissão, não a um representante divino humano, mas à própria deidade, neste caso, à divindade cristã.

Os PB argumentam que:

Tanto a igreja como o estado são ordenados por Deus e responsáveis perante ele. Cada um é distinto; cada um tem um propósito divino; nenhum deve transgredir os direitos do outro. Devem permanecer separados, mas igualmente manter a devida relação entre si e para com Deus.<sup>345</sup>

<sup>343</sup> MORIN, 1986, p. 43.

<sup>344</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 13.

<sup>345</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 13.

A partir deste contexto insere-se uma devida ponderação: como preservar a laicidade religiosa ainda que, “assumindo o religioso como parte da esfera social”,<sup>346</sup> em um governo que pressupõe-se ordenado por um deus particularmente cristão? Ou seja, um estado que subjuga-se ao dogmatismo cristão não pode estar desvencilhado do seu doutrinamento, assim justifica suas ações não a partir da lealdade cívica, mas do compromisso dogmático deificado, como já mostrou o passado a história humana através da igreja católica ao redor do mundo, de acordo com a exposição de Pinto Ferreira:

A Idade Média assistiu ao domínio pleno da Igreja Católica, inclusive atuando na esfera política, com a idéia da espada temporal e da espada espiritual, do poder sobre o mundo e sobre as almas.  
A religião católica teve predomínio intenso, impedindo a liberdade de crença e de culto, queimando nas fogueiras da Inquisição os hereges e os que discordavam de sua orientação.<sup>347</sup>

Nesta base, os PB operam uma diretriz discursiva. Ele é normativo<sup>348</sup> sobre uma instituição que é extra-ecclesiástica, ou seja, o Estado não pertence à esfera religiosa e nem deve por ela ser comandada. Como representante legal do povo o Estado está, em termos legais, acima da igreja. Sobre isso debruçou-se o teólogo, filósofo e jurista do século XII, Marsílio de Pádua, em sua obra *O Defensor da Paz*, que Santos descreveu da seguinte forma:

...a Igreja não poderia comportar uma autoridade distinta da civil, visto que o Imperador também poderia deter funções ligadas à Igreja. O sacerdócio não pode ser autoridade exatamente porque somente uma seria concebível, a do Legislador humano exercida pelo Príncipe escolhido por esse mesmo Legislador. Os sacerdotes não possuem nenhuma autoridade dessa espécie. Eles são apenas doutores da lei divina, são ministros do sagrado, sua tarefa resume-se em ensinar aos homens o caminho certo para a salvação na vida eterna, não podem decidir no âmbito político. [...]  
Somente o Imperador pode, com a autoridade dada pelo legislador humano fiel, exercer o poder em todos os tipos de matéria, tanto as civis quanto qualquer outra. Ele sim poderá obrigar, e usar a força para que seja cumprida a lei vigente. Mas essa coerção não poderá ferir a própria vontade da universalidade dos cidadãos, o Legislador humano. E até as coisas que na Igreja são organizadas por meio de normas serão de competência do poder do príncipe. Pois o príncipe assume uma tarefa de cunho espiritual quando está lidando com assuntos eclesiásticos, fundamentando-se no

<sup>346</sup> BERTONE, Tarcísio, apud ALVAREZ, Imaculada. **Cardeal Bertone: “laicidade e laicismo não são a mesma coisa”**. Disponível em: <<http://www.zenit.org/pt/articles/cardeal-bertone-laicidade-e-laicismo-nao-sao-a-mesma-coisa>>. Acesso em: 08 jul. 2013.

<sup>347</sup> FERREIRA, 2002 apud GALDINO, Elza. **Estado sem Deus: a obrigação da laicidade na Constituição**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 70.

<sup>348</sup> Entenda-se normativo como aquele sistema discursivo doutrinário fechado, do qual já se fez referência anteriormente.

princípio de que a lei divina necessita ser promulgada pela lei humana. Isso ocorre porque em certos aspectos ela adquire um caráter coercitivo. E para que seja coercível, a lei eclesiástica necessita que a lei civil humana interfira como legitimadora.<sup>349</sup>

Em outro ponto, os PB ainda deslizam pela via doutrinária nesta relação da igreja com o estado ao inserir no dever governamental o reconhecimento de uma categoria puramente teológica na observância da confecção das leis sociais – a categoria da “soberania divina”.<sup>350</sup> Os PB afirmam: “O estado não pode ignorar a soberania de Deus nem rejeitar suas leis como a base da ordem moral e da justiça social.”<sup>351</sup> Em detrimento a isso, Elza Galdino esclarece com o seguinte argumento contestador deste dogma batista e apresenta novas opções ao estado para a observância de seu exercício legal:

Não se questiona a herança judaico-cristã na construção dos modelos jurídicos. Ocorre que ela não é a única. Muito se deve aos clássicos gregoromanos, aos teóricos medievais, ao Iluminismo, aos homens e mulheres de hoje, que continuam a pensar em busca da preservação dos direitos dos novos tempos.<sup>352</sup>

Esclarece-se que os PB, ao subsumir o governo do estado à doutrina batista, acabam por confrontar a própria Constituição do país, onde nas relações entre Estado e Igreja “não se admitem também relações de dependência ou de aliança”,<sup>353</sup> como afirma José Afonso da Silva. Na forma como se encontram os PB também confrontam a si mesmos, pois este apresenta que “a igreja deve praticar coerentemente os princípios que sustenta e que devem governar a relação entre ela e o estado”.<sup>354</sup> Sendo assim, faz-se necessária mais uma vez a abordagem de Jair Lima dos Santos em referencia a Marsílio de Pádua, ao afirmar que:

<sup>349</sup> SANTOS, Jair Lima dos. **Direito e Religião na Idade Média: a relação estado-igreja segundo Marsílio de Pádua**. Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2565, 10 jul. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/16924/direito-e-religiao-na-idade-media>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

<sup>350</sup> A soberania divina na teologia cristã compreende um dos atributos comunicáveis de Deus, segundo Wayne Grudem, sub-categorizado nos atributos de propósito. A soberania “significa que Deus é capaz de fazer toda a sua santa vontade. [...] Não há quaisquer limites quanto ao poder de Deus em fazer o que ele decide fazer”. GRUDEM, Wayne. **Manual de Teologia Sistemática: uma introdução aos princípios da fé cristã**. São Paulo: Editora Vida, 2001, p. 89, 103.

<sup>351</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 13.

<sup>352</sup> GALDINO, 2006, p. 02.

<sup>353</sup> SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005, p. 252.

<sup>354</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 14.

A Igreja desse modo não tem a capacidade, a atribuição de forçar os homens a fazer o que Cristo quer que eles façam; seria até incoerente imaginar Deus tentando, pela força, obrigar os homens a trilhar o seu caminho, o que contraria o maior princípio cristão, o livre arbítrio.<sup>355</sup>

Para Silva, ainda no que concerne a interação das instituições igreja e estado, “três sistemas são observados: a *confusão*, a *união* e a *separação*, cada qual com gradações”<sup>356</sup> e, destes três, o que desde já está estabelecido é a *separação*, que acaba por encontrar nos PB a seguinte afirmação de que igreja e estado “devem permanecer separados”.<sup>357</sup>

Como se observa, os Princípios Batistas são recorrentes no choque de suas informações e mais uma vez trazem o dualismo discursivo em seu interior. Aqui, o documento se abre ao apresentar o princípio da separação entre a religião e o governo, ou seja, entre Igreja e Estado. Contudo, não consegue desvincular deste princípio a sua pitada de doutrinação, o que para Morin é possível de se explicar a partir de seu sistema de ideias, pois as ideias “são capazes de nos possuir: levam-nos a agir e, em último caso, a morrer por elas”.<sup>358</sup> Morin prossegue na idéia que respalda as ações das comunidades religiosas, dentre elas os batistas:

O que é verdadeiro para os deuses também o é para as ideologias. Os deuses são produtos de nossos espíritos. Contudo, os deuses adquirem vida, e vida dominadora, nas comunidades de fiéis que lhes fazem súplicas e os veneram e os servem. Neste sentido, os deuses têm vida.<sup>359</sup>

Este é o grau de fechamento ao qual chegou o *corpus* Princípios Batista, em que tentando abrir-se para o que lhe é externo, ao ver que isso poderia corrompê-lo, petrificou-se buscando sobrepor a sua ideia àquilo que poderia regenerá-lo. “O fechamento dá, sem dúvida, uma total ‘irrealidade’ ao sistema que se acredita o único a exprimir o real.”<sup>360</sup>

<sup>355</sup> SANTOS, 2010.

<sup>356</sup> SILVA, 2005, p. 251. “A República principiou estabelecendo a liberdade religiosa com a separação da Igreja do Estado. Isso se deu antes da constitucionalização do novo regime, com Decreto 119-A, de 7.1.1890 [...]. A Constituição de 1891 consolidou essa separação e os princípios básicos da liberdade religiosa [...]. Assim, o Estado brasileiro se tornou *laico*.”

<sup>357</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 13.

<sup>358</sup> MORIN, 1986, p. 91.

<sup>359</sup> MORIN, 1986, p. 91.

<sup>360</sup> MORIN, 1986, p. 94.

Ao que parece, a proposta de Morin é suficientemente plausível para uma conclusão deste ponto onde: “sobre essa base a Igreja estabeleceu propostas que, mal formuladas, tornaram-se dogmas, isto é, verdades provadas para sempre”.<sup>361</sup>

### 3.5 Dualismo nos “Princípios Batistas”: “A Nossa Tarefa Contínua”

Em seu último capítulo, “V. A Nossa Tarefa Contínua”, os Princípios Batistas trazem os seguintes temas: “V.1 A Centralidade do Indivíduo”, “V.2 Culto”, V.3 O Ministério Cristão”, “V.4 Evangelismo”, “V.5 Missões”, “V.6 Mordomia”, “V.7 O Ensino e Treinamento”, “V.8 Educação Cristã” e “V.9 A Autocrítica”.

Para o que interessa a este trabalho ater-se-á ao tema da Autocrítica, pois o mesmo apresenta-se de modo discursivo abertamente dialogal, dando ao indivíduo, que está frente aos PB, a condição de avaliá-los de maneira construtiva, bem como avaliar e informar-se a respeito da própria comunidade religiosa.

Neste ponto, os Princípios Batistas apresentam que: “Tanto a igreja local quanto a denominação, a fim de permanecerem sadias e florescentes, têm que aceitar a responsabilidade da autocrítica”.<sup>362</sup> Deste modo, ao indivíduo, é dado o direito ao questionamento e este deve ser feito de modo construtivo, racional, buscando compreender os processos e fenômenos religiosos dentro da estrutura eclesiástica batista.

Esta abertura discursiva, já familiarizada a partir de Morin, é significativa, pois é apresentada como capítulo final do texto dos Princípios Batistas e, neste caso, coloca o próprio texto dos PB em vias de ponderações e avaliações. A autocrítica apresentada pelos PB, deste modo, inverte o que Orlandi chama de discurso monossêmico no discurso religioso, ou seja, para Orlandi “o discurso religioso tende fortemente para a monossemia”,<sup>363</sup> assim, a interpretação do sagrado é regulada por um representante – o locutor, também denominado por Maingueneau, ao tratar dos

---

<sup>361</sup> MORIN, 1986, p. 93.

<sup>362</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 23.

<sup>363</sup> ORLANDI, 1996, apud PEDROSA, 2007, p. 41.

Discursos Constituintes, de “Source légitimante”<sup>364</sup> ou fonte legitimante. Não obstante, ainda que para Orlandi “o discurso religioso não apresenta nenhuma autonomia, isto é, o representante da voz de Deus não pode modificá-lo de forma alguma”,<sup>365</sup> o que a abertura discursiva nesta parte dos PB propõe, é que o direito de avaliação e interpretação do conteúdo sacro e comunitário religioso não seja outorgado a apenas a um representante, mas a toda a comunidade que está em torno deste mesmo conteúdo, possa avaliá-lo, pois é sob a condição da autocrítica que este direito é garantido.

Isto está em consonância ao pensamento de Gil Filho e Junqueira na obra “Um Espaço para Compreender o Sagrado”,<sup>366</sup> onde consideram esta abertura crítica como a “ausência de um conceito fundador” ou “subjetividade fundadora” inerente ao discurso religioso, permitindo ao indivíduo a crítica do fenômeno religioso<sup>367</sup> a partir da sua subjetividade e não amarrada simplesmente ao poder institucional religioso, neste caso, a partir de seu líder representante, ou pela força da tradição dogmática instaurada no grupo. Gil Filho e Junqueira ainda asseveram: “No plano do discurso racional, a Teologia e a Filosofia seriam os alicerces necessários à relativização. Todavia, na práxis, ainda sob o poder institucional religioso, a sua autonomia em muitas situações é limitada.”<sup>368</sup>

---

<sup>364</sup> MAINGUENEAU, Dominique. L'Analyse des discours constituants. In Mari H. et al. (Orgs.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE UFMG. 1999, p 46.

<sup>365</sup> ORLANDI, 1996, apud PETEAN, Antonio Carlos Lopes. O Discurso religioso. **Revista Philologus**. ano 12, n 35, 2006. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/35/07.htm>>. Acesso em 02 mai. 2013.

<sup>366</sup> Os autores trabalham a questão a partir do texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais sobre o fenômeno religioso, bem como a partir do escrito de Michel Foucault na obra “Arqueologia do saber” onde trata da subjetividade fundadora. “O texto sugere que o fenômeno religioso é uma questão dada à consciência do homem diante da busca do Transcendente. Esta busca é impulsionada por um impulso *a priori* da experiência humana e justifica-se enquanto projeto irresoluto existencial do homem. Deste modo, a recuperação da questão primária do homem reabriria o processo de construção e reconstrução intelectual. Todavia, as respostas a este questionamento são dadas pela articulação do poder no plano do discurso. As instituições colocam-se em situação de autoridade, legitimada pelos seus interlocutores fornecerem respostas conclusivas”. GIL FILHO, S. F.; JUNQUEIRA, S. R. A. Um espaço para compreender o sagrado: A escolarização do ensino religioso no Brasil. **História: Questões & Debates**, Curitiba: Editora UFPR, n 43, p. 113-114, 2005, p. 113.

<sup>367</sup> Sugere-se aqui a relação entre fenômeno e objeto para conhecimento, a partir da seguinte descrição: “Muito embora, na sua origem grega, fenômeno signifique aparência sensível que se opõe à realidade, no sentido moderno, a partir do século XVIII, o termo passa a ser considerado com objeto do conhecimento humano de modo específico. Em Hobbes, fenômeno guarda o sentido de qualquer objeto submetido ao conhecimento humano e, em Kant, possui um caráter de relação sujeito-objeto que é uma representação. Mas, em Husserl, o fenômeno é algo que se manifesta em si mesmo na sua essência, o que pressupõe um criticismo na análise a partir de um método”. GIL FILHO; JUNQUEIRA, 2005, p. 114.

<sup>368</sup> GIL FILHO; JUNQUEIRA, 2005, p. 114.

Ainda encontra-se nos PB não apenas a declaração de abertura, neste caso, a crítica a si mesmo, como também o reforço de que a privação dessa autocrítica, como fonte de informação - que Morin aborda como “relação opressora e repressora”,<sup>369</sup> é prejudicial ao próprio grupo dos batistas. “Seria prejudicial às igrejas e à denominação se fosse negado ao indivíduo o direito de discordar, ou se fossem considerados nossos métodos ou técnicas como finais ou perfeitos.”<sup>370</sup>

Assim sendo, pode-se entender que, assumir os PB no seio da comunidade batista é assumir a própria responsabilidade dialogal, avaliativa e construtiva do próprio texto dos PB, bem como da comunidade religiosa dos batistas. É possuir uma espécie de quesito libertador no conteúdo. “Isso significa que nossas igrejas, instituições e agências devem defender e proteger o direito de o povo perguntar e criticar construtivamente.”<sup>371</sup> O contrário, ao encontrar nos PB um conteúdo discursivo que reverta tal abertura em fechamento, é lidar com um conteúdo que possibilita o contra-senso e, neste caso, a anulação de parte do próprio conteúdo.

---

<sup>369</sup> MORIN, 1986, p. 45. Associa-se aqui a autocrítica à relação entre informação e ideologia elaborada por Edgar Morin onde: “É pelo fato de que a informação é um explosivo virtual para a ideologia, que esta necessita manter uma relação opressora e repressora em relação à informação”.

<sup>370</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 23.

<sup>371</sup> PRINCÍPIOS Batistas, 1986, p. 24.



## CONCLUSÃO

De idas e vindas sobre o solo da historicidade batista, seguindo o veio da instigadora e atual ciência, Análise do Discurso, uma trilha a respeito dos “Princípios Batistas” abriu-se nesta longa caminhada. Chega-se agora ao final deste trabalho, mas não da jornada, com algumas consideráveis impressões das quais se propõe destaque a pelo menos três.

Primeiro, ao abordar no capítulo de número um a respeito do lugar de construção do conteúdo histórico dos batistas, sua gênese e seu desenvolvimento, foi possível a sutil percepção de que os “Princípios Batistas”, em si, acabam por refletir o emaranhado histórico da própria constituição do povo batista em seus primórdios. Este povo batista que tão prematuramente experimentou a árdua tarefa de afirmar um novo modo de constituir-se como igreja e expressar a sua fé, o fez, logo no princípio, sob uma híbrida identidade - a dos batistas gerais e dos batistas particulares. Assim, desde o seu início, os batistas são diferentes e divergentes entre si e isso se deveu, especialmente, a dois de seus tão respeitados princípios, são eles: a competência e liberdade individual e a autonomia dos grupos locais de batistas em suas igrejas.

A segunda impressão, a partir do capítulo de número dois, “Questões teóricas sobre a distinção entre ‘princípio’ e ‘doutrina’”, quando feito o uso das questões teóricas no emprego da ciência Análise do Discurso e os conceitos de idéia e ideologia de Edgar Morin, constatou-se que o documento “Princípios Batistas” compreende um conjunto discursivo devidamente identificado como discurso religioso e, por assim dizer, um discurso rico e não marginal para uma análise científica. Observou-se que esse discurso se transformou, pela força da tradição dogmática batista, em texto norteador ao grupo, mas sem a devida preservação da sua própria historicidade. Talvez os PB, em seu início e posteriormente, tivessem sido por demais valorizados e, no afã de uma contundente divulgação sua como documento denominacional, pecou-se ao despreocupar-se do sábio registro historiográfico sobre a constituição do próprio documento. De desencontros conceituais e desconhecimento documental, as informações pormenorizadas sobre os Princípios apresentaram, por fim, à semelhança de um garimpo clandestino.

Terceiro, a partir de uma avaliação operada no próprio documento dentro do capítulo de número três, tem-se que, os “Princípios Batistas” como conjunto discursivo, revelam-se não raramente com discursos que não apenas se entrecruzam, mas que também chocam-se em seu interior de ideias e/ou propostas através de princípios dialógicos libertadores seguidamente contrastados ou sobrepostos pelo normatismo dogmático. A um empenhado analista do discurso, não será difícil reconhecer o dualismo discursivo observado dentro dos PB. Mesmo sob a boa intenção de reagrupar os batistas quando foram escritos, os “Princípios Batistas” não estão isentos de um discurso que ao invés de aglutinar, desagrega.

Considera-se relevante que, completados meio século de sua composição e adoção pelos batistas, uma releitura destes seus Princípios seja feita. Releitura que, com a mesma pujança dos primeiros batistas em prol da liberdade religiosa, desperte um olhar verdadeiramente autocrítico sobre o documento. Olhar desvencilhado das raízes meramente doutrinárias que, como prezam os mesmos Princípios, seja instigador de sua fé, fomentador de um discurso preponderantemente amadurecido.

Propõe-se que por meio da inspiração da brava história do povo batista, este seu documento seja devidamente historiografado e que, em nome da tradicional seriedade batista pela educação cristã, este mesmo documento, ao ser revisado, seja reescrito de forma clara, fazendo jus ao povo batista brasileiro, adequando os discursos doutrinários ao quadro que é devido ao dogmatismo religioso batista e sistematizando no quadro dos discursos que abrem aos batistas, janela para relações múltiplas, seja no campo religioso ou não, os discursos de princípio dialogal, libertador e aberto. Que ele, o documento “Princípios Batistas”, deixe de se apresentar meramente como um histórico híbrido documental.

## BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, Imaculada. **Cardeal Bertone: “laicidade e laicismo não são a mesma coisa”**. Disponível em: <<http://www.zenit.org/pt/articles/cardeal-bertone-laicidade-e-laicismo-nao-sao-a-mesma-coisa>>.

AMADEO, Javier. **O surgimento da consciência cívica na Inglaterra revolucionária do século XVII**. Anacronismo e Irrupcion: revista de teoria y filosofia política clásica y moderna, Buenos Aires, v. 1, n. 1, nov. 2011/mai. 2012. p.117-149.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução e notas: Manuel A. Júnior; Paulo F. Alberto e Abel do N. Pena. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

ARRIAL, Luciana R.; CALLONI, Humberto. Estudos pontuais sobre sobre o conceito de método e teoria no paradigma da complexidade de Edgar Morin. **Revista Didática Sistemica**, v. 11, p. 35-49, 2010.

AZEVEDO, Israel Belo de. **A celebração do indivíduo: a formação do pensamento batista brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2004.

\_\_\_\_\_. **Batistas comemoram 400 anos**. 2009. Convenção Batista Brasileira. Disponível em: <[http://batistas.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=66:batistas-comemoram-400-anos&catid=24:artigo3&Itemid=42](http://batistas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=66:batistas-comemoram-400-anos&catid=24:artigo3&Itemid=42)>.

BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAPTIST Ideals: for liberty and lighth. Nashville: Sunday School Board, 1963.

BETTENSON, Henry. **Documentos da Igreja Cristã**. 4. ed. São Paulo: Aste, 2001.

BÍBLIA de Estudo Vida. Editora Vida: São Paulo, 1998.

BRANDÃO, Helena. H. N. **Gêneros do discurso - unidade e diversidade**. Polifonia (UFMT), Cuiabá - MT, v. 08, 2005.

BRETONES, Lauro. **Roteiro dos Batistas**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1948.

CAIRNS, Earle E. **O Cristianismo através dos séculos**. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1988.

CASIMIRO, Arival Dias. **O discurso protestante reformado: uma abordagem discursiva do protestantismo brasileiro**. Santa Bárbara do Oeste: SOCEP, 2002.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

CHAVES, Aline. S. O conceito de gêneros do discurso entre tradição e modernidade. in: **VIII Encontro Nacional de Linguagem Verbal e Não-verbal e II Simpósio Internacional de Análise Crítica do Discurso**. v.1. São Paulo, 2007.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 15. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.

CLOUSE, Robert G. et al. **Dois Reinos: A igreja e a cultura interagindo ao longo dos séculos**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.

COELHO FILHO, Isaltino Gomes. **Os grandes princípios batistas**. 2009. Disponível em: <<http://www.isaltino.com.br/2009/11/os-grandes-principios-batistas>>.

COMTE, Augusto. **Primeros Ensayos**. México: Fondo de Cultura Economica, 1942.

CONVEÇÃO BATISTA BRASILEIRA. **Princípios Batistas**. Disponível em: <[http://batistas.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16&Itemid=16](http://batistas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=16&Itemid=16)>.

COSTA, Simone R. A. Basylio. O discurso constituinte e suas implicações. **Travessias** (UNIOESTE. Online), v. 2, p. 1-17, 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/2944/2298>.

CRABTREE, A. R. **História dos Batistas do Brasil até o ano de 1906**. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1962.

DECLARAÇÃO Doutrinária da Convenção Batista Brasileira. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações, 1986.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. 13. ed. Barbacena: Editorial Presença, 2007.

EMEDIATO, Wander; LARA, Gláucia M. P.; MACHADO, Ida L. (Orgs.). **Análises do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. v. 1. p.199-218.

FÉ para hoje. **A confissão de fé batista de 1689**. São José dos Campos: Editora Fiel, 1991.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

FORD, Agnes. Sunday School Board. **Baptist Press**, New Jersey, p. 25, 20 mai. 1964. Disponível em: <<http://media.sbhla.org.s3.amazonaws.com/1906,20-May-1964.pdf>>.

FOXÉ, John. **O livro dos mártires**. 4. ed. São Paulo: CPAD. 2002.

GALDINO, Elza. **Estado sem Deus: a obrigação da laicidade na Constituição**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

GIL FILHO, S. F.; JUNQUEIRA, S. R. A. Um espaço para compreender o sagrado: A escolarização do ensino religioso no Brasil. **História: Questões & Debates**, Curitiba: Editora UFPR, n 43, p. 113-114, 2005.

GRUDEM, Wayne. **Manual de Teologia Sistemática: uma introdução aos princípios da fé cristã**. São Paulo: Editora Vida, 2001.

HAUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales (Ed.). **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HEIMERT, Alan; DELBANCO, Andrew. **The puritans in America**. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

HEWITT, Martin D. **Raízes da tradição batista**. São Leopoldo: Instituto Ecumênico de Pós-Graduação Escola Superior de Teologia. 1993.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta a cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. **The century of revolution 1603-1714**. London: Routledge Classics, 2002.

HILL, Jonathan. **História do Cristianismo**. São Paulo: Edições Rosari, 2008.

HISTORIC Jamestowne. **Virginia Company**. Disponível em: <[http://www.preservationvirginia.org/rediscovery/page.php?page\\_id=22](http://www.preservationvirginia.org/rediscovery/page.php?page_id=22)>.

INGRAHAM, Harold E (Org.). **Baptist Press Archives: 5-Point Statement On Ideals Released**. 1963, p. 1. Disponível em: <<http://media.sbhla.org.s3.amazonaws.com/1780,24-Aug-1963.pdf>>.

INTERNATIONAL MISSION BOARD. Disponível em: <<http://www.imb.org/main/page.asp?StoryID=4487&LanguageID=1709>>.

JUNIOR, José Cretela; CINTRA, Geraldo Ulhoa (Orgs.). **Dicionário Latino Português**. São Paulo: Editora Anchieta, 1944.

LANDERS, John. **Teologia dos princípios batistas**. 3. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1994.

LANGSTON, A. B. **Princípio de individualismo em suas expressões doutrinárias**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1933.

LATOURETTE, Kenneth Scott. **Uma história do cristianismo**. São Paulo: Hagnos, v. 2: 1500 a.D. a 1975, 2006.

LEITH, John H. **Creeds of the churchs**. 3. ed. Louisville: John Knox Press, 1982.

LOSURDO, Domenico. **As raízes norte-americanas do nazismo**. Disponível em: <[http://www.mra.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=174&Itemid=41](http://www.mra.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=174&Itemid=41)>

MACEDO, Danilo Motta de. Política e linguagens: uma análise diacrônica. **Revista da Anpoll**. V.1. nº 26, 2009.

MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato (Orgs.). **Gêneros: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. Analisando discursos constituintes. **Revista do GELNE**, v. 2, nº 2, Fortaleza: GELNE/UFC, 2000, p. 6. Disponível em: <[http://www.gelne.ufc.br/revista\\_ano2\\_no2\\_sum.htm](http://www.gelne.ufc.br/revista_ano2_no2_sum.htm)>.

MARI, Hugo. et al. (Orgs.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE UFMG. 1999.

MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Orgs.). **Análise do Discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001.

MENDONÇA, Antônio Gouveia. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

MERRITT, James W. (Org.) **Annual of the Southern Baptist Convention**. Southern Baptist Convention: Nashville, 1964.

MICHAELIS Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. **O método 1: a natureza da natureza**. 2. ed. Portugal: Publicações Europa-América. 1977.

\_\_\_\_\_. **O método 3: conhecimento do conhecimento**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.

\_\_\_\_\_. **O método 4: as idéias**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.

\_\_\_\_\_. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MORIN, Edgar; CIURANA, Roger; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador (Org.). **Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos**. 3. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

MUIRHEAD. H. H. **O cristianismo através dos séculos**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, v. 2, 1963.

NAVARO, Juan Bosch. **Para compreender o ecumenismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

NOGUEIRA, Andréa Scavassa Vecchia. **Algumas considerações sobre a linguagem persuasiva**. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1316, 7 fev. 2007, p.2. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/9467>>.

OLIVEIRA, Betty Antunes. **Centelha em restolho seco: uma contribuição para a história dos primórdios do trabalho batista no Brasil**. São Paulo: Vida Nova, 2005.

OLIVEIRA, Zaqueu Moreira de. **Liberdade e exclusivismo: ensaios sobre os batistas ingleses**. Rio de Janeiro: Horizontal, Recife: STBNB Edições, 1997.

\_\_\_\_\_. **Um povo chamado batista: história e princípios**. 2. ed. Recife: Kairos Editora, 2011.

PEDROSA, Cleide E. F. Discurso Religioso: Funções e Especificidade. **SOLETRAS**: revista do Departamento de Letras da UERJ, Rio de Janeiro, v. 1, ano 7, n° 13, jan./jun.2007, p. 39-46, 2007.

PEREIRA, José dos Reis. **Breve História dos Batistas**. 4. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1994.

\_\_\_\_\_. **História dos Batistas no Brasil: 1882 a 1982**. Rio de Janeiro: JUERP, 1982.

PETEAN, Antonio Carlos Lopes. O Discurso religioso. **Revista Philologus**. ano 12, n 35, 2006. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/35/07.htm>>.

PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. São Paulo: Paulus, 1982.

PINHEIRO, Jorge; SANTOS, Marcelo (Orgs.). **Os batistas: controvérsias e vocação para a intolerância**. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

PRIMEIRA Igreja Batista da Freguesia em Jacarepaguá. Disponível em: <<http://www.pibfjpa.org.br/primeira-igreja-batista-da-freguesia-em-jacarepagua/valores>>.

PRINCÍPIOS Batistas. Cathryn Smith (Trad.). 2. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1986.

RIBEIRO, Osvaldo Luiz. **Princípios (batistas) de Interpretação Bíblica**. Disponível em: <[http://www.ouviroevento.pro.br/outraspUBLICACOES/princ\\_batistas\\_de\\_inter.htm](http://www.ouviroevento.pro.br/outraspUBLICACOES/princ_batistas_de_inter.htm)>

SANTOS, Jair Lima dos. **Direito e Religião na Idade Média: a relação estado-igreja segundo Marsílio de Pádua**. Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2565, 10 jul. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/16924/direito-e-religiao-na-idade-media>>.

SANTOS, Marcelo. **O Marco Inicial Batista: uma discussão historiográfica sobre os primórdios do trabalho batista no Brasil**. Rio de Janeiro: Convicção Editora, 2011.

SEMINÁRIO Teológico Batista do Sul do Brasil. Disponível em:  
<[http://www.seminariodosul.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=78&Itemid=194](http://www.seminariodosul.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=78&Itemid=194)>.

SHELLEY, Bruce. **História do cristianismo ao alcance de todos: uma narrativa do desenvolvimento da igreja cristã através dos séculos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2004.

SHURDEN, Walter B. **Quatro frágeis liberdades: resgatando a identidade e os princípios batistas**. Tradução Raimundo C. Barreto Jr.; Benedito G. Bezerra. Recife: MLK-B, 2005.

SILVA, Aluisio Laurindo da; CORDEIRO, Ilton Quadros; FEITOSA, Renê Pereira. **Manual Básico dos Batistas Nacionais**. Belo Horizonte, Convenção Batista Nacional: Editora Betânia, 1985.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

SILVA, Nilo Tavares. **Para que todos sejam um – o estilo de ser e a questão ecumênica: retrocessos e avanços no discurso ecumênico brasileiro**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

SILVA, Roberto do Amaral. **Princípios e doutrinas batistas**. Rio de Janeiro: JUERP, 2003.

SOUTHERN BAPTIST HISTORICAL LIBRARY AND ARCHIVES. **International Mission Board: Missionary Correspondence Files**. AR 551 – 2. Nashville, 2012.

SOUTHERN BAPTIST HISTORICAL LIBRARY AND ARCHIVES. **Inventory Clifton Judson Allen Papers**. AR. 795-221. Nashville, 1986.

SOUZA, Sócrates Oliveira de (Org.). **Pacto e comunhão: documentos batistas**. Rio de Janeiro: JUERP, 2004.

SUNDAY SCHOOL BOARD. **James Lenox Sullivan Papers**. AR 795-354. Southern Baptist Historical Library and Archives: Tennessee. 2010.

TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

VEDDER, Henrique C. **Breve história dos batistas**. Recife: Typ. d`A Mensagem, 1918.

\_\_\_\_\_. **Breve História dos Batistas**. Recife: Faculdade Theologica Baptista do Recife, 1934.

**VIII Encontro Nacional de Linguagem Verbal e Não-verbal e II Simpósio Internacional de Análise Crítica do Discurso**. v.1. São Paulo, 2007.

VIII Encontro Regional de História - PARANÁ: História e Historiografia, 2002, Curitiba. **Anais do VIII Encontro Regional de História**. Curitiba, 2002, p.2. Disponível em:  
<<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC>>



4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.nupper.com.br%2Fhome2%2Fwp-content%2Fuploads%2F6-fides\_et\_ratio\_discurso\_religioso.pdf&ei=-M4gUsHnO8fFsATiqYH4AQ&usg=AFQjCNGZuijzevABQss7-JNzUUoxG7uDKQ&bvm=bv.51495398,d.cWc>.

WALKER, Williston. **História da Igreja Cristã**. 3.ed, São Paulo: ASTE, 2006.

WELLS, H. G. **História Universal**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

## REFERÊNCIAS

- BARRETO Jr., Raimundo Cesar in SHURDEN, Walter B. **Quatro frágeis liberdades: resgatando a identidade e os princípios batistas**. Tradução Raimundo C. Barreto Jr.; Benedito G. Bezerra. Recife: MLK-B, 2005. p. 11-16.
- CHAVES, Aline. S. O conceito de gêneros do discurso entre tradição e modernidade. in: **VIII Encontro Nacional de Linguagem Verbal e Não-verbal e II Simpósio Internacional de Análise Crítica do Discurso**. v.1. São Paulo, 2007.
- GIL FILHO, Sylvio Fausto. Fides et ratio: notas para uma crítica ao discurso religioso. In: VIII Encontro Regional de História - PARANÁ: História e Historiografia, 2002, Curitiba. **Anais do VIII Encontro Regional de História**. Curitiba, 2002, p.2. Disponível em: <[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.nupper.com.br%2Fhome%2Fwp-content%2Fuploads%2F6-fides\\_et\\_ratio\\_discurso\\_religioso.pdf&ei=M4gUsHnO8fFsATiqYH4AQ&usg=AFQjCNGZuijzevABQss7-JNzUUoxG7uDKQ&bvm=bv.51495398,d.cWc](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.nupper.com.br%2Fhome%2Fwp-content%2Fuploads%2F6-fides_et_ratio_discurso_religioso.pdf&ei=M4gUsHnO8fFsATiqYH4AQ&usg=AFQjCNGZuijzevABQss7-JNzUUoxG7uDKQ&bvm=bv.51495398,d.cWc)>.
- MACHADO, Ida Lúcia. Uma Teoria de Análise do Discurso: a semiolinguística. In MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Orgs). **Análise do Discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001. p. 39-62.
- MAINGUENEAU, Dominique. Diversidade dos gêneros do discurso. In MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato (Orgs). **Gêneros: reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004, p.43-58.
- MAINGUENEAU, Dominique. L'Analyse des discours constituants. In Mari H. et al. (Orgs.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE UFMG. 1999. p. 45-58.
- MAINGUENEAU, Dominique. Polifonia e cena de enunciação na pregação religiosa. In EMEDIATO, Wander; LARA, Gláucia M. P.; MACHADO, Ida L. (Orgs.). **Análises do discurso hoje**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. v. 1, p. 199-218.
- NOVAES, Carlos. **Vocação para a intolerância**. In PINHEIRO, Jorge; SANTOS, Marcelo. Os batistas: controvérsias e vocação para a intolerância. São Paulo: Fonte Editorial, 2012. p. 09-12.
- SANTOS, Marcelo. Raízes Históricas e Teológicas dos Batistas: de onde viemos? In PINHEIRO; SANTOS, Marcelo. **Os batistas: controvérsias e vocação para a intolerância**. São Paulo: Fonte Editorial, 2012. p. 13-50.
- SOUZA, Wander E. Retórica, argumentação e Discurso. In MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Orgs). **Análise do Discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001. p. 157-178.

## **ANEXOS**

## **ANEXO A – Princípios Batistas: tradução de Cathrin Smyth, JUERP.**

### A AUTORIDADE

#### 1- Cristo como Senhor

A fonte suprema da autoridade cristã é o Senhor Jesus Cristo. Sua soberania emana da eterna divindade e poder – como o unigênito filho do Deus Supremo – de sua redenção vicária e ressurreição vitoriosa. Sua autoridade é a expressão de amor justo, sabedoria infinita e santidade divina, e se aplica à totalidade da vida. Dela procede a integridade do propósito cristão, o poder da dedicação cristã, a motivação da lealdade cristã. Ela exige a obediência aos mandamentos de Cristo, dedicação ao seu serviço, fidelidade ao seu reino e a máxima devoção à sua pessoa, como o Senhor vivo. A suprema fonte de autoridade é o Senhor Jesus Cristo, e toda a esfera da vida está sujeita à sua soberania.

#### 2- As Escrituras

A Bíblia fala com autoridade porque é a palavra de Deus. É a suprema regra de fé e prática porque é testemunha fidedigna e inspirada dos atos maravilhosos de Deus através da revelação de si mesmo e da redenção, sendo tudo patenteado na vida, nos ensinamentos e na obra salvadora de Jesus Cristo. As Escrituras revelam a mente de Cristo e ensinam o significado de seu domínio. Na sua singular e una revelação da vontade divina para a humanidade, a Bíblia é a autoridade final que atrai as pessoas a Cristo e as guia em todas as questões de fé cristã e dever moral. O indivíduo tem que aceitar a responsabilidade de estudar a Bíblia, com a mente aberta e com atitude reverente, procurando o significado de sua mensagem através de pesquisa e oração, orientando a vida debaixo de sua disciplina e instrução.

A Bíblia como revelação inspirada da vontade divina, cumprida e completada na vida e nos ensinamentos de Jesus Cristo é a nossa regra autorizada de fé e prática.

#### 3- O Espírito Santo

O Espírito Santo é a presença ativa de Deus no mundo e, particularmente, na experiência humana. É Deus revelando sua pessoa e vontade ao homem. O Espírito, portanto, é a voz da autoridade divina. É o Espírito de Cristo, e sua autoridade é a vontade de Cristo. Visto que as Escrituras são produto de homens que, inspirados pelo Espírito, falaram por Deus, a verdade da Bíblia expressa a vontade do Espírito, compreendida pela iluminação do mesmo. Ele convence os homens do pecado, da justiça e do juízo, tornando, assim, efetiva a salvação individual, através da obra salvadora de Cristo. Ele habita no coração do crente, como advogado perante Deus e intérprete para o homem. Ele atrai o fiel para a fé e a obediência e, assim, produz na sua vida os frutos da santidade e do amor. O Espírito procura alcançar vontade e propósito divinos entre os homens. Ele dá aos cristãos poder e autoridade para o trabalho do reino e santifica e preserva os redimidos, para o louvor de Cristo; exige uma submissão livre e dinâmica à autoridade de Cristo, e uma obediência criativa e fiel à palavra de Deus.

O Espírito Santo é o próprio Deus revelando sua pessoa e vontade aos homens. Ele, portanto, interpreta e confirma a voz da autoridade divina.

### O INDIVÍDUO

#### 1- Seu valor

A Bíblia revela que cada ser humano é criado à imagem de Deus; é único, precioso e insubstituível. Criado ser racional, cada pessoa é moralmente responsável perante Deus e o próximo. O homem, como indivíduo, é distinto de todas as outras pessoas. Como pessoa, ele é unido aos outros no fluxo da vida, pois ninguém vive nem morre por si mesmo. A Bíblia revela que Cristo morreu por todos os homens. O fato de ser o homem criado à imagem de Deus, e de Jesus Cristo morrer para salvá-lo, é a fonte da dignidade e do valor

humano. Ele tem direitos, outorgados por Deus, de ser reconhecido e aceito como indivíduo sem distinção de raça, cor, credo, ou cultura; de ser parte digna e respeitada da comunidade; de ter a plena oportunidade de alcançar o seu potencial. Cada indivíduo foi criado à imagem de Deus e, portanto, merece respeito e consideração como uma pessoa de valor e dignidade infinita.

#### 2- Sua competência

O indivíduo, porque criado à imagem de Deus, torna-se responsável por suas decisões morais e religiosas. Ele é competente, sob a orientação do Espírito Santo, para formular a própria resposta à chamada divina ao evangelho de Cristo, para a comunhão com Deus, para crescer na graça e no conhecimento de nosso Senhor. Estreitamente

ligada a essa competência está a responsabilidade de procurar a verdade e, encontrando-a, agir conforme essa descoberta, e partilhar a verdade com outros. Embora não se admita coação no terreno religioso, o cristão não tem a liberdade de ser neutro em questões de consciência e convicção. Cada pessoa é competente e responsável perante Deus, nas próprias decisões e questões morais e religiosas.

### 3- Sua liberdade

Os batistas consideram como inalienável a liberdade de consciência, a plena liberdade de religião de todas as pessoas. O homem é livre para aceitar ou rejeitar a religião; escolher ou mudar sua crença; propagar e ensinar a verdade como a entenda, sempre respeitando direitos e convicções alheios; cultuar a Deus tanto a sós quanto publicamente; convidar outras pessoas a participarem nos cultos e outras atividades de sua religião; possuir propriedade e quaisquer outros bens necessários à propagação de sua fé. Tal liberdade não é privilégio para ser concedido, rejeitado ou meramente tolerado – nem pelo Estado, nem por qualquer outro grupo religioso – é um direito outorgado por Deus. Cada pessoa é livre perante Deus em todas as questões de consciência e tem o direito de abraçar ou rejeitar a religião, bem como de testemunhar sua fé religiosa, respeitando os direitos dos outros.

## A VIDA CRISTÃ

### 1- A salvação pela graça

A graça é a provisão misericordiosa de Deus para a condição do homem perdido. O homem no seu estado natural é egoísta e orgulhoso; ele está na escravidão de Satanás e espiritualmente morto em transgressões e pecados. Devido à sua natureza pecaminosa, o homem não pode salvar-se a si mesmo. Mas Deus tem uma atitude benevolente em relação a todos, apesar da corrupção moral e da rebelião. A salvação não é o resultado dos méritos humanos, antes emana de propósito e iniciativa divinos. Não vem através de mediação sacramental, nem de treinamento moral, mas como resultado da misericórdia e poder divinos. A salvação do pecado

é a dádiva de Deus através de Jesus Cristo, condicionada, apenas, pelo arrependimento em relação a Deus, pela fé em Jesus Cristo, e pela entrega incondicional a Ele como Senhor.

A Salvação, que vem através da graça, pela fé, coloca o indivíduo em união vital e transformadora com Cristo, e se caracteriza por uma vida de santidade e boas obras. A mesma graça, por meio da qual a pessoa alcança a salvação, dá certeza e a segurança do perdão contínuo de Deus e de seu auxílio na vida cristã. A salvação é dádiva de Deus através de Jesus Cristo, condicionada, apenas, pela fé em Cristo e rendição à soberania divina.

### 2- As exigências do discipulado

O aprendizado cristão inicia-se com a entrega a Cristo, como Senhor. Desenvolve-se à proporção que a pessoa tem comunhão com Cristo e obedece aos seus mandamentos. O discípulo aprende a verdade em Cristo, somente por obedecê-la. Essa obediência exige a entrega das ambições e dos propósitos pessoais e a obediência à vontade do Pai. A obediência levou Cristo à cruz e exige de cada discípulo que tome a própria cruz e siga a Cristo. O levar a cruz, ou negar-se a si mesmo, expressa-se de muitas maneiras na vida do discípulo. Este procurará, primeiro, o reino de Deus. Sua lealdade suprema será a Cristo. Ele será fiel em cumprir o mandamento cristão. Sua vida pessoal manifestará autodisciplina, pureza, integridade e amor cristão, em todas as relações que tem com os outros. O discipulado é completo. As exigências do discipulado cristão estão baseadas no reconhecimento da soberania de Cristo, relacionam-se com a vida em um todo e exigem obediência e devoção completas.

### 3- O sacerdócio do crente

Cada homem pode ir diretamente a Deus em busca de perdão, através do arrependimento e da fé. Ele não necessita para isso de nenhum outro indivíduo, nem mesmo da igreja. Há um só mediador entre Deus e os homens, Jesus. Depois de tornar-se crente, a pessoa tem acesso direto a Deus, através de Jesus Cristo. Ela entra no sacerdócio real que lhe outorga o privilégio de servir a humanidade em nome de Cristo. Deverá partilhar com os homens a fé que acalenta e servi-los em nome e no espírito de Cristo. O sacerdócio do crente, portanto, significa que todos os cristãos são iguais perante Deus e na fraternidade da igreja local. Cada cristão, tendo acesso direto a Deus através de Jesus Cristo, é seu próprio sacerdote e tem a obrigação de servir de sacerdote de Jesus Cristo em benefício de outras pessoas.

### 4- O cristão e seu lar

O lar foi constituído por Deus como unidade básica da sociedade. A formação de lares verdadeiramente cristãos deve merecer o interesse particular de todos. Devem ser constituídos da união de dois seres cristãos, dotados de maturidade emocional, espiritual e física e unidos por um amor profundo e puro. O casal deve partilhar ideais e ambições semelhantes e ser dedicado à criação dos filhos na instrução e disciplina divinas. Isso exige o estudo regular da Bíblia e a prática do culto doméstico. Nesses lares o espírito de Cristo está presente em todas as relações da família. As igrejas têm a obrigação de preparar jovens para o casamento, treinar e auxiliar os pais nas

suas responsabilidades, orientar pais e filhos nas provações e crises da vida, assistir àqueles que sofrem em lares desajustados, e ajudar os enlutados e encanecidos a encontrarem sempre um significado na vida. O lar é básico, no propósito de Deus, para o bem-estar da humanidade, e o desenvolvimento da família deve ser de supremo interesse para todos os cristãos.

#### 5- O cristão como cidadão

O cristão é cidadão de dois mundos – o reino de Deus e o estado político – e deve obedecer à lei de sua pátria terrena, tanto quanto à lei suprema. No caso de ser necessária uma escolha, o cristão deve obedecer a Deus antes que ao homem. Deve mostrar respeito para com aqueles que interpretam a lei e a põem em vigor, e participar ativamente na vida social, econômica e política com o espírito e princípios cristãos. A mordomia cristã da vida inclui tais responsabilidades como o voto, o pagamento de impostos e o apoio à legislação digna. O cristão deve orar pelas autoridades e incentivar outros cristãos a aceitarem a responsabilidade cívica, como um serviço a Deus e à humanidade. O cristão é cidadão de dois mundos – o reino de Deus e o estado – e deve ser obediente à lei do seu país tanto quanto à lei suprema de Deus.

### A IGREJA

#### 1- Sua natureza

No Novo Testamento o termo igreja é usado para designar o povo de Deus na sua totalidade, ou só uma assembléia local. A igreja é uma comunidade fraterna das pessoas redimidas por Cristo Jesus, divinamente chamadas, divinamente criadas, e feitas uma só debaixo do governo soberano de Deus. A igreja como uma entidade local – um organismo presidido pelo Espírito Santo – é uma fraternidade de crentes em Jesus Cristo, que se batizaram e voluntariamente se uniram para o culto, estudo, a disciplina mútua, o serviço e a propagação do evangelho, no local da igreja e até os confins da terra. A igreja, no sentido lato, é a comunidade fraterna de pessoas redimidas por Cristo e tornadas uma só na família de Deus. A igreja, no sentido local, é a companhia fraterna de crentes batizados, voluntariamente unidos para o culto, desenvolvimento espiritual e serviço.

#### 2- Seus membros

A igreja, como uma entidade, é uma companhia de crentes regenerados e batizados que se associam num conceito de fé e fraternidade do evangelho. Propriamente, a pessoa qualifica-se para ser membro de igreja por ser nascida de Deus e aceitar voluntariamente o batismo. Ser membro de uma igreja local, para tais pessoas, é um privilégio santo e um dever sagrado. O simples fato de arrolar-se na lista de membros de uma igreja não torna a pessoa membro do corpo de Cristo. Cuidado extremo deve ser exercido a fim de que sejam aceitas como membros da igreja somente as pessoas que dêem evidências positivas de regeneração e verdadeira submissão a Cristo. Ser membro de igreja é um privilégio, dado exclusivamente a pessoas regeneradas que voluntariamente aceitam o batismo e se entregam ao discipulado fiel, segundo o preceito cristão.

#### 3- Suas ordenanças

O batismo e a ceia do Senhor são as duas ordenanças da igreja. São símbolos, mas sua observância envolve fé, exame de consciência, discernimento, confissão, gratidão, comunhão e culto. O batismo é administrado pela igreja, sob a autoridade do Deus triúno, e sua forma é a imersão daquele que, pela fé, já recebeu a Jesus Cristo como Salvador e Senhor. Por esse ato o crente retrata a sua morte para o pecado e a sua ressurreição para uma vida nova. A ceia do Senhor, observada através dos símbolos do pão e do vinho, é um profundo esquadrinhamento do coração, uma grata lembrança de Jesus Cristo e sua morte vicária na cruz, uma abençoada segurança de sua volta e uma jubilosa comunhão com o Cristo vivo e seu povo. O batismo e a ceia do Senhor, as duas ordenanças da igreja, são símbolos da redenção, mas sua observância envolve realidades espirituais na experiência cristã.

#### 4- Seu governo

O princípio governante para uma igreja local é a soberania de Jesus Cristo. A autonomia da igreja tem como fundamento o fato de que Cristo está sempre presente e é a cabeça da congregação do seu povo. A igreja, portanto, não pode sujeitar-se à autoridade de qualquer outra entidade religiosa. Sua autonomia, então, é válida somente quando exercida sob o domínio de Cristo.

A democracia, o governo pela congregação, é forma certa somente à medida que, orientada pelo Espírito Santo, providencia e exige a participação consciente de cada um dos membros nas deliberações do trabalho da igreja. Nem a maioria, nem a minoria, tampouco a unanimidade, reflete necessariamente a vontade divina. Uma igreja é um corpo autônomo, sujeito unicamente a Cristo, sua cabeça. Seu governo democrático, no sentido próprio, reflete a igualdade e responsabilidade de todos os crentes, sob a autoridade de Cristo.

#### 5- Sua relação para com o estado

Tanto a igreja como o estado são ordenados por Deus e responsáveis perante ele. Cada um é distinto; cada um tem um propósito divino; nenhum deve transgredir os direitos do outro. Devem permanecer separados, mas igualmente manter a devida relação entre si e para com Deus. Cabe ao estado o exercício da autoridade civil, a manutenção da ordem e a promoção do bem-estar público. A igreja é uma comunhão voluntária de cristãos, unidos sob o domínio de Cristo para o culto e serviço em seu nome. O estado não pode ignorar a soberania de Deus nem rejeitar suas leis como a base da ordem moral e da justiça social. Os cristãos devem aceitar suas responsabilidades de sustentar o estado e obedecer ao poder civil, de acordo com os princípios cristãos. O estado deve à igreja a proteção da lei e a liberdade plena, no exercício do seu ministério espiritual. A igreja deve ao estado o reforço moral e espiritual para a lei e a ordem, bem como a proclamação clara das verdades que fundamentam a justiça e a paz. A igreja tem a responsabilidade tanto de orar pelo estado quanto de declarar o juízo divino em relação ao governo, às responsabilidades de uma soberania autêntica e consciente, e aos direitos de todas as pessoas. A igreja deve praticar coerentemente os princípios que sustenta e que devem governar a relação entre ela e o estado.

A igreja e o estado são constituídos por Deus e perante Ele responsáveis. Devem permanecer distintos, mas têm a obrigação do reconhecimento e reforço mútuos, no propósito de cumprir-se a função divina. 6- Sua relação para com o mundo Jesus Cristo veio ao mundo, mas não era do mundo. Ele orou não para que seu povo fosse tirado do mundo, mas que fosse liberto do mal. Sua igreja, portanto, tem a responsabilidade de permanecer no mundo, sem ser do mundo. A igreja e o cristão, individualmente, têm a obrigação de opor-se ao mal e trabalhar para a eliminação de tudo que corrompa e degrade a vida humana. A igreja deve tomar posição definida em relação à justiça e trabalhar fervorosamente pelo respeito mútuo, a fraternidade, a retidão, a paz, em todas as relações entre os homens, raças e nações. Ela trabalha confiante no cumprimento final do propósito divino no mundo. Esses ideais, que têm focalizado o testemunho distintivo dos batistas, choca-se com o momento atual do mundo e em crucial significação. As forças do mundo os desafiam. Certas tendências em nossas igrejas e denominação põem-nos em perigo. Se esses ideais servirem para inspirar os batistas, com o senso da missão digna da hora presente, deverão ser relacionados com a realidade dinâmica de todo o aspecto de nossa tarefa contínua. A igreja tem uma posição de responsabilidade no mundo; sua missão é para com o mundo; mas seu caráter e ministério são espirituais.

## A NOSSA TAREFA CONTÍNUA

### 1- A centralidade do indivíduo

Os batistas, historicamente, têm exaltado o valor do indivíduo, dando-lhe um lugar central no trabalho das igrejas e da denominação. Essa distinção, entretanto, está em perigo nestes dias de automatismo e pressões para o conformismo. Alertados para esses perigos, dentro das próprias fileiras, tanto quanto no mundo, os batistas devem preservar a integridade do indivíduo. O alto valor do indivíduo deve refletir-se nos serviços de culto, no trabalho evangelístico, nas obras missionárias, no ensino e treinamento da mordomia, em todo o programa de educação cristã. Os programas são justificados pelo que fazem pelos indivíduos por eles influenciados. Isso significa, entre outras coisas, que o indivíduo nunca deve ser usado como um meio, nunca deve ser manobrado, nem tratado como mera estatística. Esse ideal exige, antes, que seja dada primordial consideração ao indivíduo, na sua liberdade moral, nas suas necessidades urgentes e no seu valor perante Cristo. De consideração primordial na vida e no trabalho de nossas igrejas é o indivíduo, com seu valor, suas necessidades, sua liberdade moral, seu potencial perante Cristo.

### 2- Culto

O culto a Deus, pessoal ou coletivo, é a expressão mais elevada da fé e devoção cristã. É supremo tanto em privilégio quanto em dever. Os batistas enfrentam uma necessidade urgente de melhorar a qualidade do seu culto, a fim de experimentarem coletivamente uma renovação de fé, esperança e amor, como resultado da comunhão com o Deus supremo. O culto deve ser coerente com a natureza de Deus, na sua santidade: uma experiência,

portanto, de adoração e confissão que se expressa com temor e humildade. O culto não é mera forma e ritual, mas uma experiência com o Deus vivo, através da meditação e da entrega pessoal. Não é simplesmente um serviço religioso, mas comunhão com Deus na realidade do louvor, na sinceridade do amor e na beleza da santidade. O culto torna-se significativo quando se combinam, com reverência e ordem, a inspiração da presença de Deus, a proclamação do evangelho, a liberdade e a atuação do Espírito. O resultado de tal culto será uma consciência mais profunda da santidade, majestade e graça de Deus, maior devoção e mais completa dedicação à vontade de Deus. O culto – que envolve uma experiência de comunhão com o Deus vivo e santo – exige uma apreciação maior sobre a reverência e a ordem, a confissão e a humildade, a consciência da santidade, majestade, graça e propósito de Deus.

### 3- O ministério cristão

A igreja e todos os seus membros estão no mundo a fim de servir. Em certo sentido, cada filho de Deus é chamado como cristão. Há, entretanto, uma falta generalizada no sentido de negar o valor devido à natureza singular da chamada como vocação ao serviço de Cristo. Maior atenção neste ponto é especialmente necessária, em face da pressão que recebem os jovens competentes para a escolha de algum ramo das ciências e, ainda mais devido ao número decrescente daqueles que estão atendendo à chamada divina, para o serviço de Cristo. Os que são chamados pelo Senhor para o ministério cristão devem reconhecer que o fim da chamada é servir. São, no sentido especial, escravos de Cristo e seus ministros nas igrejas e junto ao povo. Devem exaltar suas responsabilidades, em vez de privilégios especiais. Suas funções distintas não visam à vanglória; antes, são meios de servir a Deus, à igreja e ao próximo. As igrejas são responsáveis perante Deus por aqueles que elas consagram ao seu ministério. Devem manter padrões elevados para aqueles que aspiram à consagração, quanto à experiência e ao caráter cristãos. Devem incentivar os chamados a procurarem o preparo adequado ao seu ministério. Cada cristão tem o dever de ministrar ou servir com abnegação completa; Deus, porém, na sua sabedoria, chama várias pessoas de um modo singular para dedicarem sua vida de tempo integral ao ministério relacionado com a obra da igreja.

#### 4- Evangelismo

O evangelismo é a proclamação do juízo divino sobre o pecado, e das boas novas da graça divina em Jesus Cristo. É a resposta dos cristãos às pessoas na incidência do pecado, é a ordem de Cristo aos seus seguidores, a fim de que sejam suas testemunhas frente a todos os homens. O evangelismo declara que o evangelho, e unicamente o evangelho, é o poder de Deus para a salvação. A obra de evangelismo é básica na missão da igreja e no mister de cada cristão. O evangelismo, assim concebido, exige um fundamento teológico firme e uma ênfase perene nas doutrinas básicas da salvação. O evangelismo neotestamentário é a salvação por meio do evangelho e pelo poder do Espírito. Visa à salvação do homem todo; confronta os perdidos com o preço do discipulado e as exigências da soberania de Cristo; exalta a graça divina, a fé voluntária e a realidade da experiência de conversão.

Convites feitos a pessoas não salvas nunca devem desvalorizar essa realidade imperativa. O uso de truques de psicologia das massas, os substitutivos da convicção e todos os esquemas vaidosos são pecados contra Deus e contra o indivíduo. O amor cristão, o destino dos pecadores e a força do pecado constituem uma urgência obrigatória. A norma de evangelismo exigida pelos tempos críticos dos nossos dias é o evangelismo pessoal e coletivo, o uso de métodos sãos e dignos, o testemunho de piedade pessoal e dum espírito semelhante ao de Cristo, a intercessão pela misericórdia e pelo poder de Deus, e a dependência completa do Espírito Santo. O evangelismo, que é básico no ministério da igreja e na vocação do crente, é a proclamação do juízo e da graça de Deus em Jesus Cristo e a chamada para aceitá-lo como Salvador e segui-lo como Senhor.

#### 5- Missões

Missões, como usamos o termo, é a extensão do propósito redentor de Deus através do evangelismo, da educação e do serviço cristão além das fronteiras da igreja local. As massas perdidas do mundo constituem um desafio comovedor para as igrejas cristãs. Uma vez que os batistas acreditam na liberdade e competência de cada um para as próprias decisões, nas questões religiosas, temos a responsabilidade perante Deus de assegurar a cada indivíduo o conhecimento e a oportunidade de fazer a decisão certa. Estamos sob a determinação divina, no sentido de proclamar o evangelho a toda a criatura. A urgência da situação atual do mundo, o apelo agressivo de crenças e ideologias exóticas, e nosso interesse pelos transviados exigem de nós dedicação máxima em pessoal e dinheiro, a fim de proclamar-se a redenção em Cristo, para o mundo todo. A cooperação nas missões mundiais é imperativa. Devemos utilizar os meios à nossa disposição, inclusive os de comunicação em massa, para dar o Evangelho de Cristo ao mundo. Não devemos depender exclusivamente de um grupo pequeno de missionários especialmente treinados e dedicados. Cada batista é um missionário, não importa o local onde mora ou posição que ocupa. Os atos pessoais ou de grupos, as atitudes em relação a outras nações, raças e religiões fazem parte do nosso testemunho favorável ou contrário a Cristo, o qual, em cada esfera e relação da vida, deve fortalecer nossa proclamação de que Jesus é o Senhor de todos. As missões procuram a extensão do propósito redentor de Deus em toda parte, através do evangelismo, da educação, e do serviço cristão e exige de nós dedicação máxima.

#### 6- Mordomia

A mordomia cristã é o uso, sob a orientação divina, da vida, dos talentos, do tempo e dos bens materiais, na proclamação do Evangelho e na prática respectiva. No partilhar o Evangelho, a mordomia encontra seu significado mais elevado: ela é baseada no reconhecimento de que tudo o que temos e somos vem de Deus, como uma responsabilidade sagrada. Os bens materiais em si não são maus, nem bons. O amor ao dinheiro, e não o dinheiro em si, é a raiz de todas as espécies de males. Na mordomia cristã o dinheiro torna-se o meio para alcançar bens espirituais, tanto para a pessoa que dá, quanto para quem recebe. Aceito como encargo sagrado, o dinheiro torna-se não uma ameaça e sim uma oportunidade. Jesus preocupou-se em que o homem fosse liberto da tirania dos bens materiais e os empregasse



para suprir tanto às necessidades próprias como as alheias. A responsabilidade da mordomia aplica-se não somente ao cristão como indivíduo, mas, também, a cada igreja local, cada convenção, cada agência da denominação. Aquilo que é confiado ao indivíduo ou à instituição não deve ser guardado nem gasto egoisticamente, mas empregado no serviço da humanidade e para a glória de Deus. A mordomia cristã concebe toda a vida como um encargo sagrado, confiado por Deus, e exige o emprego responsável de vida, tempo, talentos e bens – pessoal ou coletivamente – no serviço de Cristo.

#### 7- O ensino e treinamento

O ensino e treinamento são básicos na comissão de Cristo para os seus seguidores, constituindo um imperativo divino pela natureza da fé e experiência cristãs. Eles são necessários ao desenvolvimento de atitudes cristãs, à demonstração de virtudes cristãs, ao gozo de privilégios cristãos, ao cumprimento de responsabilidades cristãs, à realização da certeza cristã. Devem começar com o nascimento do homem e continuar através de sua vida toda. São funções do lar e da igreja, divinamente ordenadas. E constituem o caminho da maturidade cristã. Desde que a fé há de ser pessoal, e voluntária cada resposta à soberania de Cristo, o ensino e treinamento são necessários antecipadamente ao Discipulado Cristão, e a um testemunho vital. Este fato significa que a tarefa educacional da igreja deve ser o centro do programa. A prova do ministério do ensino e treinamento está no caráter semelhante ao de Cristo e na capacidade de enfrentar e resolver eficientemente os problemas sociais, morais e espirituais do mundo hodierno. Devemos treinar os indivíduos a fim de que possam conhecer a verdade que os liberta, experimentar o amor que os transforma em servos da humanidade, e alcançar a fé que lhes concede a esperança no reino de Deus. A natureza da fé e experiência cristãs e a natureza e necessidades das pessoas fazem do ensino e treinamento um imperativo.

#### 8- Educação cristã

A fé e a razão aliam-se no conhecimento verdadeiro. A fé genuína procura compreensão e expressão inteligente. As escolas cristãs devem conservar a fé e a razão no equilíbrio próprio. Isto significa que não ficarão satisfeitas senão com os padrões acadêmicos elevados. Ao mesmo tempo, devem proporcionar um tipo distinto de educação – a educação infundida pelo espírito cristão, com a perspectiva cristã e dedicada aos valores cristãos. Nossas escolas cristãs têm a responsabilidade de treinar e inspirar homens e mulheres para a liderança eficiente, leiga e vocacional, em nossas igrejas e no mundo. As igrejas, por sua vez, têm a responsabilidade de sustentar condignamente todas as suas instituições educacionais. Os membros de igrejas devem ter interesse naqueles que ensinam em suas instituições, bem como naquilo que estes transmitem. Há limites para a liberdade acadêmica; deve ser admitido, entretanto, que os professores das nossas instituições tenham liberdade para erudição criadora, com o equilíbrio de um senso profundo de responsabilidade pessoal para com Deus, a verdade, a denominação, e as pessoas a quem servem. A educação cristã emerge da relação da fé e da razão e exige excelência e liberdade acadêmicas que são tanto reais quanto responsáveis.

#### 9- A autocrítica

Tanto a igreja local quanto a denominação, a fim de permanecerem sadias e florescentes, têm que aceitar a responsabilidade da autocrítica. Seria prejudicial às igrejas e à denominação se fosse negado ao indivíduo o direito de discordar, ou se fossem considerados nossos métodos ou técnicas como finais ou perfeitos. O trabalho de nossas igrejas e de nossa denominação precisa de freqüente avaliação, a fim de evitar a esterilidade do tradicionalíssimo. Isso especialmente se torna necessário na área dos métodos, mas também se aplica aos princípios e práticas históricas em sua relação à vida contemporânea. Isso significa que nossas igrejas, instituições e agências devem defender e proteger o direito de o povo perguntar e criticar construtivamente. A autocrítica construtiva deve ser centralizada em problemas básicos e assim evitar os efeitos desintegrantes de acusações e recriminações. Criticar não significa deslealdade; a crítica pode resultar de um interesse profundo do bem-estar da denominação. Tal crítica visará ao desenvolvimento à maturidade cristã, tanto para o indivíduo quanto para a denominação. Todo grupo de cristãos, para conservar sua produtividade, terá que aceitar a responsabilidade da autocrítica construtiva. Como batistas, revendo o progresso realizado no decorrer dos anos, temos toda inteira razão de desvanecimento ante as evidências do favor de Deus sobre nós. Os batistas podem bem cantar com alegria, “Glória a Deus, grandes coisas Ele fez!” Podem eles também lembrar que aqueles aos quais foi dado o privilégio de gozar de tão alta herança, reconhecidos ao toque da graça, devem engrandecê-la com os seus próprios sacrifícios.

## ANEXO B – Baptist Ideals:

## BAPTIST IDEALS

## I. AUTHORITY

1. *Christ as Lord*

The ultimate source of Christian authority is Jesus Christ the Lord. His lordship springs from his eternal deity and power—as the anointed Son of the sovereign God—and from his vicarious redemption and victorious resurrection. His authority is the expression of righteous love, infinite wisdom, and divine holiness. This authority applies to the totality of life. It supplies integrity and unity to Christian purpose, strength to Christian commitment, and motivation for Christian loyalty. It demands willing obedience to Christ's commandments, dedication to his service, fidelity to his kingdom, and the utmost devotion to him as living Lord.

*The ultimate source of authority is Jesus Christ the Lord, and every area of life is to be subject to his lordship.*

3. *The Holy Spirit*

The Holy Spirit is God actively present in the world and, particularly, in human experience. He is God revealing himself and his will to man. The Spirit therefore is the voice of divine authority. He is the Spirit of Christ, and his authority is the will of Christ. Inasmuch as the Scriptures came into being as men inspired by the Spirit spoke for God, the truth of the Bible expresses the will of the Spirit and is apprehended by the illumination of the Spirit. He convicts men of sin and of righteousness and of judgment, thus making effective for individual salvation the saving work of Christ. He abides in the heart of the believer acting as man's advocate with God and God's interpreter to man. He calls the believer to trust and obedience and thereby produces in his life the fruits of holiness and love.

The Spirit seeks to achieve God's will and purpose among men. He empowers Christians for the work of ministry and sanctifies and preserves the redeemed for

2. *The Scriptures*

The Bible speaks with authority because it is the word of God. It is the final rule for faith and practice because it is the inspired and trustworthy witness to the mighty acts of God in self-revelation and redemption, all brought to fulfillment in the life, teachings, and saving work of Jesus Christ. It reveals the mind of Christ and teaches the meaning of his lordship. In its unique and unified disclosure of the will of God for mankind, the Bible is the final authority in pointing persons to Christ and in guiding them in all matters of Christian faith and moral duty. The responsibility must be accepted to study the Bible with an open and reverent mind, to seek the meaning of its message through research and prayer, and to bring one's life under the discipline of its instruction.

*The Bible as the inspired revelation of God's will and way, made full and complete in the life and teachings of Christ, is our authoritative rule of faith and practice.*

the praise of Christ. He calls for a free and dynamic response to the lordship of Christ and for a creative and faithful obedience to the Word of God.

*The Holy Spirit is God actively revealing himself and his will to man. He therefore interprets and confirms the voice of divine authority.*

## II. THE INDIVIDUAL

1. *His Worth*

The Bible reveals that each human being is created in the image of God—is unique, precious, and irreplaceable. Created a rational being, each person is morally responsible to God and his fellow man. Man as an individual is distinguishable from all other persons. As a person, he is bound with others in the bundle of life, for no one lives or dies to himself.

The Bible also reveals that Christ died for all men. The fact that man was created in the image of God and that Christ died for him is the source of his

worth and dignity. He has the God-given right to be recognized and accepted as an individual regardless of race, color, creed, or culture; to belong with dignity and respect to his community; and to have the full opportunity to achieve his potentiality.

*Every individual is created in the image of God and therefore merits respect and consideration as a person of infinite dignity and worth.*

### 2. His Competence

The individual, because he is created in the image of God, is responsible for his moral and religious decisions. He is competent under the leadership of the Holy Spirit to make his own response to God's call in the gospel of Christ, to commune with God, and to grow in the grace and knowledge of our Lord. With his competence is linked the responsibility to seek the truth and, having found it, to act upon it and to share it with others. While there can properly be no coercion in religion, the Christian is

*embrace or reject religion and to witness to his religious beliefs, always with proper regard for the rights of other persons.*

## III. THE CHRISTIAN LIFE

### I. Salvation by Grace

Grace is God's loving and merciful provision for the need of lost man. Man in his natural state is self-centered and proud; he is in bondage to Satan and spiritually dead in trespasses and sins. Because of his sinful nature, man is helpless to save himself. But God is graciously disposed toward all men in spite of their moral corruption and spiritual rebellion. Salvation is not the result of human merit or achievement but of divine purpose and initiative. It is not by means of sacramental mediation or moral training but by divine mercy and power. Salvation from sin is the free gift of God through Jesus Christ, conditioned only upon repentance toward God and trust in and commitment to Christ the Lord.

never free to be neutral in matters of conscience and conviction.

*Each person is competent under God to make his own moral and religious decisions and is responsible to God in all matters of moral and religious duty.*

### 3. His Freedom

Baptists cherish freedom of conscience and full freedom of religion for all persons. Man is free to accept or reject religion; to choose or change his faith; to preach and teach the truth as he sees it, always with due regard for the rights and convictions of others; to worship both privately and publicly; to invite others to share in services of worship and church activities; and to own property and all needed facilities with which to propagate his faith. Such religious liberty is cherished not as a privilege to be granted, denied, or merely tolerated—either by the state or by any religious body—but as a right under God.

*Every person is free under God in all matters of conscience and has the right to*

Salvation, which comes by grace, through faith, brings one into a vital life-changing union with Christ, which is characterized by a life of holiness and good works. The same grace by means of which one has been saved is the assurance of God's continuing forgiveness and help in living the Christian life.

*Salvation from sin is the free gift of God through Jesus Christ, conditioned only upon trust in and commitment to Christ the Lord.*

### 2. The Demands of Discipleship

Christian discipleship begins with a commitment to Christ as Lord. It develops as one abides in Christ and obeys his commands. The disciple learns the truth of Christ only as he becomes obedient to it. This obedience demands the surrender of selfish ambitions and purposes and requires obedience to the will of the Father. Obedience led Christ to the cross and requires that each disciple take up his own cross and follow him.

Cross-bearing or self-denial will be expressed in many ways in the life of the disciple. He will seek first the kingdom of God. His supreme loyalty will be to Christ. He will be faithful to the commission of Christ. His personal life will manifest self-discipline, purity, integrity, and Christian love in every relationship. Christian discipleship is all-inclusive.

*The demands of Christian discipleship, based on the recognition of the lordship of Christ, relate to the whole of life and call for full obedience and complete devotion.*

### 3. The Priesthood of the Believer

Every man is competent to go directly to God for forgiveness through repentance and faith. He needs neither individual nor church to dispense salvation. There is but one mediator of God and man, Jesus Christ our Lord. After one has become a Christian, he has direct access to God through Christ. He has entered into a royal priesthood and is privileged to minister for Christ to all

men. He is to share with them the faith he cherishes and to serve them in the name and spirit of his Lord. The priesthood of believers, therefore, means that all members serve as equals under God in the fellowship of a local church.

*Each Christian, having direct access to God through Christ, is his own priest and is also under obligation to become a priest for Christ in behalf of other persons.*

### 4. The Christian and His Home

The home is God's basic unit in society. The building of enduring Christian homes should be of primary concern to all believers in Christ. Such homes are built upon the union of a Christian man and a Christian woman who are emotionally, spiritually, and physically mature, and who are bound by a deep and genuine love. The two should share similar ideals and ambitions and should be dedicated to the rearing of their children in the instruction and discipline of the Lord. This calls for regular Bible study and family worship

in the home. In such homes, the spirit of Christ permeates all the relationships of the family.

Churches are under obligation to guide and prepare young people for marriage, to train and aid parents in their responsibilities, to help parents and children face adequately the tests and crises of life, to assist those who suffer from broken homes, and to help the bereaved and aged to find continuing significance in life.

*The home is basic in God's purpose for human well-being, and the development of Christian family life should be a supreme concern of all believers in Christ.*

### 5. The Christian as a Citizen

The Christian is a citizen of two worlds—the kingdom of God and the political state—and should be obedient to the law of the land as well as the higher law of God. If a choice must be made, the Christian must obey God rather than man. He should be respectful to those who interpret and enforce the law; and

he should participate actively in the life of the community, seeking to permeate social, economic, and political life with Christian spirit and principles. The Christian's stewardship of life includes such citizenship responsibilities as paying taxes, voting, and supporting worthy legislation. He should pray for those in authority and should encourage Christians to accept civic responsibility as a service to God and man.

*The Christian is a citizen of two worlds—the kingdom of God and the state—and should be obedient to the law of the land as well as to the higher law of God.*

## IV. THE CHURCH

### 1. Its Nature

In the New Testament the term church designates God's people in their totality or in local assembly. The church is a fellowship of persons redeemed in Christ Jesus, divinely called, divinely created, and made one under the sovereign rule of God. The church as a local body—

an organism indwelt by the Holy Spirit—is a fellowship of baptized believers, voluntarily banded together for worship, study, mutual discipline, Christian service, and the propagation of the gospel at home and abroad.

*The church, in its inclusive sense, is the fellowship of persons redeemed by Christ and made one in the family of God. The church, in its local sense, is a fellowship of baptized believers, voluntarily banded together for worship, nurture, and service.*

### 2. Its Membership

The church in local embodiment is a fellowship of regenerated and baptized believers associated by covenant in the faith and fellowship of the gospel. Properly, one qualifies for church membership by being begotten of God and by voluntarily accepting baptism. For such persons membership in a local church becomes a holy privilege and a sacred duty. Simply to be enrolled in the membership of a church does not constitute member-

ship in the body of Christ. The utmost care should be exercised to see that persons are accepted into the fellowship of a church only on reasonable evidence of regeneration and true commitment to Christ as Lord.

*Membership in a church is a privilege properly extended only to regenerated persons who voluntarily accept baptism and commit themselves to faithful discipleship in the body of Christ.*

### 3. Its Ordinances

Baptism and the Lord's Supper are the two ordinances of the church. They are symbolic, but their observance involves faith, confession, self-examination, discernment, gratitude, dedication, fellowship, and worship. Baptism is to be administered by the church under the authority of the triune God and is the immersion in water of those who by faith have received Jesus as Saviour and Lord. In that act the believer is portrayed as buried with Christ and raised with him to walk in newness of life.

The Lord's Supper, observed through the symbols of the bread and the cup, is a sober searching of one's heart, a thankful remembrance of Christ and his sacrificial death on the cross, a blessed assurance of his return, and a joyous fellowship with the living Christ and his people.

*Baptism and the Lord's Supper, the two ordinances of the church, are symbolic of redemption, but their observance involves spiritual realities in personal Christian experience.*

### 4. Its Government

The controlling principle of government for a local church is the lordship of Christ. The autonomy of the church rests upon the fact that Christ is present in and is the head of each congregation of his people. The church cannot, therefore, be subordinate to the rule of any other religious body. Autonomy, thus, is valid only when exercised under the lordship of Christ.

Democracy, or congregational government, is proper to the extent that, led by the Holy Spirit, it provides and calls for free and responsible participation in the deliberations and work of the church. Neither a majority nor a minority, nor even unanimity, necessarily reflects God's will.

*A church is an autonomous body, subject only to Christ, its head. Its democratic government, properly, reflects the equality and responsibility of believers under the lordship of Christ.*

### 5. Its Relation to the State

Both church and state are ordained of God and are answerable to him. Each is distinct; each has a divine purpose; neither is to encroach upon the rights of the other. They are to remain separate, but they are to stand in proper relationship with each other under God. The state is ordained of God for the exercise of civil authority, the maintenance of order, and the promotion of public welfare.

The church is a voluntary fellowship of Christians, joined together under the lordship of Christ for worship and service in his name. The state is not to ignore God's sovereignty or reject his laws as the basis for moral order and social justice. Christians are to accept their responsibilities for the support of the state and for loyal obedience to civil authority in all things not contrary to the clear will of God.

The state owes the church protection and full freedom in the pursuit of its spiritual ends. The church owes the state moral and spiritual reinforcement for law and order and the clear proclamation of those truths which undergird justice and peace. The church is responsible both to pray for the state and to declare the judgments of God as they relate to government, responsible citizenship, and the rights of all persons. The church must take seriously and practice consistently the principles which it declares should govern the relation of church and state.

*world; its mission is to the world; but its character and ministry are not to be of the world.*

## V. OUR CONTINUING TASK

These ideals, which have brought to focus the distinctive witness of Baptists, impinge on the current situation with crucial significance. Forces in the world challenge them. Trends in our churches and in our denomination endanger them. If these ideals are to inspire Baptists with a sense of mission worthy of the present hour, they must be related with dynamic reality to every aspect of our continuing task.

### 1. Centrality of the Individual

Baptists historically have placed emphasis on the worth of the individual, giving him a central place in the work of their churches and denomination. This distinctive, however, is endangered in this day of automation and pressures to conformity. Alert to these dangers within their own ranks as well as in the world,

*Church and state are both ordained of God and are answerable to him. They should remain separate, but they are under the obligation of mutual recognition and reinforcement as each seeks to fulfil its divine function.*

### 6. Its Relation to the World

Jesus Christ came into the world, but he was not of the world. He prayed not that his people be taken out of the world but that they be kept from evil. His church, therefore, is to be responsibly in the world but not of the world. The church and individual Christians must oppose evil and work toward the elimination of all that corrupts or degrades the life of man. It must take a positive stand for righteousness and work earnestly to bring about mutual respect, brotherhood, justice, and peace in all the relationships of men and races and nations. It looks forward with confidence to the ultimate fulfillment of God's purpose in Christ for the world.

*The church is to be responsibly in the*

Baptists should make sure that the individual's integrity is preserved.

The individual's high value should be reflected in our worship services, evangelistic work, missionary labors, stewardship emphasis, teaching and training program, and Christian education. Programs are justified by what they do for persons reached by them. This means, among other things, that the individual should never be used as a mere means, never manipulated, and never treated simply as a statistic. This requires, rather, that we give primary consideration to his supreme worth, his moral freedom, his urgent needs, and his potential for Christ.

*The individual and his worth, his needs and moral freedom, and his potential for Christ should have primary consideration in the life and work of our churches.*

### 2. Worship

The worship of God, whether personal or corporate, is the highest expression of Christian faith and devotion. It is

supreme both in privilege and in duty. Baptists face an urgent need to improve the quality of their worship so that they may experience corporately a renewal of faith, hope, and love from communion with a great and loving God.

Worship must be in keeping with the nature of God as the Holy One. Therefore, it must be an experience of adoration and confession expressed with reverential awe and humility. Worship is not mere form and ritual but an experience of the living God through holy meditation and self-giving. It is not merely a religious service but communion with God in the reality of praise, in the sincerity of love, and in the beauty of holiness.

Worship becomes most meaningful when in reverence and orderliness it combines the inspiration of the presence of God, the proclamation of the gospel, and the freedom of the Spirit. The result of such worship will be a stronger awareness of the holiness and majesty and grace of God, greater devotion to him, and fuller commitment to his will.

to serve. They are in a special sense slaves of Christ and are his ministers in the churches and to the people. They should magnify their responsibilities rather than their special privileges. Their distinctive functions are not for the purpose of vainglory but are means whereby they serve God, the church, and their fellow men.

Churches are responsible under God for those whom they ordain. They should maintain high standards for those seeking ordination as to Christian experience, Christian character, and the conviction of a divine call. They should also encourage those ordained to seek adequate training for their work.

*Every Christian is under obligation to minister or to serve with complete self-giving, but God in his wisdom calls many persons in a unique way to dedicate their lives to a full-time church-related ministry.*

#### 4. Evangelism

Evangelism is the proclamation of God's judgment on sin and of the good

*Worship—which involves an experience of communion with the living and holy God—calls for a new emphasis on reverence and orderliness, on confession and humility, and on awareness of the holiness and majesty and grace and purpose of God.*

#### 3. The Christian Ministry

The church and all of its members are in the world to serve. In one sense, every child of God is called to minister as a Christian. However, there has been widespread failure to emphasize adequately the uniqueness of the call to vocational Christian service. An emphasis at this point is particularly pertinent in view of the pressure on highly competent young people to enter scientific and related fields and also because of the decreasing number of young people who are responding to God's call to vocational Christian work.

Those who have been called by the Lord into the Christian ministry should realize that their basic call is a mandate

news of God's grace in Jesus Christ. Evangelism is the response of Christians to persons in the bondage of evil and to the charge of Christ that his followers are to be his witnesses to all men. It declares that the gospel and the gospel alone is the power of God for salvation. The task of evangelism is primary in the mission of the church and in the vocation of every Christian.

Evangelism thus conceived calls for a firm theological foundation and for unflinching emphasis on the basic doctrines of salvation. New Testament evangelism is evangelism by means of the gospel and by the power of the Spirit. It aims at the saving of the whole man. It confronts the lost with the cost of discipleship and the claims of the lordship of Christ. It magnifies divine grace, voluntariness of faith, and reality in the experience of conversion.

Invitations to unsaved persons should never minimize these imperative realities. The manipulation of individuals, use of the tricks of mass psychology, cheap substitutes for conviction, and all vain-

glorious schemes are a sin against God and a sin against lost persons. The constraining love of Christ, the doom of the unsaved, and the strength of sin constitute a compelling urgency.

Personal and mass evangelism, church-centered evangelism, the use of sound methods and every worthy medium, the witness of personal piety and a Christ-like spirit, agonizing intercession for the mercy and power of God, and utter dependence on the Holy Spirit point the way to the kind of evangelism desperately needed for this critical time.

*Evangelism, which is primary in the mission of the church and the vocation of every Christian, is the proclamation of God's judgment and grace in Jesus Christ and the call to accept and follow him as Lord.*

#### 5. Missions

Missions, as we use the term, is the extension of God's redemptive purpose through evangelism, education, and Christian service beyond the local church.

lives or what his position or vocation may be. Our personal and group acts and attitudes towards those of other nations, races, and religions are part of our testimony for or against Christ. Our witness in every realm and relationship of life must lend credence to our proclamation that Jesus Christ is Lord of all.

*Missions seeks the extension of God's redemptive purpose in all the world through evangelism, education, and Christian service and calls for the utmost dedication on the part of Christians to this task.*

#### 6. Stewardship

Christian stewardship is the responsible employment under God of one's life, talents, time, and material substance in the proclamation of the gospel and in Christian service. In the sharing of the gospel, stewardship finds its highest meaning. Stewardship is based on the acknowledgment that all we are and have comes from God as a sacred trust.

Material possessions in themselves are neither good nor evil. The love of money

The lost masses of the world constitute a stirring challenge to Christian churches.

Since Baptists believe in the freedom and competence of each person to make his own decisions in matters of religion, it is our responsibility under God to see that each individual has the knowledge and opportunity to make the right decision. We are under the compulsion of the divine commission to proclaim the gospel to every person of every race and nation. The urgency of the present world situation, the aggressive appeal of competing faiths and ideologies, and our concern for the lost call us to dedicate our utmost in men and money to proclaim the redemption of Christ to the world.

Co-operation in world missions is imperative. We must use every means at our disposal, including the modern media of mass communication, to give Christ to the world. We cannot rely exclusively on a small, specially trained and dedicated group of missionaries. Every Baptist is a missionary, no matter where he

rather than money itself is the root of all kinds of evil. In Christian stewardship, money becomes the means to spiritual ends both for the one who gives and for those who receive. Accepted as a sacred trust, money becomes not a threat but an opportunity. Jesus was concerned that man be free from the tyranny of material things and that man use material things to serve his own needs and the needs of others.

The responsibility of stewardship applies not only to the individual Christian but also to each local church, convention, agency, and institution of the denomination. What is intrusted to each individual or institution is not to be hoarded nor spent selfishly but administered wisely in the service of mankind and to the glory of God.

*Christian stewardship conceives the whole of life as a sacred trust from God and requires the responsible use of life, time, talents, and substance—personal and corporate—in the service of Christ.*



### 7. Teaching and Training

Teaching and training are central in Christ's commission to his followers. The nature of the Christian faith and the nature of Christian experience constitute a divine imperative to teach and train. Teaching and training are necessary to the development of Christian attitudes, the demonstration of Christian virtues, the enjoyment of Christian privileges, the fulfillment of Christian responsibilities, and the achievement of Christian certainty. Teaching and training should begin at birth and continue throughout life. They are divinely ordained functions of the home and the church. They are the way toward Christian maturity.

Since faith must be personal and every response to the lordship of Christ must be voluntary, teaching and training are prerequisites to responsible Christian discipleship and to a vital Christian witness. This means that the educational task of a church is central. The test of the teaching and training ministry is the extent to which it results in Christ-

the Christian perspective, and dedicated to genuine Christian values.

Our Christian schools have a responsibility to train and inspire men and women for effective lay and vocational leadership in our churches and in the world. The churches, in turn, have a responsibility to support adequately all their educational institutions.

The members of our churches should be interested in those who teach in their own institutions and in what they teach. It should be recognized that there are limits to academic freedom; it should also be recognized that teachers in our institutions should have adequate freedom for creative scholarship. This freedom can be and should be balanced by a deep sense of personal responsibility to God, to the truth, to the denomination, and to the constituency they serve.

*Christian education grows out of the relation of faith and reason and calls for academic excellence and freedom that are both real and responsible.*

likeness and in the ability to deal effectively with the moral, social, and spiritual issues of the contemporary world. We must teach and train that persons may know the truth that makes them free, experience the love that makes them servants of mankind, and achieve the faith that imparts hope in the kingdom of God.

*The nature of Christian faith and Christian experience and the nature and needs of persons make teaching and training imperative.*

### 8. Christian Education

Faith and reason stand together in true knowledge. Genuine faith seeks intelligent understanding and expression. Christian schools should keep faith and reason in proper balance. This means that they should not be satisfied with anything less than the highest academic standards. At the same time, they should provide a distinctive type of education—an education thoroughly infused with the Christian spirit, permeated by

### 9. Self-Criticism

Both the local church and the denomination, if they are to remain healthy and fruitful, must accept the responsibility of constructive self-criticism. It would be damaging to our churches and to our denomination to deny the right to differ or to consider that our methods and policies are final and perfect. The work of our churches and of our denomination needs frequent re-evaluation to prevent the sterility of traditionalism. This is particularly true in the area of methods, but it also applies to historic principles and practices as they relate to contemporary life. This means that our churches and denominational institutions and agencies should defend and protect the right of our people to question and to criticize constructively.

Healthy self-criticism will center on basic issues and will thus save us from the disintegrating effects of accusation and recrimination. For one to criticize does not necessarily mean that he is disloyal; his criticism may stem from a deep

commitment to the welfare of the denomination. Such criticism will aim at growth toward full maturity both for the individual and the denomination.

*Every Christian group, if it is to remain healthy and fruitful, must accept the responsibility of constructive self-criticism.*

**ANEXO C – Mensageiros presentes à 1ª CBB. Entre eles estão parte da diretoria.**



Foto dos mensageiros presentes à 1ª Convenção Batista Brasileira, em 1907. Ao centro, com Francisca, sua primogênita, ao colo, está o presidente, F. F. Soren, que tem de pé, atrás, Dna. Jane Soren. A direita de Soren, sentados, na ordem: William Bagby, Teodoro Teixeira e Loren Reno. À esquerda de Soren: Zacarias Taylor, Joaquim F. Lessa e A. B. Deter. Sentado à frente, primeiro à esquerda, Salômão Ginsburg. Do lado esquerdo de Francisca está Eurico Nelson e do lado direito J. W. Shepard.

## ANEXO D – Seis artigos da Igreja Anglicana

### Os Seis Artigos (1539)

197

Do Ato dos Seis Artigos, 31 Henrique VIII, cap. 14:

[Estes artigos, “o açoite sangrento de seis cordas”, tramitaram no parlamento na presença e através da autoridade do rei. Cranmer se opôs a eles, mas se submeteu e afastou sua mulher. A atitude do rei, manifestada nestes e nos Dez Artigos, tornou impossível, durante seu reinado, qualquer progresso na reforma doutrinária.]

Primeiro: que no santíssimo sacramento do altar, pela força e eficácia da poderosa palavra de Cristo (proferida pelo sacerdote), estão realmente presentes, sob a forma de pão e vinho, o corpo e o sangue naturais de nosso Salvador Jesus Cristo, concebidos da Virgem Maria; e que, depois da consagração, não mais permanece nenhuma substância de pão e de vinho, nem qualquer outra substância, a não ser a substância de Cristo, Deus e Homem.

Segundo: que a comunhão sob as duas espécies não é necessária *ad salutem*, pela lei de Deus, para todas as pessoas; e que se deve crer sem nenhuma dúvida que, na carne sob a forma de pão, está também o sangue e que, no sangue sob a forma de vinho, está também a carne; estão separados, mas estão ao mesmo tempo juntos.

Terceiro: que os sacerdotes, após receberem a ordem do sacerdócio, como antigamente, não podem se casar pela lei de Deus.

Quarto: que os votos de castidade ou de viuvez, feitos prudentemente perante Deus por homens e mulheres, devem ser observados pela lei de Deus; e que eles os privam das outras liberdades do povo cristão, das quais, sem os assumir, poderiam gozar.

Quinto: que é conveniente e necessário que as missas privadas sejam admitidas e continuem a ser oficiadas nesta igreja e congregação do rei, pois através delas o bom povo cristão, se levar uma vida correta, recebe consolações e benefícios divinos e ótimos; isto também está de acordo com a lei de Deus.

Sexto: que a confissão auricular é útil e precisa ser mantida e continuada, usada e freqüentada na Igreja de Deus.

## ANEXO E – Contatos com Sócrates O. Souza e Othon A. Amaral

**De:** Ierson [mailto:pr\_ierson@yahoo.com.br]  
**Enviada em:** segunda-feira, 30 de maio de 2011 16:42  
**Para:** executivo@batistas.com  
**Assunto:** Contato Pr. Ierson

Caro Pr. Sócrates,

conforme contato anterior necessito de um breve histórico dos Princípios Batistas, suas duas principais alterações em relação ao organizado pela CB Sul dos Estados Unidos. Gostaria que confirmasse também se esses documentos são oficiais e não agregados.

Este material contribuirá para o desenvolvimento de minha tese onde analisando os Princípios Batistas dentro a linha da Análise do Discurso religioso. Nesta linha, é um trabalho pioneiro em nosso meio Batista, no desejo de contribuir para a causa.



### Historico da Declaração Doutrinaria

executivo [executivo@batistas.com]

Você respondeu em 27/06/2011 19:05.

**Enviada em:** seg 27/06/2011 15:40

**Para:** 'Ierson'

 Mensagem |  NOSSOS REGISTROS DE DECLARAÇÃO DE F1.pdf (156 KB)

Pr Ierson,

Segue anexo um trabalho elaborado pelo nosso coordenador de Historia e Estatística da Convenção, jornalista **Othon** Ávila Amaral, espero que atenda a sua necessidade.

Estamos ao dispor para quaisquer outros esclarecimentos

Em Cristo

**Sócrates Oliveira de Souza**  
 Diretor Executivo  
 Convenção Batista Brasileira  
[www.batistas.com](http://www.batistas.com)  
 Tel 55 21 2157-5557

**RES: Historico da Declaração Doutrinaria**

executivo [executivo@batistas.com]

Enviada em: qua 29/06/2011 16:25

Para: 'Ierson'

Prezado Pr Ierson,  
 Com relação aos princípios precisarei fazer um levantamento sobre a origem dentro da Convenção Brasileira, todo o material que tenho e que divulguei me fundamentei nos registros da CBB.  
 Todos estes documentos estão disponíveis em nosso Portal Batista.  
 O Contato com o **Othon** pode ser feito pelo e-mail [othonavila@gmail.com](mailto:othonavila@gmail.com)

Estou a disposição

Em Cristo

*Sócrates Oliveira de Souza*  
 Diretor Executivo  
 Convenção Batista Brasileira  
[www.batistas.com](http://www.batistas.com)  
 Tel 55 21 2157-5557

**De:** Ierson [mailto:pr\_ierson@yahoo.com.br]  
**Enviada em:** segunda-feira, 27 de junho de 2011 19:22  
**Para:** 'executivo'  
**Assunto:** RES: Historico da Declaração Doutrinaria

Caro pr. Sócrates acabo de receber o trabalho sobre nossa Declaração de fé, elaborado pelo Sr. **Othon** Amaral, agradeço muito pela atenção, preciosíssimo trabalho.

1. Quanto aos Princípios Batistas que o senhor acolhe quando publicou Pacto e Comunhão, poderia me dizer onde encontrar fontes históricas sobre os mesmos, pois todo o meu trabalho firma-se nos Princípios.
2. Desejo ainda saber se há alguma possibilidade de ter um contato direto com o Sr. **Othon**, para futura entrevista.

Mais uma vez fico grato por sua atenção e disponibilidade com as informações.

**Re: Princípios Batistas****Othon** Avila Amaral [othonavila@gmail.com]

Foram removidas as quebras de linha extras desta mensagem.

Enviada em: dom 07/08/2011 22:50

Para: Ierson

Pastor Ierson recebi seu email. Antes o Pr. Sócrates já tinha me dado algumas informações.  
 Minhas iniciativas iniciais foram localizar alguns livros que abordam o assunto. São eles:

- 1 - Teologia dos principios batistas, de John Landers; 1986;
- 2 - Principios e práticas batistas, Uma abordagem histórica, de Zaqueu Moreira de Oliveira; 2003;
- 3 - Manual das Igrejas, de W. C. Taylor (1941). Destaco o capítulo XIV, Métodos de Cooperação das Igrejas (A Bíblia é livro de principios). Veja esta frase: "A Bíblia não é uma lista de deveres e proibições, mas sim um livro de principios";
- 4 - Um povo chamado batista, História e Principios, também do Pr. Zaqueu; 2010;
- 5 - O Povo Batista, de P. E. Burroughs, 1948;
- 6 - Revista Teológica, A Confissão de Fé dos Batistas, de John Landers, 1986;
- 7 - Impcato, Realidade Batista, C.B.F. 2001, Coordenado pelo Pr. Sócrates; 2001;
- 8 - Documentos Batistas, da Convicção Batista, com 4 inserções de documentos, talvez 2010 ou 2011;

Minha conclusão é a de que as Confissões ou Declarações de Fé, são os Principios Batistas mais ampliados e alicerçados em textos bíblicos;

Você conhece os livros mencionados? aguardo uma resposta para melhor cooperar com você. Um abraço do **Othon**.

## ANEXO F – Manual dos Batistas Nacionais sobre os Princípios Batistas




### Princípios Batistas


#### Informação:

A Comissão responsável pelo presente Manual, após examinar exaustivamente farta bibliografia existente sobre o presente assunto, concluiu pela recomendação do excelente trabalho intitulado *Princípios Batistas* (o qual publicamos mediante autorização da JUERP), cuja abordagem reflete o pensamento dos Batistas de um modo geral e é, por isso mesmo, um patrimônio cultural comum a todos nós nesta questão axiomática de nossa Fé.

Esta exposição sobre *Princípios Batistas*<sup>1</sup> foi preparada “por uma comissão especial de dezenove líderes da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos, em 1964, por ocasião das comemorações do terceiro jubileu da organização da primeira convenção batista de âmbito nacional, na América do Norte Triennial Convention, 1814 (Tradução de Cathryn Smith). Publicação do Departamento de Escolas Dominicais da Convenção Batista Brasileira, Cx. Postal 320 ZC 00, Rio de Janeiro, GB”.

## ANEXO G – Mensagem eletrônica de Jerry S. Key sobre a DDCBB

 David Bledsoe 01/11/2011   
Para: Ierson Batista 

Ações 

De Pr. Jerry Key sobre a declaração doutrinária da CBB

---

**From:** [jskey@juno.com](mailto:jskey@juno.com) [mailto:[jskey@juno.com](mailto:jskey@juno.com)]  
**Sent:** Monday, October 31, 2011 9:49 AM  
**To:** [mirksev@valonet.com](mailto:mirksev@valonet.com)  
**Subject:** Re: Help!

Mariolis, the history (abbreviated) of the Declaration of Faith in modern times is that an adapted version of one used in other places, mainly the USA, was adopted about 1950. This is the one that was in effect when we went to the Seminary in Rio. The consensus of the faculty of the South Brazil Seminary was that it needed to be updated and talk was begun about 1970. As I recall, the new Declaration of Faith was adopted by the Seminary faculty a couple of years later. There was a committee that included Pastor Jose dos Reis Pereira and missionaries Rodney B. Wolfard and Jerry S. Key. I can't remember the others. That declaration of faith was used as the basis, in my remembrance, of the declaration of faith studied and adapted by the Brazilian Baptist Convention in the mid1980's. Also, my remembrance is that several articles were added that were not in the 1970's Seminary declaration. Also, my remembrance is that I signed the three declarations of faith over that period of years, and the professors did likewise, saying they would not teach in contradiction to the Declaration of Faith. Johnnie also signed the last one because she taught in the music school 28 years.


I also wrote a chapter (the one on the Bible) in a book published on the Declaration of Faith. The book gave the background and doctrinal position of the denomination. I am in favor of the declaration of faith as voted by the BBC.

Abracos, Jerry

## ANEXO H – Mensagem eletrônica de John Hammet sobre os PB

FW: Question on Princípios Batistas

Rascunho salvo às :

N / 

Date: Tue, 1 Nov 2011 18:30:37 -0200

Subject: Fwd: Question on Princípios Batistas

From: coordbrasil@sebts.edu

To: iersonsb@hotmail.com

----- Forwarded message -----

From: Hammett, John <jhammett@sebts.edu>

Date: Wed, Oct 26, 2011 at 10:30 AM

Subject: RE: Question on Princípios Batistas

To: "Bledsoe, David" <coordbrasil@sebts.edu>

Hi David,

We've enjoyed having some Brazilian brothers here this semester and are looking forward to the cohort arriving next summer.

I'm sorry that I can give little help beyond speculation on the origin of your document. It never made it into any historic collection of Baptist statements or even rated a mention in any Baptist histories that I know of. If I understand the box on p. 14, the original document was prepared by 19 SBC leaders in 1964 to commemorate the 1814 founding of the first national convention of Baptists in North America, the Triennial Convention.

It may be significant that it also comes one year after the 1963 Baptist Faith and Message, which was the culmination of a lot of concern over doctrinal erosion. We can see now that the 63 BFM was insufficient to address the depth of the problem, and led ultimately to the conservative resurgence. This document may have been some agency's (IMB?) attempt to calm doctrinal concerns, with the 150<sup>th</sup> anniversary of the Triennial Convention serving as a convenient excuse. I assume the Cathryn Smith who translated it was an IMB missionary; if so, perhaps she came across it in the course of correspondence with the IMB, but that is totally speculation.

I just had the two pages, but the tone is definitely mid-60s Baptists, with traditional confession of faith type language, though having the article on Christ before the article on Scripture is unusual for confessions of faith, especially since the big issue leading up to the 63 BFM was Scripture.

I will check with a couple of Baptist historians on the faculty here and see if they can shed more light. I wonder if this document was related in any way to the book by John Landers, published by JUERP in 1986, Teologia dos Princípios Batistas.

I'll check with my colleagues, and let you know if they can shed more light, but it seems a pretty obscure document.

Blessings,

John



**ANEXO I – Jubilee Advance Committee****1964 Baptist Jubilee Advance Joint Committee**